

Copyright © 2000 Publifolha – Divisão de Publicações da Empresa
Folha da Manhã S.A. e Editora Globo S.A., para a presente edição.
Copyright © 1991 by Editora Globo S.A.

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida,
arquivada ou transmitida de nenhuma forma ou por nenhum meio, sem a permissão
expressa e por escrito da Publifolha – Divisão de Publicações da Empresa
Folha da Manhã S.A. e da Editora Globo S.A.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

F223d
Faoro, Raymundo, 1925-
Os donos do poder : formação do patronato político brasileiro
vol. 2 / 10ª ed. – São Paulo : Globo ; Publifolha, 2000. – (Grandes nomes
do pensamento brasileiro).
ISBN 85-250-0286-0 Editora Globo
ISBN 85-7402-196-2 Publifolha
1. Autoritarismo – Brasil 2. Brasil – Política e governo 3. Elite
(Ciências sociais) – Brasil. 4. Poder (Ciências sociais) I. Título. II. Título.
Formação do patronato político brasileiro.
87-1231 CDD-305.520981

Índice para catálogo sistemático

1. Brasil : Burocracia : Ciências sociais 305.520981
2. Brasil : Classes administrativas : Sociologia 305.520981
3. Brasil : Classes dominantes : Sociologia 305.520981
4. Brasil : Elite : Classes sociais 305.520981
5. Brasil : Estrutura social 305.520981
6. Brasil : Formação política : História 305.520981
7. Brasil : Organização política 305.520981
8. Brasil : Poder e autoridade : Classes sociais 305.520981

Esta obra foi cedida pela Editora Globo S.A. especialmente para a coleção
Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro da Folha de S.Paulo.



Av. Jaguaré, 1485 – Jaguaré – CEP 05342-900 – São Paulo – SP
Tel.: (11) 3767-7000

**GRANDES NOMES
DO PENSAMENTO
BRASILEIRO**

Coordenação: Publifolha
Projeto gráfico e capa: Ettore Bottini
Guia de leitura: Pedro Puntoni
Produção editorial: Editora Página Viva
Revisão: Genulino José dos Santos, Cyntia Maria Maso Panzani

PUBLIFOLHA

Al. Barão de Limeira 401 / 5º andar – CEP 01202-900 São Paulo – SP
E-mail: publifolha@uol.com.br – Internet: www.publifolha.com.br

Impresso na Gráfica Círculo

Apresentação

A Folha de S.Paulo apresenta a seus leitores, com exclusividade, a coleção **Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro**. Nela, estão reunidos alguns dos mais importantes autores e obras clássicas da história e da economia, da sociologia e da literatura, que permitem redescobrir o país e toda a riqueza e complexidade da cultura brasileira. Às voltas com a comemoração dos 500 anos do Descobrimento, o leitor vai entender como e por que o Brasil se tornou o que é.

Os livros foram escritos em diferentes épocas e tratam de longos períodos da história brasileira, desde antes do Descobrimento até o século 20. Eles analisam a formação do país e de seu povo, os conflitos que atravessaram a história e os que ainda atingem a sociedade brasileira. Buscam entender as características das relações sociais e raciais e as razões do atraso econômico e político do país.

Cada volume da série conta com um guia de leitura escrito especialmente para esta coleção, que inclui um resumo das idéias do autor, sua biografia e uma cronologia básica.

Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro é uma coleção preciosa e indispensável. É uma contribuição ao entendimento geral do Brasil através de trabalhos abrangentes e vigorosos que não querem iludir o leitor a respeito do país que a todo momento ele está ajudando a construir.

62. Correia, Leôncio. *A verdade histórica sobre o 15 de Novembro*. Rio, Imprensa Nacional, 1939, p. 57 e 181.
63. Santos, José Maria dos. *Bernardino de Campos e o Partido Republicano Paulista*. Rio, José Olympio, 1960, p. 28. Parece certo situar nesse incidente a Questão Militar e não em 1883 ou 1886, de acordo com as opiniões mais aceitas.
64. Opinião do Gen. Ilha Moreira. In: Lyra, Heitor. *História da queda do império*, cit. v. 1, p. 134 e 135.
65. Monteiro, Tobias. Op. cit., p. 195.
66. *Queda do império*, cit., tomo I, p. 35; tomo II, p. 135 e 339.
67. A autoria da tese é incerta, atribuindo-a José Maria dos Santos a Quintino Bocaiúva. In: *Bernardino de Campos...*, cit., p. 52. Lyra, Heitor. *História da queda...*, cit., v. 1, p. 420.
68. Barbosa, Rui. *Queda do império*, cit., tomo VI, p. 165.
69. Fialho, Anfrísio. *História da fundação da república no Brasil*. Rio, Laemmert & C., 1891, p. 121, n. 1.
70. Correia, Leôncio. Op. cit., p. 181.
71. Id., p. 57.
72. Fialho, Anfrísio. Op. cit., p. 121, n. 1.
73. Floriano. *Memórias e documentos*. Ministério da Educação, 1939, p. 126. v. 1.
74. Lyra, Heitor. *História da queda...*, cit., v. 2, p. 33.
75. Fialho, Anfrísio. Op. cit., p. 131.
76. Barbosa, Rui. *Queda do império*, cit., tomo I, p. 149.
77. Id., p. 109. Também: tomo II, p. 295.
78. Ouro Preto, Visconde de. *O advento da ditadura militar no Brasil*. Paris, 1891, p. 35.
79. Lyra, Heitor. *História de D. Pedro II*, cit., v. 2, p. 62.
80. Taunay, Afonso de E. *Pequena história do café*, cit., p. 201 e segs.
81. In: Torres, João Camillo de Oliveira. *Interpretação da realidade brasileira*. Rio, José Olympio, 1969, p. 262.
82. In: Magalhães Jr., R. *Três panfletários...*, cit., p. 75.
83. Lyra, Heitor. *História de D. Pedro II*, cit., v. 2, p. 64.
84. -. *História da queda...*, cit., tomo I, p. 54, n. 41.
85. Barbosa, Rui. *Queda do império*, cit., tomo VII, p. 159 e 160.
86. *O advento...*, cit., p. 36.
87. Barbosa, Rui. *Queda do império*, cit., tomo III, p. 251, 252. V. também p. 203, 249 e 253.
88. Nabuco, Joaquim. *Balmaceda*, cit., p. 58.
89. Taunay, Alfredo d'Escragno. *Memórias*, cit., p. 315.
90. Ouro Preto, Visconde de. Op. cit., p. 103.
91. Id., p. 103.
92. Ibid., p. 94 e 95.
93. Barbosa, Rui. *Queda do império*, cit., tomo VII, p. 156.
94. Ibid., tomo V, p. 136 e 137.

XIII. As tendências internas da República Velha

- 1 - Liberalismo econômico e diretrizes econômicas do período republicano.
- 2 - O militar e o militarismo.
- 3 - A transição para o federalismo hegemônico: a política dos governadores.

Liberalismo político casa-se harmoniosamente com a propriedade rural, a ideologia a serviço da emancipação de uma classe da túnica centralizadora que a entorpece. Da imunidade do núcleo agrícola expande-se a reivindicação federalista, empenhada em libertá-lo dos controles estatais. Esse consórcio sustenta a soberania popular – reduzido o povo, aos proprietários agrícolas capazes de falar em seu nome –, equiparada à democracia, democracia sem tutela e sem peias. A ideologia articula-se aos padrões universais, irradiados da Inglaterra, da França e dos Estados Unidos, confortando a consciência dos ocidentalizadores, modernizadores da sociedade e da política brasileiras, muitas vezes enganados com a devoção sem exame aos modelos. Ser culto, moderno, significa, para o brasileiro do século XIX e começo do XX, estar em dia com as idéias liberais, acentuando o domínio da ordem natural, perturbada sempre que o Estado intervém na atividade particular. Com otimismo e confiança, será conveniente entregar o indivíduo a si mesmo, na certeza de que o futuro aniquilará a miséria e corrigirá o atraso. No seio do liberalismo político vibra o liberalismo econômico, com a valorização da livre concorrência, da oferta e da procura, das trocas internacionais sem impedimentos artificiais e protecionistas. O produtor agrícola e o exportador, bem como o comerciante importador, prosperam dentro das coordenadas liberais, favorecidos com a troca internacional sem restrições e a mão-de-obra abundante, sustentada em mercadorias baratas. Tavares Bastos e Rui Barbosa, ambos filiados ao Partido Liberal e coerentes com a doutrina da facção, elevam a doutrina à categoria de dogma. “Pedi” – esclarecem as *Cartas do Solitário* – “que o governo seja só

governo, que distribua a justiça, mantenha a ordem, puna o crime, arrecade o imposto, represente o país; mas que não transponha a meta natural, mas que não se substitua à sociedade. ... Para nós, só há uma política possível, um dever, um culto: melhorar a sorte do povo. Mas como? Observando a lei da natureza, isto é, fecundando as fontes vivas do trabalho, instrumento divino do progresso humano; isto é, restituindo à indústria a sua liberdade, a liberdade, sim! porque ela quer a concorrência universal, a multiplicidade das transações, a barateza dos serviços, a facilidade dos transportes, a comodidade da vida. Tudo se prende nessa longa série de idéias. Sua fórmula geral, a liberdade. Seu resultado final o bem do povo”.¹ Essa linguagem, digna de Bastiat, seria também a de Rui Barbosa. O protecionismo – o “embuste da mentira protecionista” –, o alvo predileto da sua indignação liberal. Em 1886, como em 1889, insiste em combater o padrão protecionista norte-americano, repudiando o argumento, já argüido pelos industriais, de que a liberdade ficaria para mais tarde, quando se acumulassem os capitais. “Não, senhores, a liberdade não é um luxo das nações enriquecidas: é, pelo contrário, a condição originária de toda a riqueza.”² Nessa doutrina do fim do século, ecoa uma nota nova, não ferida pelos contemporâneos de Cairu: o revide contra a política imperial, da onipotência do Estado, “e no Estado a máquina central e nesta máquina certas e determinadas rodas que imprimem movimento ao grande todo”.³ Outra particularidade, esta já entrevista nos empresários de 1850 e perturbadora do sistema, sobretudo em Mauá: a preocupação industrial, contestada pelo mote do “país essencialmente agrícola”, mote que ainda encontra eco na palavra de Tavares Bastos, preso à tese das “indústrias naturais”.⁴ Indústria, entretanto, sem onerar o consumidor e sem favores protecionistas.

No contexto liberal teoricamente dominante, malgrado o domínio conservador dos gabinetes, a herança mercantilista envolve, controla e tritura os desígnios dos estadistas. Esse contraste entre o escopo e a resistência histórica estará presente no rosário de soluções, desfiado para operar e ajustar a transformação do regime do trabalho. Até 1888, cabia ao Tesouro emitir e regular o papel-moeda, que se expandira em consequência da Guerra do Paraguai. A necessidade de numerário para atender aos compromissos com salários, avaliada em 50.000 contos, exige a reformulação do sistema financeiro, num debate que se abre em 1887, contemporâneo ao perecimento do ele-

mento servil. O problema se resolveria com emissões, consistindo a dúvida somente no meio a empregar, se o Tesouro ou os bancos. Vencida a primeira alternativa com a preferência pelo sistema bancário, a divisão partidária mostra-se coerentemente fixada: os conservadores, dirigidos no debate por Francisco Belisário, inclinam-se para um banco emissor único, enquanto os liberais, sob o comando de Ouro Preto, Lafayette, Dantas, Silveira da Mota, insistem pela pluralidade, ao estilo de Sousa Franco (1857-58), já perdida a memória do abalo causado ao país com a inflação. Os liberais conseguem, com a medida, impor seu programa ao ministério conservador de João Alfredo (1888-89). A lei (Decreto n^o 3403, de 24 de novembro de 1888) assegura aos bancos a emissão de bilhetes ao portador, conversíveis em moeda corrente, mediante o depósito, na Caixa de Amortização, de igual valor em títulos da dívida pública. Esse mecanismo seria transitório, com a transformação paulatina ao regime metálico, ideal obsessivo dos financistas da época. A faculdade emissora poderia descentralizar-se em estabelecimentos situados nas províncias e municípios, limitado o capital. Voltava-se, pela pressão de outras circunstâncias, às emissões bancárias, experimentadas nos períodos 1808-29 e 1853-66. A surpreendente prosperidade do ano de 1888 e começo de 1889, apesar do golpe da Abolição, período em que o câmbio excede ao par, levou o presidente do Conselho, Ouro Preto, a mudar o sistema da lei emissora com o salto à conversão metálica. A emissão sobre títulos da dívida pública é abandonada, antes de qualquer experiência. A abundância de metais, na praça do Rio, levou, por meio de regulamento (6 de julho), a autorizar a emissão de notas até ao triplo do capital, qualquer que fosse, se formado de moeda metálica. As limitações da lei de 1888 perdiam a rigidez, em homenagem ao metal, como se este não levasse nunca à inflação. Foi mais longe o chefe do gabinete: sem prejuízo da pluralidade bancária e emissora, estimulou a criação de um instituto poderoso, com grande capital, que seria o centro disciplinador e regulador da circulação. Nasceu, sob essa inspiração, o Banco Nacional do Brasil, confiada a direção ao visconde, depois Conde de Figueiredo. O estabelecimento, mediante contrato com o Tesouro, se incumbiria do resgate do papel-moeda. Para abrandar a suspeita de unidade bancária emissora, o governo autorizou outros bancos – sem o papel de agentes do Tesouro – a realizar as mesmas funções: o Banco de São Paulo, com sede na capital paulista, e o Banco do Comércio, sediado na corte. Esse o quadro, quando a República entrou

em cena, entregue a direção da Fazenda a Rui Barbosa. Uma nova experiência teria lugar, à procura da euforia econômica e do milênio da prosperidade.

No miolo das reformas, dos planos e das medidas financeiras, engendrados na hora última do Império, está a preocupação de reanimar a lavoura, ferida com a Abolição. A velha província, o Rio de Janeiro, comandada por Paulino de Sousa, filho e herdeiro político do Visconde do Uruguai, fixa-se na reivindicação indenizatória correspondente aos escravos libertados. Os fazendeiros capazes de cultivar a terra com o trabalhador assalariado necessitam, também eles, de recursos líquidos para atender às despesas mensais. Dessas duas fontes – o lavrador arruinado e o cafeicultor em progresso – projetam-se as pressões sobre o governo, que articula as medidas de auxílio, nos dois últimos gabinetes da monarquia. Havia, sem dúvida, no seio da economia nacional uma crise, que não abrange todo o território cafeeiro, nem atua com igual intensidade em todos os setores. A comoção econômica será perceptível no exame numérico. Globalmente, o decênio 1881/90 exporta mais café do que o decênio anterior, na proporção de 26 milhões de sacas para 53 milhões. O decênio seguinte acompanha a progressão. Situada a análise no período crítico da extinção do trabalho escravo, ter-se-á que, em 1886, ano que acusa ascensão de preço, a exportação alcançou 6 milhões de sacas, número máximo de todo o ciclo exportador cafeeiro, caindo, no ano seguinte, para 3,3 milhões, para, em 1889, subir a 5,5 milhões, novamente reduzindo-se em 1890 a 5 milhões. Em 1889 e 1890, anos da maior incidência presumível do 13 de Maio, o valor exportado, em mil-réis e em libras, será o máximo do decênio. Note-se, entretanto, que, em 1885, a produção paulista atinge 40% das exportações brasileiras, para, em 1890, ultrapassá-las. Este último dado esclarecerá a índole e o rumo das finanças públicas, nos anos seguintes, bem como o caráter íntimo da crise. Houve, acelerando o declínio da fazenda do Vale do Paraíba, grave deslocamento de fortunas, com a destruição de fazendeiros. A camada atingida era, até então, a mais identificada com o credor urbano, o comissariado. “Verdadeiro cataclismo” – registra Taunay – “sobre ele desabou, no Rio de Janeiro, vendo os comerciantes, de um momento para outro, sua clientela arruinada pela abolição da escravatura”.⁵ A execução das fazendas hipotecadas, na década de 90, será o ato final do grande drama, com a morte lenta e inevitável do Vale do Paraíba, anunciando era nova nas relações comerciais, vitalizados o

sistema bancário e a figura do exportador, em regra estrangeiro. Toda a mudança se deveu, ao lado dos fatores que reduziram a capacidade produtiva da fazenda, aos insuperáveis tropeços para substituir o trabalho escravo pelo livre. O epílogo assenta, fundamentalmente, sobre o sistema não racional da lavoura, forçada a produzir sempre mais, para acudir às dívidas, não amortizadas e crescentes.

O liberto, subitamente poupado ao chicote do feitor, abandona a fazenda, local e símbolo de sujeição, para buscar as zonas prósperas, onde maior seria o salário, ou as cidades, abrigando-se em choças, vivendo de ocupações eventuais. “Na maioria das fazendas recusaram-se os libertos a continuar o trabalho, limitando-se quando muito a fazer a colheita daquele ano. Recusavam mesmo os altos salários que lhes eram às vezes oferecidos, preferindo deslocar-se para outras regiões, principalmente quando isso era possibilitado pela maior proximidade dos meios de transporte. Para eles, a liberdade implicava, antes de mais nada, o direito de ir embora, de se deslocar livremente, de abandonar a lavoura, de trabalhar onde, como e quando quisessem.”⁶ Ainda aqui, a discordância entre as duas áreas – Vale do Paraíba e Oeste Paulista – é sensível. Na área fluminense, o negro abandona a lavoura e não mais retorna, a despeito dos agenciadores e do salário, não por haver sido tratado cruelmente, mas pela falta de poder econômico da fazenda arruinada para proporcionar atrativos ao assalariado. Não conseguiu ela conservar o escravo, nem atrair o imigrante e o eventual trabalhador, saídos dos ociosos agregados dos campos, aquela classe ínfima que vive de sua pequena e precária lavoura. Em São Paulo – no Oeste – outra foi a situação, na forma do depoimento de um fazendeiro, que aprecia as condições da nova face agrícola: “Todo o corpo de trabalhadores desertou das fazendas, que ficaram quase todas abandonadas. Não exagero dizendo que, sobre 100, 80 ficaram desertas, procurando os negros as cidades, ou aliciadores malévolos. ‘Que será de todos nós?’, pensávamos tristemente.

“Pouco a pouco eles cansaram-se da vadiagem, e a seu turno os aliciadores cansaram-se de sustentá-los sem proveito, e hoje, março, já estão todos mais ou menos arrumados. Compreendes que, quando digo – todos –, excetuo alguns proprietários de má reputação. Estes, com efeito, serão eliminados e substituídos pela força das circunstâncias, e nem falta farão à lavoura.

“Trabalhadores não faltam a quem os sabe procurar. Primeiramente, temos os próprios escravos, que não se derretem e

nem desaparecem, e que precisam de viver e de alimentar-se, e, portanto, de trabalhar, coisa que eles compreendem em breve prazo.

“Depois temos um corpo de trabalhadores, com que não contávamos. Não aludo ao imigrante, que felizmente hoje nos procura com abundância, aludo ao brasileiro, preguiçoso ontem e vivendo das aparas do serviço escravo e da benevolência do proprietário rural ao qual fazia a corte na qualidade de agregado, capanga ou outra qualquer coisa. Esse brasileiro lança-se hoje valentemente ao trabalho, ou porque este se nobilitasse com a liberdade, ou porque lhe tivessem faltado recursos anteriores.

“Como te disse, tenho com os meus ex-escravos o mesmo contrato que tinha com os colonos.

“Nada lhes dou: tudo lhes vendo, inclusive um vintém de couve ou leite! Compreendes que só faço isso para mobilizar o trabalho, e para que eles compreendam que só podem contar consigo, e jamais por ganância, porquanto só uma visita do médico, que sou eu quem paga, custa-me muito mais do que todas as couves que tenho, e do que todo o leite de minhas vacas.

“Pois bem: esse vintém de couve e de leite, o gado, que mato, a fazenda que compro por atacado, e que lhes vendo a retalho, e mais barato do que na cidade, dão quase para o pagamento do trabalhador”.⁷

Os dois núcleos da principal riqueza nacional – o Vale do Paraíba e o oeste paulista – desenvolvem padrões diversos. O Vale do Paraíba parece, na agonia, semelhante ao nordeste açucareiro, enquanto prospera a fazenda paulista, com o caráter de empresa racional, calculáveis os custos, capaz de, nas aperturas, contrair as despesas de mão-de-obra com a dispensa de trabalhadores, sem o peso morto do capital fixo. Ela gira sobre o capital apto a financiar a safra, com o crédito mantido no limite da solvência. Não depende do crédito, nem se arrima fundamentalmente no credor urbano, circunstância que impediu o agricultor fluminense e nordestino de usar, em tempo, dos processos empresariais. Enquanto, dadas as disparidades, o fazendeiro do Vale do Paraíba precisa dos recursos indenizatórios para sobreviver, recursos que compensem a perda do escravo, o fazendeiro paulista só necessita de meios para pagar os salários, em parte compensados com a venda dos produtos de subsistência ao trabalhador. O primeiro, vinculado umbilicalmente ao fornecedor de crédito, invoca o auxílio do governo, por intermédio do banqueiro urbano. O paulista, ao contrário, regionaliza a teia de seus interes-

ses, num plano de dispersão federal do poder econômico. Este poderia adequar-se ao liberalismo econômico, enquanto o fluminense há de contar, para subsistir, com o sistema mercantilista. Pode aquele afastar o fator irracional, ao limitar a produção às exigências do mercado.⁸ A tensão entre os dois interesses determinará a mola mestra das reformas financeiras de 1888-90, com a predominância do atendimento aos reclamos da praça do Rio de Janeiro, empório da velha província e suas adjacências econômicas. Bloqueados, entretanto, os canais que levam à lavoura e incapaz esta de absorver as emissões e as medidas de fomento, giram estas em círculo no meio urbano, dentro do grupo dos especuladores, facção da classe lucrativa, expandindo a riqueza industrial, especuladoramente industrial. O estamento, na hora derradeira, procura, ao se juntar com o especulador, salvar a monarquia, nos moldes tradicionais. Daí a frustração do curso liberal das reformas, em benefício da velha camada, engrossada por contingentes novos. Rui Barbosa, ao tempo em que exerce a mais dura, violenta e impiedosa crítica aos ministérios do fim da monarquia, acentua o móvel íntimo das reformas: “A indenização é a mina, que todas elas (as parciais monárquicas) têm explorado. Explorou-a o ministério João Alfredo com o seu projeto de bancos hipotecários. Explora-a agora o ministério Celso, com os seus auxílios à lavoura, admiravelmente discutidos, nesta folha, sob a justa qualificação de *empréstimos dinásticos*, por amestrado jornalista republicano. É o mesmo Proteu, sob transformações variadas, com a diferença, em favor do Sr. Paulino de Sousa, que a indenização direta estaria subordinada, na sua distribuição, a um critério positivo, proporcionando as suas reparações à importância do dano, ao passo que a indenização do gabinete João Alfredo e a do gabinete Ouro Preto representam apenas a organização oficial do suborno”.⁹ Percebe o jornalista que as medidas indiretas – disfarce da indenização ao escravo libertado – satisfazem, “quando muito, os credores da lavoura, sem fomentar o desenvolvimento da produção”.¹⁰ Um ou outro expediente – a indenização direta ou a indireta – chegariam ao mesmo gargalo: o credor urbano. Ouro Preto, obstinado no plano de inutilizar a República, realiza, por meio de operações financeiras, o saneamento do crédito público, ao tempo que cuida de promover o resgate do papel-moeda, perseguindo os mesmos espectros, desde 1830 sonhados. Sobre essas bases flutuantes, expandiu a circulação, concedendo “avultadíssimos auxílios à lavoura, desorganizada e abatida”.¹¹ Para chegar a esse objetivo, estimula o setor

intermédio, o do crédito e das transações comerciais, que, dentro de poucos meses, adquiriria expressão autônoma, tal como nos meados do século. O chefe do último gabinete mostra-se, ainda mais tarde, eufórico com o fomento do “espírito de iniciativa e associação”, que levou à criação de “bancos, empresas e companhias em maior número do que os existentes até sua ascensão ao poder”.¹² A Abolição – acreditava-se na época – libertara energias entorpecidas, fazendo a nação crescer e expandir-se.

Na verdade, o dinheiro farto – passou-se dos 197.000 contos, em 1889, para 298.000, no ano seguinte, expansão de 51,6%, atingindo 513.000, em 1890 – destinado à lavoura, sobretudo aos credores da lavoura na corte, incapaz de reanimar o cadáver cafeeiro do Vale do Paraíba, gerou a especulação urbana, e, dentro dela, a febre industrial. O outro setor cafeeiro, o paulista, expansivo e renovador, recebeu maior estímulo, aumentando as plantações, passando de 220 para 520 milhões de árvores, entre 1890 e 1900, o que levará, em pouco tempo, à superprodução. São Paulo não aceitará, em breve, o controle centralizador do crédito, cioso de dirigir, ele próprio, os cordéis financeiros de sua economia. Acentue-se, entretanto, que, entre os dois pólos agrícolas, incha-se o setor intermediário e urbano, inflando o fenômeno, que passou à história com o nome de *encilhamento*. A anomalia reproduz, em outras cores e nas linhas mais vivas, a ilusão progressista do meado do século (cap. XI, 3), com a diferença de que ela seria estimulada para, sobre outra realidade, reconstruir a sociedade. A agitação especuladora não assenta sobre o nada, senão que extrema e expande o surto industrial, embora débil, realmente atuante, nos últimos anos do Império. A década 1881/90 iria revelar a primeira manifestação industrial do país, a primeira que se sustentaria e que, embora empalidescesse no futuro, seria a base dos subseqüentes ensaios manufatureiros.¹³ Um mercado interno de alguma importância, capaz de assegurar uma faixa aquisitiva ao lado do complexo exportador, ensejou a transformação, mercê da imigração, do trabalho livre, da incapacidade das exportações, em certos momentos, de proporcionar poder aquisitivo suficiente para pagar as mercadorias necessárias ao consumo interno. Em 1889 existiam, no país, 636 estabelecimentos industriais, dando emprego a 54.000 operários e utilizando 65.000 cavalos de força, com o capital de cerca de 25 milhões de libras esterlinas. O setor têxtil ocupava 60% da área, com 15% para o de alimentação, 10% no de produtos químicos, 4% na indústria da madeira, 31% na do vestuário e objetos

de tocador e apenas 3% na metalurgia.¹⁴ Dos 636 estabelecimentos, 398 foram fundados no período de 1880 a 1899, com particular expressão a partir de 1885. Outro dado relevante: mais de metade da atividade industrial, em 1889, concentrava-se na capital federal e no Estado do Rio, primazia, em favor do Distrito Federal, ainda saliente em 1907 (30% contra 16% de São Paulo e 7% do Rio Grande do Sul), só perdida, a partir de 1910, para São Paulo.¹⁵ Esta última circunstância indicará muito do caráter especulativo do inicial surto da indústria, amalgamado aos fornecedores do Vale do Paraíba e preso aos estímulos oficiais, na forma tradicional dos empreendimentos econômicos do Império. Já em São Paulo atuam outros fatores, com qualitativa diferença sobre a base de sua indústria. A par do progresso industrial, consolida-se, a partir de 1879 – fato evidenciado na tarifa desse ano –, um pensamento próprio, articulado pelos produtores. Investe contra a aliança entre importadores e agricultores de produtos exportáveis e fixa uma diretriz protecionista, avessa ao liberalismo dominante. Cria-se, com a apropriação crescente do mercado interno, a mentalidade nacionalista, voltada contra o comércio, em grande parte estrangeiro. Daí se projeta uma linha de conduta que assimila a independência do país à industrialização, ao abastecimento do mercado interno e à denúncia ao esquema monocultor. Encontra-se essa corrente, desde os primeiros momentos, associada à reserva das riquezas brasileiras aos nacionais, num crescendo que vai de Felício dos Santos, Amaro Cavalcanti, Serzedelo Correia, a Alberto Torres e ao movimento que desemboca, a partir das revoltas de 22 e 24, na Revolução de 1930. Depois de pregar o controle do mercado interno, em favor dos nacionais, combate o capital estrangeiro, com as cores já vivas na década de 20, na oposição às concessões de minério de ferro à Itabira Iron, empresa de Percival Farquhar. A reivindicação industrial não se limita às tarifas alfandegárias, senão que reclama também os empréstimos públicos – dos quais se socorrera Mauá – e as emissões fiduciárias. Amaro Cavalcanti invoca a estrutura financeira do Império, para apoiar seu industrialismo: “Em uma palavra, bastaria que cada um de nós verificasse nas leis orçamentárias de cada ano, as somas aí consignadas, como *auxílios* à ordem industrial do país, para convencer-se que não se trata de criar um *direito novo*, convertendo, porventura, em lei, a legítima pretensão de proteger, por meio do crédito público, a indústria nacional nas atuais emergências em que a mesma se acha. Não afirmo que a intervenção de nossos

governos tenha sido sempre a melhor ou a mais acertada, mas é certo que sem ela não teríamos tido nem estradas de ferro, nem a navegação a vapor costeira de nossos mares e ao interior de nossos rios, nem muitos outros melhoramentos materiais, cuja realização era superior às forças do capital e do crédito particular somente".¹⁶ Repelia o senador da República a tese de não intervenção absoluta na economia, por teoricamente irreal, sem advogar a tese oposta, do Estado agricultor, industrial ou comerciante, aliança que os tempos ainda não autorizam.

Desse ambiente – o auxílio à lavoura e a reativação econômica – acelera-se o *encilhamento*, sob o qual se abriga o propósito político, esboçado pelo ministro da Fazenda da República, Rui Barbosa, de dar nova base ao regime recém-inaugurado. Havia, para o salto, um obstáculo ideológico, o liberalismo, fixado na aversão ao protecionismo. O outro dogma, o abstencionismo do Estado, o tempero do realismo o abranda, mal escoado um mês desde o 15 de Novembro: "Não nos encerremos nas teorias estreitas de certos utopistas, notáveis pela intransigência do seu fanatismo e pela sua incapacidade na prática das cousas humanas, que pretendem modelar o mundo por fórmulas abstratas, nunca experimentadas, querem reduzir o papel do Estado a uma perpétua desconfiança contra as maravilhas das grandes organizações industriais, e negam a vantagem, para as nações, da interferência discreta da administração provocando, acorçoando, favorecendo os empreendimentos do capital, da riqueza acumulada, das grandes aglomerações do trabalho ao serviço da inteligência, da fortuna e da ambição temperada pelo patriotismo. ... Ao Estado, nesta fase social, cabe sem dúvida um grande papel de atividade criadora, acudindo a todos os pontos onde o princípio individual reclame a cooperação suplementar das forças coletivas".¹⁷ Ainda outro escrúpulo poderia deter a marcha protetora, o federalismo, dado que ele pressupõe o controle central, para o estímulo financeiro. Rui Barbosa já se achava, desde a propaganda da nova fé, descomprometido da corrente – ao seu ver, extremada –, que nega à União o comando da economia. Por todos esses motivos, embora alarmado com a especulação, que a monarquia legara –, a "praça de tavolagem, onde se celebravam à luz do dia as especulações mais insensatas sobre todas as espécies de valores da Bolsa" –,¹⁸ não detém o curso dos negócios, que servem à sua convicção que só a indústria faria do país uma grande potência.¹⁹ Esse empenho obedece a um complexo de inspirações: o federalismo mitigado, capaz de barrar o caminho ao poder de São

Paulo agrícola, o aliciamento das camadas urbanas, latentemente turbulentas, sem trabalho, e a evocação de uma classe nova, no lugar da classe lucrativa imperial. Nem tudo, nesses anos de 1889 e 1890, era pó e vento, aventura e imprudência.

Rui Barbosa, ao ocupar a pasta das Finanças, sucedendo Ouro Preto, para o exercício de pouco mais de um ano, não se enganava acerca do estrépito falso da tavolagem da Bolsa. Com a queda do câmbio, revelado após a revolução, ruía o plano financeiro em curso, impossibilitando a conversão metálica. O ministro, não obstante esse tropeço, retificou e perseguiu o ritmo imposto por Ouro Preto, com outros métodos, também ele convencido, como todos, da escassez do meio circulante. Daí que, em 17 de janeiro de 1890, pusesse em prática seu plano de governo, com a emissão autorizada preferencialmente sobre apólices da dívida pública. O mecanismo se completaria com medidas contra a especulação, sobretudo na obrigatoriedade imposta às sociedades anônimas de, ao organizarem-se, depositar 30% do capital em dinheiro, bem como, para compensar os inconvenientes do papel inconvertível, a cobrança dos impostos de alfândega em ouro²⁰, medida empregada sem continuidade, que será um dos fundamentos da política Campos Sales-Murtinho. Arredada a conversibilidade, freio emissionista de valor duvidoso, "impostura consagrada nos textos, mas contrariada pela realidade",²¹ prosseguiu o curso da expansão do meio circulante, sob o pressuposto, confessado por Amaro Cavalcanti e não contestado por Rui Barbosa, de ser ele fator produtivo da economia.²² O progresso se faria com dinheiro emitido, acelerando o comércio e fomentando a indústria, em homenagem à peculiaridade do país novo e promissor. O meio circulante deveria alcançar, segundo cálculos atribuídos aos estadistas monárquicos, não mais 50.000 contos, mas 600 mil, o triplo do existente em 1888, a cujo nível quase se chega em 1892.²³ A retração dos capitais estrangeiros sugeriu aos empresários brasileiros a expansão industrial, ao tempo que os fazendeiros do Vale do Paraíba, decepcionados com a pobreza da agricultura, emigram para as cidades. Haveria, em 1889, em curso, forte deslocamento de riqueza – acreditava o ministro da Fazenda.²⁴ A praça do Rio de Janeiro emprega os recursos canalizados à agricultura, recursos inflados com as emissões, na especulação aberta ao alcance de suas mãos. Grandes encomendas ao exterior, de maquinária e aparelhamentos, consagram o eufórico lance, pressionando ainda mais o governo por recursos, favores, privilégios e subvenções.

O governo provisório, na sua fase militar, nas idéias do grupo que lhe dirige as finanças, preocupa-se em deter “o movimento centrífugo, que a exageração das reivindicações da autonomia local podia imprimir ao país”, com “a concentração das emissões num grande estabelecimento de crédito nacional”.²⁵ Esse esquema, centralizador e de cunho residualmente monárquico, mas justificado pelas novas circunstâncias, encontra sérias contestações. A pluralidade bancária do decreto de 17 de janeiro será, confessadamente, apenas “um compromisso com as tendências federalistas, em cujo nome a revolução acaba de fazer-se”.²⁶ O desígnio das reformas deveria levar, entretanto, a um banco central, “capaz de temperar a desordenada ação de todos aqueles bancos locais”.²⁷ O ato de 17 de janeiro autorizava a criação de três bancos emissores, um, para o norte, com sede na Bahia, outro para o centro, com sede no Rio, e o terceiro, para o sul, com sede em Porto Alegre, no capital total de 450 mil contos de réis. Sob a pressão de São Paulo, no primeiro decreto vinculado à jurisdição bancária do Rio de Janeiro, permitiu-se um quarto banco. Por esse preço, Campos Sales continuou a integrar o governo de Deodoro, sem que igual conciliação fosse possível para o Rio Grande do Sul, com a retirada de Demétrio Ribeiro do ministério. A inflação aninhada no centro do plano financeiro, bem como a eventual unidade bancária acendem as resistências federais, argumentando Campos Sales que “esse banco, poderoso por causa da zona, vai ser uma potência até em política. Veja-se o que aconteceu com os bancos criados pelo Visconde de Ouro Preto, os quais lhe deram ganho de causa nas eleições. Imagine-se que os recursos para toda a atividade dependem do chefe do banco, e conclua-se daí a sua influência”.²⁸ Não defendiam São Paulo e Rio Grande do Sul, com o protesto, apenas a incolumidade federal, mas a política agrícola e pecuária, notoriamente perturbada com a inflação, que projetará interesses cafeeiros espúrios e encarecerá os produtos gaúchos voltados para o mercado interno, como demonstrará a conduta dos dois Estados, sempre ortodoxa em matéria de finanças, suspeitosos de que a prosperidade industrial e o apoio à economia se fariam à sua custa, com o agigantamento da União. Esta reação, abonada pelo mal-estar econômico proveniente da inflação, seria o elemento básico do retorno à normalidade financeira, consagrada no governo Campos Sales. A República caminhará, daí por diante, na órbita federal – embora sob um federalismo hegemônico –, com a restauração dos interesses agrários. O *encilhamento* será o

estertor dos resíduos. monárquicos, desintegrado juntamente com seu centralismo financeiro.

A crise de 1889-91 fixará o ponto de encontro dos valores decrépitos e dos interesses novos, da liquidação de uma classe, da falência do estamento, com a ascensão gradual de outras forças, emergentes em pleno período militar. Desde logo duas correntes se cruzam – a que vê na economia o fogo destruidor da jogatina e a que supõe estar diante de um mundo em criação. Sob as duas, a indústria e o entusiasmo nacionalista murcham, depois da falsa florescência. No bojo do sarcasmo e da crítica, um pouco de ódio ao novo regime, mas sobretudo o combate à usurpação do agrarismo, até então sufocado pela economia de comissários e banqueiros, desejosos de não perder, dessa vez, o domínio do tablado. Ocorre que, em 1890, como em 1889 sob Ouro Preto, os ases financeiros fazem do Tesouro o estrume de sua cobiça, devoradores nos seus tentáculos. Enquanto um monarquista pinta o Rio de Janeiro com as divertidas cores do espetáculo de circo, Rui Barbosa canta o progresso e saúda os tempos novos. “Do alto descia” – escreve o ex-senador Taunay, acentuando o estímulo governamental do encilhamento – “senão às claras o exemplo, pelo menos o incitamento ... o governo, com a faca e o queijo na mão, promulgava decretos sobre decretos, expedia avisos e mais avisos, concessões de todas as espécies, garantias de juros, subvenções, privilégios, favores sem fim, sem conta, sem nexos, sem plano, e daí outros tantos contrachosques na Bolsa, poderosíssima pilha transbordando de eletricidade e letal pujança, madeiros enormes, impregnados de resina, prontos para chamejarem, atirados à fogueira imensa, colossal! Pululavam os bancos de emissão e quase diariamente se viam na circulação monetária notas de todos os tipos, algumas novinhas, faceiras, artísticas, com figuras de bonitas mulheres e símbolos elegantes, outras sarapintadas às pressas, emplastradas de largos e nojentos borrões... Parecia indeclinável acabar de uma vez por todas as antigas práticas, transformar, quanto antes, as velhas tendências brasileiras de acautelada morosidade e paciente procrastinação. Ao *amanhã* de todo sempre, substituíra-se o *já e já!* Quanto moroso, senão estéril no natural egoísmo, o pesado trabalho da terra, com os seus hábitos arraigados, rotineiros! A indústria, sim, eis o legítimo escopo de um grande povo moderno e que tem de aproveitar todas as lições da experiência e da civilização: a indústria, democrática nos seus intuitos, célere nos resultados, a fazer a felicidade dos operários, a valorizar e tres-

dobrar os capitais dos plutocratas, sempre em avanço e a progredir, tipo da verdadeira energia americana e a desbancar, com os seus inúmeros maquinismos, que dispensariam quase de todo o auxílio braçal, tudo quanto pudesse haver de melhor e mais aperfeiçoado nos mercados estrangeiros!”²⁹ Sob a caricatura, pulsa o animo modernizador, empenhado em provocar, por meio de instrumentos públicos, pelo atalho do papel-moeda, um país tão progressista como os mais progressistas da Europa e como os Estados Unidos. O solo americano, cheio de recursos e virgem de iniciativas, desperta do sono monárquico, para a arrancada do século XX. O ideal do progresso rápido e crescente até ao infinito casa-se ao misticismo da abundância americana, numa utopia industrial. Não haverá, nas dobras dos desejos e das aspirações, a imagem da aventura da Índia, dos planos pombalinos, dos dias de 1853? O delírio denuncia, mesmo no passo extravagante, a reprimida normalidade. A embriaguez revela o sonho do homem sóbrio. A estrutura político-social, o estamento crispase no último salto, desenvolvido no ar, com a terra à vista, a terra encoberta há três séculos. Rui Barbosa será o intérprete do momento convulsivo, com a eloquência freada, não pela ironia, mas pelo oportunismo político, preocupado em tornar sedutora a fisionomia do novo regime. Povo acostumado, lembra ele, “à superstição da onipotência do governo”, espera medidas renovadoras, “soluções imediatas dos grandes problemas retardados até então pela morosidade das formas constitucionais, em cometimentos de longo alcance e proporções arrojadas –, tudo sob o propósito generoso de dotar a pátria, no menor termo possível, da maior soma possível de benefícios, políticos ou materiais”.³⁰ A República seria estável, progressista, atraente com a aceleração do quadro industrial, abandonado o agrarismo exclusivo do Império, embora sobre a base, não percebida plenamente, do que de mais característico teve a monarquia, o vínculo entre o Estado e o dinheiro. A indústria, nesse esquema, seria obra do estímulo governamental, especulativa na sua essência, mercantilista no plano e esquecida do sopro liberal. Em primeiro lugar, dotar-se-ia o Brasil de ampla, moderna e eficiente rede de transportes, com o fomento às estradas de ferro, evocadas com a garantia de juros.³¹ Em segundo lugar, atendido o incremento agrícola com a circulação, graças às providências monetárias – “o fôlego da renascença industrial, incipiente no dia imediato à Abolição, dilatou-se, poderoso e criador, pelos amplos pulmões da República”.³² “No longo curso de mais de 60 anos – escreve o deslumbrado

ministro da Fazenda –, “decorrido até a lei de 13 de maio, o movimento industrial desta praça, representado no capital das sociedades anônimas, circunscreve-se à soma de 410.879:000\$. Nos dezoito meses compreendidos entre 13 de maio de 1888 a 15 de novembro de 1889, as associações do mesmo gênero, constituídas nesta cidade, exprimem um capital de 402.000:000\$. De 15 de novembro de 1889 a 20 de outubro de 1890 (onze meses), as sociedades anônimas formadas nesta capital atingem a importância descomunal de 1.169.386:600\$³³.” A extinção do cativo e o 15 de Novembro não são, no comentário, apenas pontos de referência cronológica, mas os dois acontecimentos que libertaram o país das amarras rotineiras e conservadoras, desentorpecendo energias. A multiplicação das empresas não se deve às emissões, contesta Rui Barbosa: “O europeu, que não conhece a nossa história, nem da nossa situação atual vê mais que a superfície, não pode apreciar na sua seriedade o fenômeno dessa eflorescência econômica, dessa exuberância de confiança no futuro, produzidas com rapidez quase mágica, depois que a abolição do cativo e a abolição da monarquia abriram, para este país, uma era definitiva e normal. E por isso mesmo nessa faina de organizações industriais e mercantis, que tem agitado, há dois anos, esta praça, vê apenas a ilusão da riqueza determinada entre os brasileiros pelas emissões de papel. Ignora, pois, que havia, no Brasil, consideráveis acumulações de valores cuidadosamente ocultas e obrigadas a se ocultarem pelas incertezas, pelas ameaças, pelos perigos inerentes à perspectiva da revolução abolicionista e à perspectiva da revolução republicana”.³⁴ Para culminar – a política industrial, necessidade política do novo regime: “O desenvolvimento da indústria não é somente, para o Estado, questão econômica: é, ao mesmo tempo, uma questão política. No regime decaído, todo de exclusivismo e privilégio, a nação, com toda a sua atividade social, pertencia a classes ou famílias dirigentes. Tal sistema não permitia a criação de uma democracia laboriosa e robusta, que pudesse inquietar a bem-aventurança dos posseiros do poder, verdadeira exploração a benefício de privilegiados. Não pode ser assim sob o sistema republicano. A República só se consolidará, entre nós, sobre alicerces seguros, quando as suas funções só se firmarem na democracia do trabalho industrial, peça necessária no mecanismo do regime, que lhe trará o equilíbrio conveniente”.³⁵

Pelo caminho liberal, liberal o cimento e liberais os tijolos, forma-se o edifício mercantilista, com a cúpula dos bancos emis-

sores, reduzidos, na verdade, a um, com ramos secundários para contentar o federalismo: o autonomismo dos bancos emissores só seria possível se conversível o papel em ouro, teoria e fantasia, mais uma vez na história, em desarmonia com a realidade. A circulação, dadas as circunstâncias, seria determinada e controlada pelo Estado, que a delega transitoriamente. Entraria o poder público, ao revés de se retrair, se soltas as rédeas nessa direção, na própria agricultura, até então – denuncia argutamente o ministro da Fazenda – presa “ao monopólio de certos intermediários comerciais”.³⁶ “Nas suas relações com o mercado de consumo, interior ou exterior, a lavoura, mais ou menos enfeudada aos correspondentes, concluía mediante eles todas as suas operações de expedição, venda, reembolso e suprimento, por um mecanismo de crédito e escrituração, que ordinariamente dispensava a tradição efetiva de dinheiro. Os pagamentos efetuavam-se por ordens e saques, que, debitados em conta corrente, se compensavam oportunamente com o haver apurado na alienação das safras. Por um jogo análogo de cheques sobre os comissários se satisfaziam as dívidas contraídas nas casas comerciais do interior.”³⁷ Ora, traduzidas as operações, de crédito a dinheiro, maior seria a presença dos delegados públicos na ordem econômica. Essa era a lógica dos estadistas monárquicos – João Alfredo ou Ouro Preto –, como seria a de Rui Barbosa, com maior audácia, embora prisioneiro de igual mentalidade. O liberalismo, nessa contextura, seria apenas a voz exterior, arredado o poder público das transações, na aparência, para retornar com energia e profundidade, no papel-moeda, nas emissões. Verdade que outra será a direção, logo a seguir vencedora nos conselhos governamentais, com a dispersão do poder nos Estados, sob a batuta de São Paulo. Enquanto essa hora não soa, na plenitude com a presidência Campos Sales (1898-1902) e ensaiada com o ministro Rodrigues Alves, ainda sob Floriano e no governo de Prudente de Moraes (1894-98), o espetáculo da manipulação financeira prossegue. Na dança entram, com suas vistosas casacas, sobretudo os personagens da monarquia banida, agarrados às diretorias dos bancos e das florescentes sociedades que se expandem de hora a hora, da noite para o dia. Enquanto isso, a árvore republicana, com a raiz em São Paulo e forte no Congresso, clama contra as emissões e o controle do governo na economia. O baque do trono, dirá um crítico da “plutocracia tão artificial quanto efêmera”, “passa quase despercebido no mundo financeiro, ao gigantesco parasita que havia sugado a melhor seiva da nossa política,

o seu grande alento das épocas desinteressadas e patrióticas”.³⁸ Os parceiros, distantes pelo caráter e pelas maneiras, aproximam-se e entredorram-se, periodicamente. O estadista atua, realiza seus planos pelas mãos do homem de negócios, do especulador – esta será a réplica visível da delegação das funções públicas, do controle, para fomentar e modernizar a economia. Ouro Preto ocupa o palco por meio do Visconde de Figueiredo, seu banqueiro e empresário de confiança. Rui Barbosa serve-se dos préstimos do conselheiro Francisco de Paulo Mayrink, espécie de presidente de um sindicato financeiro, que se apropria das concessões e privilégios públicos. Será ele o comandante da unidade emissora, resultante da fusão do Banco dos Estados Unidos do Brasil com o Banco Nacional do Brasil, da qual sairá o Banco da República dos Estados Unidos do Brasil,³⁹ o qual, em 1892, gerará, por outra amálgama, o Banco da República do Brasil.

A transição monárquico-republicana, com o novo regime a se forjar dos escombros do antigo, não seguiu o curso eufórico que lhe predissera Rui Barbosa. No centro das oposições, desponha, com armas políticas e com as armas econômicas, o grupo paulista, reunido aos gaúchos no próprio momento das reformas de 17 de janeiro de 1890. Rui e os industrialistas, batidos em todos os *fronts*, sofrem o primeiro grande revés no governo Floriano Peixoto, na reação do ministro Rodrigues Alves. O balão das esperanças começa a desinflar, ainda em 1891, acossado pelas dificuldades inerentes ao processo, com os investidores surdos às constantes chamadas de capital. Os industriais apelam para o crédito direto. As empresas, oneradas por encomendas do exterior ao câmbio alto, obrigadas a pagá-las, pela depressão cambial, com maior quantidade de papel-moeda, mostram-se incapazes de saldar tais compromissos. Já o sucessor de Rui Barbosa no ministério da Fazenda, o conselheiro Tristão de Araripe, tentara deter a especulação, resultando tudo na derrocada do valor das ações, algumas reduzidas a menos de 10% de suas mais altas cotações. Os negócios se identificam, aos olhos dos decepcionados acionistas, às negociatas, ao puro assalto às economias populares, sob os auspícios do governo mancomunado aos especuladores. O Barão de Lucena, novo e último ministro da Fazenda de Deodoro, coerente com as coordenadas da política lançada por Rui Barbosa, propõe-se a salvar o esquema dominante, restaurando a euforia perdida. Socorre, desde logo, a praça, com 25.000 contos, prometendo emissões até 600 mil (273 mil contos emitiu o Banco da República), com a reorganização do Banco da

República. A maioria do Congresso, significativamente a mesma maioria que se opunha politicamente a Deodoro, recusa a medida, preocupada em não emitir nenhum vintém a mais. Para um dos intérpretes da reação, o governo conluiava-se a “poderosos agiotas e bolsistas”⁴⁰ para a exploração desapiedada dos homens de boa-fé. Banqueiros, agiotas, bolsistas – o termo é da época, para designar os exploradores de ações –, advogados administrativos – só eles seriam, aos olhos da oposição, os sustentáculos de Deodoro. Defende-se o governo com o golpe de Estado de 3 de novembro de 1891, dissolvendo o Congresso, golpe, desde logo, batizado de “golpe da bolsa”. No seu manifesto, o generalíssimo, pela letra de Lucena, sustenta a política emissionista, contra os pregoeiros de “perigos imaginários”, desatentos à reorganização do crédito e à proteção da indústria nacional. Restabelecida a normalidade constitucional, destituído Deodoro e entregue a presidência a Floriano (23 de novembro de 1891), com a gestão de Rodrigues Alves na pasta da Fazenda inicia-se, embora efêmero o ministro, o irreversível combate ao encilhamento, retardado apenas pelas aperturas do Tesouro, decorrentes da instabilidade política. A febre, a embriaguez, o sonho do progresso rápido perderam a força mística, preparando a amarga ressaca dos fins de 1891 e de 1892. O deslumbramento se desfaz, cortadas as asas da prestidigitação, em papel impresso, com a seqüela dos processos criminais, à cata dos responsáveis pelas quimeras, eles também arruinados. A paridade cambial de 1889 precipita-se para 25, em 1890, 11,5 em fins de 1891. O custo de vida estoura, nesse ano, à taxa de 50%, provocando reivindicações por reajustamentos salariais, com as “greves”, espetáculo novo na vida social, fatos que denunciam as inquietações dos assalariados. Indústrias e inflação sofrem, na reação vitoriosa, igual repúdio, reconhecidas aquelas como “filhas da jogatina e das fraudes praticadas à sombra das emissões de papel-moeda do governo provisório”.⁴¹ Na verdade, pouco restou da orgia papelista, varridas as condições que a geraram. Não pereceu, todavia, a corrente industrial, calcada sobre o primeiro surto manufatureiro, favorecida pela necessidade fiscal das elevações de direitos alfandegários e pelo câmbio baixo. Mais tarde, o contingente paulista engrossará o caudal industrialista, para a marcha ascendente, ferida, embora, de obstáculos e favores, ondulantes e variáveis.

Errara Rui Barbosa no seu ousado plano de assegurar a estabilidade republicana sobre a indústria, fundada sobre uma

“democracia laboriosa e robusta”, oposta aos privilégios aristocráticos da monarquia. As emissões, se exacerbam o surto industrial, levando-o ao delírio, favorecem, com o dinheiro e o crédito fáceis, a expansão cafeeira paulista, incrementada com a imigração ampla, sob o estímulo estadual, possível sob o sistema federalista. O setor dinâmico da economia mantém sua primazia exportadora, com a produção ascendente, de 5,5 milhões de sacas em 1890-91 para 16,3 milhões em 1901-2. A exportação, no período correspondente, sobe de 5,5 para 14,7 milhões. Um dado perturbador, ainda, para a compreensão do problema a seguir em estudo: o valor da £ saca ascende a 4,09, em 1893, para cair a 1,74 em 1897 – em mil-réis: 80,854 em 1895 e 52,905 em 1900. Preços altos até 1895, queda acentuada, em crise, até 1900, apesar do valor em moeda nacional superior aos índices da moeda estrangeira. Indicarão os números que a situação cafeeira terá sido responsável pela virada financeira, antiemissionista? Em favor de quem e por quê? Nas respostas, poderá estar a chave capaz de explicar todo o curso republicano, até 1930, bem como suas correspondências políticas.

A impressão que os números revelam, ao exame não crítico da situação, seria o estímulo das emissões aos interesses cafeeiros. Desconfiados embora com o industrialismo, os produtores de café aumentam suas plantações, incrementam-se as exportações, com o recebimento maior de moeda nacional.⁴² Sem dúvida, as emissões aceleraram o plantio cafeeiro, graças ao crédito abundante, dobrando a exportação, no período de 1891-1900. A alta das cotações, na primeira parte da década, fazia prever um período de permanente prosperidade. O encilhamento urbano projetado, no outrora sólido e prudente Oeste paulista, o encilhamento rural. “A derrama de dinheiro fácil, abundantíssimo de 1890 a 1891, e à cata de emprego, provocara a mais extraordinária elasticidade de crédito. Coincidira tal circunstância com o momento em que haviam, em virtude do alargamento do consumo, declinado os estoques mundiais de café, daí decorrendo alta fortíssima de cotações. Operava-se, então, subitamente, enorme valorização fictícia de terras e lavouras. Às imaginações ofuscava a miragem da puberdade prodigiosa do Oeste paulista, cujo solo virgem mostrava ser o *habitat* próprio da rubiácea. Verdadeira febre para o plantio apossara-se de quantos tinham conseguido alcançar os favores dos fornecedores de fundos.”⁴³ Forma-se, ao lado da primeira, já consolidada no ano de 1889, uma neocafeicultura, aventureira e especulativa, lan-

çada sobre o crédito hipotecário e os juros altos, que culmina na superprodução de 1895 e na baixa do valor, daí por diante. A dívida da lavoura alcança, depois da maturação longa dos cafezais, a 400.000 contos de réis, dívida que só será amortizável se estáveis ou ascendentes as expectativas de 1891. Reproduz-se, numa superposição de camadas, a lavoura especulativa do Vale do Paraíba, em outra geografia, freada embora pelo substrato não aventureiro das últimas três décadas do século XIX. A monocultura, como acontece sempre nos períodos de prosperidade, invade os campos, exigindo maciças importações de cereais. A situação, artificialmente alterada, já era difícil em 1896, com a ameaça de ruína, daí por diante crescente, sombriamente. Em 1897 calculava-se que um terço dos cafeicultores estavam com as propriedades desoneradas, com outro terço endividado, mas solvável, enquanto a última parcela começava a pagar o preço alto das dívidas.⁴⁴ Dentro do contexto, um fenômeno novo, embora sensível no Vale do Paraíba, altera o sistema comercial: o exportador, na maioria estrangeiro, se aproxima do produtor, alijando o comissário, com a preocupação, hostil ao antigo intermediário, de fazer o jogo da baixa do gênero.⁴⁵

As circunstâncias em curso – o encilhamento urbano e a exacerbação rural – poderiam sugerir que os estadistas se uniriam numa reivindicação comum, a baixa cambial e a desvalorização da moeda, instrumentos de maior proveito em favor dos produtores. Nada disso aconteceu, entretanto. Os paulistas – numa linha que vai de Rodrigues Alves, ministro da Fazenda de Floriano, a Rodrigues Alves, presidente da República (1891-1906), impuseram porfiado combate às emissões e ao aviltamento cambial, no aparente paradoxo de uma política antiexportadora. A vitória dessa corrente, consagrada na presidência Campos Sales (1898-1902), dará o *tônus* e marcará o ritmo da primeira quadra chamada República Velha, malgrado os desafios, as contestações, os recuos que lhe sombreiam a trajetória. O recuo transaccional, com as valorizações (1906, 1917 e 1921) e defesa oficial dos preços, preparará, no seio do equilíbrio ortodoxo, a onda que levará ao terremoto de 1930. O país essencialmente agrícola, que eles defendem e estimulam, não será o dos comissários e o dos banqueiros, mas o sólido, estável, da fazenda solvável, articulada ao comércio exterior. A luta, para o coroamento da política nova, em oposição a Rui Barbosa e aos industrialistas inflacionários, seria árdua e tenaz. Logo que se restabelece a normalidade constitucional, em 1891, o ministro Rodrigues Alves se dispõe a

encampar, pelo Estado, as emissões bancárias, estancar o aumento do papel-moeda, que seria progressivamente resgatado. O Tesouro arcaria com os saldos da loucura inflacionária, preocupado em evitar a ruína dos investidores. Daí por diante não se admitiria mais a aventura, que fizera, de papel e ilusão, grandes fortunas, elevando-as, como testemunha Rangel Pestana no Congresso, das abastadas de 4, 5 e 6 mil contos a 10, 20, 30 e até 60 mil contos. O momento não seria ainda oportuno para a reação total: era necessário não só salvar o detentor das notas bancárias, mas também o empresário à beira da falência, com um auxílio de 100 mil contos. Penosamente, contra o voto e a voz dos paulistas – salvo o dissidente Francisco Glicério, simpático às transações com os emissionistas –, o auxílio será concedido, ao preço da quebra da euforia republicana em favor da indústria. Floriano, embora elevado ao governo em reação a Deodoro, ainda estava preso ao grupo centralizador que empolgara o novo regime, nos seus primeiros passos. A fusão do Banco da República, o principal eixo do encilhamento, com o Banco do Brasil seria o instrumento para a pacificação entre as correntes em dissídio. No governo Prudente de Moraes, depois de ordenado o país e liberto da contingência das emissões para sustentar a guerra civil, ainda pela mão de Rodrigues Alves, novamente ministro, prossegue a política antiinflacionária, culminando no deflacionismo de Campos Sales. O Tesouro, com mão de ferro, comandará as emissões (1896-1910), restaurará o valor da moeda e elevará a taxa de câmbio, que caíra aos menores níveis desde a Independência. O Estado se recuperará, mas o café continuará a se arrastar sem perspectivas próximas, avassalado pela superprodução. O ministro da Fazenda de Campos Sales, Joaquim Murinho, não se comove com as queixas da agricultura endividada: a seleção natural eliminaria os fracos e os doentes, para consolidar os fortes. O tempo, combinadas as crenças liberais às darwinistas, curaria os males, sem o corretivo da tutela governamental.

Diante dos interesses em dissídio – a cafeicultura recente, a indústria remanescente do encilhamento, os velhos comissários e parte dos exportadores –, somente uma vigorosa aliança política será capaz de sustentar a reação saneadora. A empresa seria prematura nas hostes divididas de Prudente de Moraes. *A política dos governadores* – política dos Estados, na versão oficial – será o pedestal sobre o qual imperará Campos Sales, num esquema político de trinta anos de duração, apesar de sua estrutura não monolítica. Os vinte governadores, reservada a direção ao presi-

dente da República, com o centro em São Paulo, fazem o Congresso, que, por sua vez, apóia a política do chefe das hostes estaduais. O anel político vincula-se a uma coligação econômica, que parte de Londres e chega às fazendas, num traço de dependência pontilhado de distorções, veleidades autonomistas e de um mercado interno em crescente expansão. O comércio importador, o maior beneficiário da alta cambial e da moeda valorizada, vê seus esforços premiados, depois das advertências antiinflacionárias, que em 1892 se revestem do manto patriótico, em defesa da imigração e dos capitais estrangeiros.⁴⁶ Joaquim Murinho, ainda ministro de Prudente de Moraes – e ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas –, verbera contra a “indústria artificial”, fiel ao incremento da “indústria natural”, em nome do consumidor sacrificado: “A idéia errônea e anti-social de que a grandeza industrial de nossa pátria depende sobretudo de nossa libertação cada vez mais completa dos produtos da indústria estrangeira foi provocando a aspiração de estabelecer empresas industriais de todos os gêneros, para se conseguir realizar aquele *desideratum* pseudopatriótico.

“De outro lado, a grande ilusão financeira, de que mal acabamos de sair, fez-nos acreditar na existência de capitais enormes, de riquezas inesgotáveis e mais que suficientes para realizar aquela aspiração”.⁴⁷ O café, capaz outrora de sustentar a febre industrial, provoca, na crise, a retração, sem meios para financiar a importação de maquinismos. De outro lado, o exportador – nem sempre apenas exportador, não raro também importador –, estrangeiro e estrangeiras as suas vinculações, não via com bons olhos o câmbio bruscamente cadente. Os investidores estrangeiros, inclusive os bancos, forçados a remeter juros e lucros, pressionam o governo para o câmbio alto, bem como cuidam da solvência do Tesouro. Na cúpula, como símbolo e realidade, a casa Rothschild de Londres, agente financeiro do país desde 1855, impacientemente reclama o restabelecimento da sanidade financeira e cambial. Com insolência, em nome de compromissos acumulados no Império, desmente, em telegrama de 1891, o ministro Lucena, acusando as emissões de papel-moeda pela crise. Recusa-se, além disso, a expandir o crédito, somente reabertas as negociações em 1895. Os fios da teia internacional enredam-se ao setor produtor e exportador, ensejando a reação antiinflacionária, necessária para restabelecer o crédito do país, isolado na sua eventual bancarrota. O *funding-loan*, negociado em 1898, no momento grave do câmbio médio a 7 3/16, será o instrumento

da reorganização financeira da República, sob a hegemonia política e econômica de São Paulo. Com o papel-moeda elevado a 780 mil contos (197 mil em 1889), incapaz o país de amortizar a dívida externa, nem sequer de pagar os juros aos credores de Londres, era necessário articular um sistema financeiro que conciliasse a pressão externa com a prosperidade interna. O nervo da circulação econômica, legado pelo Império e reputado por Rui Barbosa o centro da emancipação econômica da República, as estradas de ferro fizeram-se a crédito, mediante garantia de juros a ouro. Em 1896, cogitou-se de arrendá-las, o que ocorreu, depois de encampá-las o governo Campos Sales. Não era possível, desta sorte, desvincular o setor externo do interno da economia, emaranhados numa teia que passa pelas mãos do Estado. Era a herança imperial – não abandonada nos dez primeiros anos do novo regime – que se cuidava de reformular, com o empenho não articulado de retirar o governo do comando da economia. Havia, sem dúvida, outra solução para o impasse, afora o empréstimo fixado no *funding*, que seria a suspensão unilateral da dívida ou a redução dos juros. Corresponderia, essa outra ponta do grave dilema, à confissão da bancarrota, com a retirada do país do mercado internacional, hipótese que desmantelaria o complexo exportador-importador, num momento de mercado interno fluido. A medida, depois de esboçada, será repelida porque – lembra Campos Sales –, “além da perda total do crédito do país, ... poderia afetar gravemente a própria soberania nacional, suscitando reclamações que talvez chegassem ao extremo das intervenções estrangeiras. Aliás, tal fora sempre o meu sentimento acerca dessa solução”.⁴⁸ Afastada a temerária alternativa, retomou, com um espaço de respiro, o serviço da dívida externa, extirpando a causa principal do desequilíbrio orçamentário, a diferença de câmbio, crescente com a queda da taxa deste. Pesadas e humilhantes garantias selaram o acordo, com o retorno ao sóbrio padrão ouro, removidos os excessos de papel-moeda. Fora da guarda e da vigilância aos compromissos do Tesouro, o governo, numa política dita de “princípios” e não de “expedientes”, deixava a esfera particular seguir o seu curso, mesmo ao preço das quebras, na luta em que sobreviveriam os mais fortes. Nesse caminho não havia mais lugar para o quadro patrimonial-estamental, rompidos seus pressupostos econômicos e destruídos os elos de seu prestígio social.

No contexto da corrente econômica reorganizadora, que se inicia em 1891 e atinge seu clímax no período 1898-1902, o

café geme ao peso da crise, agudamente dolorosa desde 1895. A superprodução esmaga os cafeicultores, até que o esquema valorizatório de 1906, compartilhando os sacrifícios, beneficie a rodos. A exportação e os preços altos não suportaram a expansão das safras, de 4 a 15 milhões de sacas, de 1890 a 1902. A lavoura refugia-se na policultura, com o desmembramento de lotes vendidos aos colonos, a hipoteca e o apelo ao crédito. Sobrenada às dificuldades, apenas a fazenda não dependente dos adiantamentos de banqueiros e exportadores. Típico fazendeiro em aperturas será o caso de Jorge Tibiriçá, influente político e cafeicultor paulista. Apanhado, em 1901, pelas restrições de crédito, derivadas da política Campos Sales, recorre aos bancos e hipoteca sua fazenda. A venda do café mal dá para o pagamento dos salários – vê-se forçado, para estancar a despesa, a ceder parte das terras aos colonos, cujos pagamentos o aliviam da despesa mais premente. Urgido pelas despesas de juros, não conseguiria sobreviver se a paciente e tenaz Ana Tibiriçá não se dispusesse a aproveitar o gado da fazenda para a venda de leite e o fabrico de requeijões, queijo e manteiga, artigos adquiridos pelos próprios colonos. A crise sugere o desenvolvimento da policultura, com o abandono das importações de gêneros alimentícios do exterior.⁴⁹ O esquema governamental, desta sorte, provoca distorções não previstas no plano financeiro, com o alargamento do mercado interno, repercussão contrária aos interesses do núcleo importador e do capitalismo internacional. A sobriedade não leva ao jejum, mas à expansão dos recursos potenciais da nação.

Igual efeito se precipitará no campo industrial, recuperando o país, discreta mas firmemente, o decréscimo do ritmo ascendente do quinquênio 1895-99. A taxa-ouro sobre as importações (10% em 1898, 15% em 1899 e 25% em 1900) opera como tarifa alfandegária, apesar de abominar o presidente o protecionismo – “inoportuno e por vezes absurdo em favor de indústrias artificiais, à custa dos maiores sacrifícios para o contribuinte e para o Tesouro” (Manifesto Inaugural de 15-XI-1898). O ímpeto industrialista, ferido com o encilhamento e a ressaca que lhe seguiu, acomoda-se, com modéstia, ao desestímulo oficial às fábricas “artificiais”, serpeando entre as dificuldades e as acusações que sofre por elevar o custo de vida. O movimento industrial seria, entretanto, apesar dos reveses e dos ataques, um fator a contar no quadro da economia nacional, com o florescimento franco de 1905 e a expansão de 1914-18. Para maior consistência da maré ascendente, o contingente industrial paulista começa a

se avolumar, até que, em 1910, adquira a primazia sobre as outras regiões, primazia que nunca mais abandonará. A imigração, a urbanização, o consumidor assalariado, darão especial ênfase ao fenômeno paulista, associado ao abrandamento monocultor. Essa circunstância, além de seu caráter quantitativo, terá específica tonalidade, em contraste ao surto industrial do Distrito Federal (Guanabara). Enquanto neste a indústria obedece a coordenadas políticas, de índole protecionista e de aliciamento do favor público, adversa, portanto, ao complexo exportador-importador, a empresa paulista obedece a outras inspirações, dependendo menos do governo, com o progresso gerado no seio do mundo importador. Na verdade, a caudal paulista se incorpora à corrente guanabarina, guardada relativa autonomia, não desdenhosa da proteção oficial, mas capaz de dela prescindir. Essa combinação marcará a indústria paulista, economicamente liberal no conteúdo, de certa ambigüidade no trato com o poder público, de sorte a se sobrepor à tutela oficial. Indústria de tendências autonomistas em relação ao Estado, mas cautelosa, lisonjeira aos seus favores, sem a voz grossa e altaneira do bandeirante, ainda discernível no fiapo da arrogância cafeeira. As incongruências regionais explicam-se: o mercado nacional, realidade econômica, será, por muitos anos, uma ficção social, separadas as províncias nos seus particularismos e isolados os interesses em consequência das comunicações deficientes. O importador, inimigo da indústria na Guanabara, será o seu principal agente em São Paulo. “Muito mais” – a palavra está em Warren Dean – “do que as firmas do Rio, os importadores paulistas tendiam a perder sua identidade como importadores e transformar-se em fabricantes. Isto se devia, em parte, ao fato de possuírem as firmas paulistas uma participação muito maior na criação e na expansão das fábricas. O contexto histórico também era significativo. Os importadores do Rio haviam crescido lentamente numa economia regional, que devia tanto ao aumento da população vegetativa e ao desenvolvimento da burocracia federal quanto ao ciclo do café. Haviam sido importadores por muito tempo, antes de adquirirem ações de empresas industriais. Os importadores paulistas mal se haviam estabelecido quando descobriram a necessidade de adaptar-se ao declínio da capacidade do café para custear as mercadorias vindas do estrangeiro. Vale notar que, enquanto os importadores de São Paulo se voltavam para a indústria à medida que a importação se tornava cada vez mais difícil, os do Rio vendiam suas empresas industriais e voltavam à ocupação original, a de simples

atacadistas⁵⁰." Segue-se das duas tendências – a indústria especuladora guanabarina, dependente de estímulos e favores governamentais, e a indústria capitalista de São Paulo, de índole liberal – uma realidade híbrida, apoiada sobre a tarifa e as emissões, mas não fundamentalmente adversa nos seus interesses, globalmente, ao sistema agrário. A orientação da economia no sentido do comércio exterior, mantida e reforçada, acomoda as divergências entre a lavoura e o importador, entre o industrial e a agricultura. Na base, o mercado interno favorece a substituição industrial das importações, dado que estas, em certos momentos, estritamente correspondentes à exportação, não logram abastecer as demandas. A camada industrial, no começo deste século, tenta andar por si, abrindo caminho entre o bloqueio monocultor, com o amparo da tarifa protecionista, a qual não será hostilizada pela fazenda, que, graças à renda pública assim obtida (70% entre 1900 e 1920), ficará liberta dos impostos sobre a terra e sobre a renda.

Duas modalidades de indústria esquematicamente caracterizadas pela geografia, a paulista e a guanabarina, articulam-se nas dobras do setor exportador e importador. Elas viçam para facilitar as exportações ou para aperfeiçoar as importações, palidamente vinculadas ao mercado nacional, débil e tateante. Enquanto o esboço guanabarino obedece ao comando público, necessitado, para sobreviver, das sobras da exportação, capazes de alimentá-las de maquinismos e matérias-primas, a paulista se expande sempre que as importações não logram proporcionar produtos ao nascente mercado interno. Nesse último esquema, ao contrário do que ocorreu com o açúcar do nordeste ou o café do Vale do Paraíba, o setor exportador-importador se conjuga a todo o conjunto. Em ambos os quadros, entretanto, as indústrias não se expandem com autonomia, dependentes do mecanismo maior para subsistir. Seria impróprio, nessa conjuntura, identificar nessas camadas uma burguesia industrial, segundo o modelo europeu. Não há uma projeção natural do artesão ao fabricante, em florescência que sai do fruto depositado no solo nacional. A indústria será um transplante, amortecido se adverso o quadro exportador-importador, vivaz se estimulado pela crise do sistema maior. Daí o apelo constante ao Estado, ao poder público, capaz de acudir a planta sem sol e sem estrume. Esse esboço industrial, entretanto, ganha relevo no momento em que adquire a perspectiva, com a promessa de permanência, de substituir as importações, dramaticamente cortadas na guerra de 1914-18 e no recesso da crise 1929-40. A subsistência do esquema só será possível, pas-

sadas as circunstâncias transitórias, se competitiva a ilha industrial. Ausente essa possibilidade, seria, ainda uma vez, necessário o apoio do setor público, com a reserva forçada do mercado interno, por meio das tarifas alfandegárias ou por meio da inflação – esquemas, ambos, com a reformulação do sistema estatal, estruturados depois de 1930. A esse rumo, nacionalista na essência, se opõe o ideário liberal, implícito no plano Campos Sales-Murtinho, que apela para o capital estrangeiro no incremento industrial.

A linha paulista da economia, que parte de Rodrigues Alves ministro da Fazenda de Floriano (1891) e chega a Rodrigues Alves presidente da República (1906) – insista-se ainda uma vez –, não se mostrará, todavia, plenamente adequada às circunstâncias em transformação. Nesse período, os instrumentos patrimonialistas do comando político da economia – o protecionismo, as manipulações financeiras, as garantias de juros e as concessões, as intervenções estatais – sofrem vigoroso cerceamento, que os leva quase ao desaparecimento. A política Joaquim Murtinho, assim denominada porque dará a nota ao comando de 15 anos, caracterizada no combate às “indústrias artificiais” e à “produção exagerada do café” e articulada ao lema “importar e exportar muito”⁵¹, não se adapta, na sua rigidez monetária e na sua insensibilidade darwiniana, aos interesses novos. Ela própria será ofendida, repita-se, com distorções espontâneas, emergentes à margem de seus propósitos e de seu curso. Um reajustamento se opera, a partir desse ano de 1906, com reflexos no meio oficial e dirigente, dentro dos próprios muros liberais. Note-se, entretanto: o esquema Murtinho permanecerá vigente até 1930, com desvios nas suas linhas mestras. O sistema patrimonialista não retorna à terra, como nos dias do Império ou nas horas do governo Deodoro, senão que será evocado como corretivo, leve e às vezes profundo, do castelo de Murtinho, construído dogmáticamente e para durar um século. Um paradoxo aparente, nesse abrandamento e retificação de rumos: a direção caberá a Minas Gerais, que afasta São Paulo por um espaço de vinte anos, durante o qual três presidentes mineiros (Afonso Pena, Venceslau Brás e Artur Bernardes) ocupam a chefia do governo, num caminho do qual não se distanciam Nilo Peçanha, Hermes da Fonseca e Epitácio Pessoa. Os interesses cafeeiros e industriais de São Paulo, com a densidade peculiar que adquirem depois de 1906, prosperam e se acomodam melhor sob a mão alheia do que sob o severo controle de seus homens.

Um coordenado complexo de circunstâncias – a inviabilidade da sucessão de um paulista, Bernardino de Campos, a presença de Afonso Pena, o Convênio de Taubaté – ilustra e testemunha a mudança do curso republicano. A política do *funding* provocou, malgrado a condução federal dos negócios, o fortalecimento do poder central, com o rígido controle das finanças estaduais, sobretudo na parte referente ao endividamento externo e aos compromissos estaduais. O Banco da República do Brasil (1892), filho da política de Rui Barbosa, carregado por uma pesada herança, não seria o instrumento hábil para gerir as finanças, em nome da União, ferido na liquidação de seu passado. Desde 1902, clama-se pela reorganização do frágil estabelecimento de crédito, para que, em seu lugar, surja um instituto central regulador, que, além do caráter de banco central de redesconto, sirva de intermediário para as operações de crédito entre a União e os Estados. Nasce, aprovado pela Lei de 30 de dezembro de 1905, o quarto Banco do Brasil, que é o atual Banco do Brasil. Banco central, agente financeiro do Tesouro, futuro banco emissor, cornucópia da União, pai e padrasto do comércio, da indústria e da agricultura, ele será o futuro que amansará as veleidades federais, no comando da economia, tão temido nos dias iniciais da República. A partir de seu funcionamento, o pacto federal adquirirá outra índole, segundo a qual o predomínio dos Estados poderosos se definirá na conquista da Presidência da República, com a constelação de poder articulada para o controle do país. Há um salto, todavia, entre o banco de comando de Rui Barbosa e o do fim do governo Rodrigues Alves: no interregno de 15 anos, perecera o núcleo patrimonialista e se dispersara o estamento estatal, em favor da hegemonia das unidades federadas plantadas sobre o café. O sonho industrialista se evaporara, admissível apenas a indústria compatível com o café, com a ascendência econômica do sul, regionalizada em São Paulo e Minas Gerais. A transação federal centralizadora de Deodoro e Floriano cedera o lugar à hegemonia paulista, que, para subsistir, se alia à mineira, num compromisso pluralista de interesses – pluralista mas não nacional. Essa terceira fase, consolidada com a presidência Afonso Pena, será a maturação de tendências que se precipitam à margem da política Campos Sales-Joaquim Murtinho, fielmente continuada por Rodrigues Alves-Leopoldo de Bulhões, a última sem a rigidez da primeira. Nas dobras da flexibilidade, amolda-se o plano cafeeiro, que culminará no Convênio de Taubaté, não endossado pelo presidente da República, mas não combatido, grande cafeeiro ele próprio.

Em consonância com a reação, articula-se o retorno protecionista, agora estimulado pela nascente indústria paulista, sob a liderança dos mineiros Francisco Sales e João Pinheiro, governadores de Minas Gerais. Volta a dominar uma teia mercantilista, com base nos Estados (São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro), sob a tolerância da União, circunstância esta – o equilíbrio negociado – que não suscitará a aberta centralização diretora, nos moldes imperiais. A proteção agora buscada não seria apenas em favor da indústria, mas de interesses da produção nacional, que se ampliam em favor do agropecuário de Minas Gerais e do Rio de Janeiro. Coube ao governador de Minas Gerais, Francisco Sales, dar corpo e estruturar a reação à política Joaquim Murtinho, ao tempo que de São Paulo se articula a defesa do café e o industrialismo da Guanabara reivindica tarifas aduaneiras.⁵² O Congresso Agrícola, Industrial e Comercial, reunido em Belo Horizonte no ano de 1903, fixa a adesão de um grande Estado a uma nova política, em desafio aos presidentes paulistas, sob a liderança ostensiva de João Pinheiro, governador de Minas Gerais a partir de 1906. O pensamento central dos novos rumos será “garantir o mercado interno à produção brasileira”, numa linha protecionista e intervencionista na economia. Desse núcleo se espraíam os primeiros vagidos nacionalistas, que encontram em Alberto Torres (1865-1919) seu maior intérprete. João Pinheiro desde 1903 fixará a linha de combate: “É nossa a grande opulência natural desta pátria, é nosso este clima para todas as produções, é nossa a exuberante terra brasileira; mas em mãos estranhas estão a exportação das nossas riquezas, a importação do que não temos querido produzir, a regulamentação do nosso crédito, a exploração do alto comércio internacional, estando condenados em nome de uma liberdade comercial absurda a sermos um povo pobre no seio da mais rica das pátrias”. “Mas o nosso erro – o nosso grande erro” – dirá mais tarde – “tem sido o de não havermos adotado íntegras, decisivamente, as suas leis de constituição do trabalho, de proteção absoluta a todo esforço produtor, de defesa natural à agricultura, de amparo às manufaturas incipientes na luta desigual com produtos estrangeiros, frutos amadurecidos de uma atividade secularmente sistematizada”. As duas grandes objeções correntes contra os objetivos propostos – a defesa do consumidor e a distinção entre indústrias naturais e artificiais – recebem a réplica contundente: “Esse negócio de *livre câmbio*” – confidenciara a um amigo – “é história de bacharel desocupado que, na sua qualidade de consumidor *parasita*, tem

horror ao levantamento de preços da nossa produção, que, entretanto, constitui a salvação dos que trabalham. E, de mais, é largarem de ser consumidores, passando para a classe dos produtores, que temos aí muita terra precisando ser trabalhada”. Ainda um duro juízo: “... nesta terra, *livre-cambista* é sinônimo de vago-bundo”. A classificação das indústrias em naturais e artificiais seria uma falácia, maliciosamente cultivada: “Não há indústrias artificiais. O que faz a indústria não é a matéria-prima, é a mão-de-obra, é o trabalho do operário”. O *economismo* não significa, todavia, o industrialismo dos dias iniciais da República, mas o reerguimento das atividades nacionais, com a reconquista do mercado, interno: “A questão industrial é importante, não resta dúvida, e eu sou partidário decidido da proteção do Estado à indústria, enquanto esta não se acha bastante forte para lutar com vantagens com as indústrias estrangeiras, melhor aparelhadas; mas, tratando-se de reorganizar o trabalho como base da fortuna pública, o que se impõe, naturalmente, sobretudo, é a reorganização daquele que representa a parte maior dessa fortuna. Essa é, incontestavelmente, em nosso país, a agricultura; a indústria manufatureira beneficia um certo número de habitantes, mas a agricultura é que beneficia a grande massa, não só favorecendo o trabalho mais espontâneo e mais fácil ao número maior, como fornecendo ao país os efeitos precisos às suas necessidades mais imediatas”.⁵³

O café, depois de um longo período de comando isolado, precisa de reformulações econômicas e políticas que ajudam, embora a *contre-coeur*, a indústria. Na convivência nova dos interesses, entra um componente até então arredio, convencido de que as facilidades de importação significavam vida barata – o assalariado. Mais do que o alimento barato do exterior, começa a pesar, no seu plano de vida, a oportunidade de emprego, procurado não apenas nas repartições públicas, lotadas de protegidos políticos. Era isso o que pretendia dizer João Pinheiro, ao aludir que o livre-cambismo só interessava ao “parasita”, ao “vagabundo”, não ao produtor, agora o operário, o agricultor e o empresário. A camada média e o proletariado aceitam o nacionalismo, transformando-se dos jacobinos dos dias de Floriano em aspirantes ao emprego, abandonado o antilusismo agressivo em favor do país independente, dono de sua riqueza.⁵⁴ Aconteceu, além disso, que a orientação Campos Sales-Joaquim Murtinho, à qual Rodrigues Alves se manteve fiel, com o resgate do papel-moeda e a conversão, não provoca a prometida vida barata. Os impostos

altos, altos porque cobrados em ouro, acentuaram a carestia, carestia também resultante do câmbio baixo, sem nenhuma contrapartida de maiores ofertas de emprego e do estímulo à manufatura e ao café. A insatisfação, já provada nas ruas com a despedida de vaia de Campos Sales, irrompe em 1904, no Rio de Janeiro, a pretexto da vacina obrigatória. “A revolta de novembro de 1904” – observa José Maria dos Santos – “foi um movimento de natureza essencialmente econômica, com as suas verdadeiras origens na absoluta indiferença dos meios políticos e governamentais ante o sofrimento geral da população. A vacinação obrigatória, por si só, não a explicaria. O pronunciamento militar Sodré-Travassos foi apenas um enxerto apressado e de última hora. A relativa indulgência reservada posteriormente aos seus diretos responsáveis, a contrastar com a dureza do tratamento usado para com os elementos populares, mostra bem que neste ponto o governo não tinha dúvidas. Foi mesmo a partir daquele momento que se tornaram correntes na nossa polícia os hábitos de grosseira e infinita brutalidade que especialmente a caracterizam, nas suas relações com a gente pobre”.⁵⁵

Verdade que, apesar do pensamento protecionista, da pressão que desencadeia o Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de 1903, da Associação Comercial do Rio de Janeiro, do Centro Paulista de Fiação e Tecelagem, o Congresso e os presidentes bloquearam as tentativas protecionistas à indústria. Somente a guerra de 1914-18 tornou vitoriosas as reivindicações da manufatura, acusadas de encarecedoras do custo de vida, sob a hábil batuta do comércio importador. O projeto de lei de João Luís Alves, gerado pelo mesmo espírito da reorganização econômica preconizada por Francisco Sales e João Pinheiro, não saiu das comissões e do plenário da Câmara dos Deputados, na desesperada luta de 1903-1907, impedido pela lavoura, receosa de que a elevação de tarifa provocasse represálias, da mesma índole, dos países importadores de café. Todavia, no setor da cafeicultura, o caminho será brando e favorável, com reflexos indiretos, com a baixa e a estabilidade cambiais, que favorecem as manufaturas. Contra a resistência de Rodrigues Alves, preocupado com as consequências de um controle brasileiro do mercado mundial do café, que poderiam incentivar o plantio em outros países, como já revelava a cultura dos seringueiros no Oriente, os planos valorizadores conseguem empolgar os círculos oficiais de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, governado este por Jorge Tibiriçá, o marido da obstinada Ana Tibiriçá, convertida em industrial para

salvar a lavoura do casal. Em Taubaté, em 26 de fevereiro de 1906, os governadores dos três Estados assinam o convênio que tomou o nome da cidade paulista, com a brusca quebra do itinerário liberal e não intervencionista dos presidentes Prudente de Moraes, Campos Sales e Rodrigues Alves. Prevaleceu o expediente de fixar um preço mínimo do café, com a retenção de parte da produção, retenção correspondente ao excedente do consumo mundial. Uma sobretaxa garantiria os recursos necessários à compra do produto no mercado interno. Para o aperfeiçoamento do esquema, seria necessária a presença do governo federal, por meio do Banco do Brasil, que emprestaria moeda brasileira, e na garantia de empréstimos externos, conseguidos na Alemanha, na Inglaterra e nos Estados Unidos, a princípio sob a responsabilidade de São Paulo. O tradicional agente financeiro, Rothschild, não se comprometeu com a operação, avesso aos processos mercantilistas em curso, só rendido um ano mais tarde, diante do êxito do plano. A União deveria adotar um mecanismo financeiro diverso, capaz de deter a alta cambial, estabilizando-a em 15 d. – valor médio entre o nível 12, advogado por Minas Gerais, e 18, pretendido por São Paulo. Essa medida – a Caixa de Conversão – será obra do futuro governo, o de Afonso Pena, entusiasta da nova política. Graças ao conjunto de providências que se articulam sobre o Convênio de Taubaté, o país, na década seguinte, obtém maior preço de sua exportação, com menor volume.

O conjunto das circunstâncias econômicas, que inaugura uma fase da história republicana, torna inviável o candidato paulista à sucessão presidencial. O sucessor de Rodrigues Alves deveria ser Bernardino de Campos, comprometido com a linha Campos Sales-Joaquim Murinho, estadualista em política e em finanças. Desde 1891, bradava contra a centralização do crédito, que, estruturado em órgãos nacionais, levaria ao regime unitário, com o abafamento das liberdades econômicas e políticas.⁵⁶ O comando econômico, se algum devesse ser exercido, caberia aos Estados e, obviamente, entre os Estados, a São Paulo. Na intervenção do governo federal sobre o café veria, coerente com sua grei, ameaça ao sistema descentralizador, com a prática de passos sempre mais profundos no caminho do unitarismo. Temia, já em 1905, a combinação do Estado próspero e da população miserável – o domínio da economia particular pelas finanças públicas. Opõe-se, em nome da prosperidade agrícola, às tarifas protecionistas, fiel ao liberalismo federalizante dos homens de

São Paulo. Os tempos eram outros, com o protecionismo industrial, o governo interventor na economia e a baixa cambial. O futuro presidente da República, o mineiro Afonso Pena, reprova o Estado *gendarme*, cuja morte celebra, certo que a missão do governo “abrangia também cuidar do bem-estar e melhorar a condição de vida do povo, exercendo sua ação benéfica em razão da atividade social, desde que a iniciativa individual, sob suas diversas formas, se mostrasse impotente ou insuficiente. Estimularia e ampararia o governo as atividades econômicas pela proteção alfandegária, introdução de imigrantes estrangeiros, desenvolvimento dos meios internos de comunicações”. O revés paulista, dissimulado agora numa transação, seria mais profundo, volvidos quatro anos, com a escolha de um presidente militar, de índole centralizadora. Perdia a política de São Paulo, mas não o Estado, provavelmente não representado fielmente nos seus líderes. A mudança de rumo, com vinte anos de duração, não chegaria a ferir a estrutura política, consolidada pelas mãos de Campos Sales. A presença do poder público central não alcançaria a coloração imperial, embora anuncie os dias de 1930, com a troca das pedras no tabuleiro, em profundidade.

Abertas as comportas da reação anti-Murtinho, as águas correm pela planície, embora sulcadas de embaraços. A Caixa de Conversão, depois de elevado o câmbio a 16, sucumbe, na crise de 1913 (embora sobreviva nominalmente por mais dez anos), com o reflexo de ouro estrangeiro, que precipita a queda cambial. A elevação cambial de 1909 praticamente frustra o plano de Taubaté, apesar de a corrente, estancada provisoriamente, fluir por outra saída. Não mais seria possível retornar à política restritiva, que fez a glória de Murtinho. As emissões voltam à cena, por intermédio do Tesouro, depois de suspensas desde 1898. O papel-moeda subiu de 897.000 contos de réis em 1913, para 1.848.000, em 1920. Daí por diante, a progressão se manteria, com a faculdade emissora confiada ao Banco do Brasil (1920), até atingir 3.394.000 contos em circulação, no ano de 1929. As emissões da Caixa de Conversão se sucedem as emissões do Tesouro e a estas as emissões do Banco do Brasil. Três etapas de um curso de comando da economia pela mão do poder público, em contraste ao privatismo crescente desde 1891 e vitorioso até 1906. A guerra consolidou os núcleos industriais, favorecendo-os com as emissões. A queda das receitas públicas de importação, derivada das condições internacionais do conflito, acentua, por outro lado, o imposto de consumo, já o principal tributo em 1917.

A União, daí por diante, terá de contar com a manufatura, em defesa de suas receitas. Embora persistam as restrições da lavoura e não desapareçam as censuras sobre o encarecimento do custo de vida, o número de pessoas empregadas na indústria – 275.512 operários em 1920 contra 150.841 em 1907 – alarga a base dos interessados no fomento da economia interna. Num movimento sempre contínuo, a indústria procura consolidar-se, com a grande siderurgia.

A economia da chamada República Velha (1889-1930), apesar da ruptura de 1906, estava voltada para o setor exportador. O complexo se abranda, à força de muitas pressões e de muitos combates, com a emergência do mercado interno, que os interesses agrícolas e industriais procuram apropriar. O poder público transige, em alguns casos cede, raramente fomenta esse desvio, que perturba o esquema federalista, tal como articulado durante o governo Campos Sales. O café, ainda na década de 1921-30, ocupa 69,6% da exportação nacional. Daí, desse núcleo central da economia, as valorizações crescem de vulto, entre as quais a de 1906 não será medida isolada e solitária, senão que, como se acentuou, obedece ao contexto mercantilista, aberto, sem eliminar o sistema dominante, na reação anti-Murtinho. O plano, que daria lugar a um neologismo vocabular na língua inglesa e a um neologismo econômico de larga aceitação por outros países produtores de matérias-primas⁵⁷, provoca a elevação do preço do café acima de um nível que permita o lucro do produtor, mas abaixo de um padrão que evoque o plantio em outros países. Tem, pela sua natureza e pelas conseqüências, perigosas a longo curso, capaz de suscitar represálias, caráter transitório e de emergência. De iniciativa dos Estados produtores, sobre eles recaindo o controle do mecanismo interno, projetou-se, na segunda vez (1917-20), ao plano federal, calcado sobre emissões da União, no valor de 110 mil contos, emprestadas a São Paulo, com a promessa de dividir os lucros. A geada de 1918 fez mais pelo café – elevando o valor da saca de 47\$350 a 94\$612 – do que o expediente valorizador. Na terceira valorização, resultante dos estoques encalhados, em 1921, o presidente Epitácio Pessoa, liberal de formação clássica, aceita, com relutância, a responsabilidade da medida, pressionado por São Paulo, cujo governador, Washington Luís, prefere resguardar o Estado da empresa aleatória. Ainda uma vez, as pequenas safras de 1922 e 23, somadas ao aumento de consumo do mercado norte-americano, perturbado pela proibição das bebidas alcoólicas, liquidam os estoques

de 10 milhões de sacas para 5,3 milhões, entre 1919 e 1923. O êxito das valorizações depende, no último termo, do capital estrangeiro, obtido, em 1906, apesar das resistências de Rothschild, com a presença deste, mal volvido um ano. A crise pós-guerra, em 1917, obrigou ao recurso emissionista, em substituição ao empréstimo exterior, novamente negociado, em 1921, com um consórcio de banqueiros – Rothschild, Schroeder e um representante da Brazilian Warrant Co. A conexão entre o poder público, estadual e federal, e os banqueiros estrangeiros induz a crer que o plano de valorização opera em favor do setor externo da economia, com a sobra dos lucros entregue aos produtores e a totalidade dos riscos por conta dos governos dos Estados e da União, acudindo esta, em caso de malogro, com o pagamento das contas atrasadas. Essa projeção pública das medidas, obrigando o governo a intervir depois de aberta a crise, levou à criação, ainda em 1922, de uma agência federal e permanente – o Instituto de Defesa Permanente do Café –, depois dissolvida, quando o Estado de São Paulo funda o Instituto do Café (1925). No seio da garantia dos preços emerge o sentido nacionalista, articulado ao setor público, ainda hesitantemente articulado para as práticas reformistas, embora, à *côté*, esteja sempre o banqueiro internacional – o *Brasilianische Bank für Deutschland* e Schroeder, em 1906, como Lazard Brothers Co., em 1926. O último lance só virá depois da tranqüila marcha de 1924-27, com safras normais e absorção do mercado mundial, no equilíbrio entre o aumento da produção e do consumo (11% ao ano, entre 1920-28). Os mecanismos públicos, desde a implantação do quarto Banco do Brasil, vigiam e aceleram o progresso econômico, com o centro plantado no café. No governo central, superintende a empresa o Ministério da Agricultura, criado em 1906 e instalado no governo Nilo Peçanha. A Carteira de Redesconto do Banco do Brasil (1920), substituída pela Carteira de Emissão (1923), alternou a expansão e a retração monetária, agora francamente fixadas no propósito de evitar o câmbio alto, receio maior dos exportadores e industriais, estes últimos comparsas necessários do controle financeiro. A Caixa de Estabilização (1926), obra do presidente Washington Luís, recebe um legado sem convulsões, mas instável. Essa irregularidade tem ela o propósito de extinguir, com a compressão cambial – já visada pela Caixa de Conversão de 1907, mas só em favor do café –, agora em benefício dos dois setores, abrangendo a indústria, mencionados expressamente na mensagem presidencial de 1927. A paridade cambial se esta-

belece (Lei nº 5.108, de 18-XII-1926, que quebra o padrão de 27 d., embora irreal, mas vigente na lei de 1846) na base 5 115/128 pence ao mil-réis, inferior ao quinquênio. Por meio de uma agência monetária evitar-se-iam a alta e a baixa, para o amparo da lavoura e da indústria, até alcançar – o sonho de um século mais uma vez retorna, pela última vez – a conversão do papel ao ouro. “Para curar, é preciso suprimir essas oscilações; e, para isso, primeiro é indispensável suprimir o papel-moeda, conter o papel-moeda. Não mais papel-moeda como meio circulante; mas ouro e papel conversível em ouro, à vista e sem limitação de quantidade.”⁵⁸ A euforia do progresso indefinido, que a *belle-époque* consagrara, encontra, nessas esperanças, a feição brasileira: a lavoura em paz, a indústria definitivamente radicada permitirão a integração do país no contexto mundial, sobre as bases clássicas da moeda comum. O ideal do liberalismo vê, diante de seus passos, a terra da promessa, completo o ciclo modernizador, vencida a dependência de um século. Surpreende que nos dias de ocaso – o ocaso de 1889, com Ouro Preto, o ocaso de 1929, com Washington Luís – o mundo se despeça cheio de esperanças, alheio à angústia, imune ao desespero, que só a hora derradeira inspirará. A depressão mundial de 1929 acordará o obstinado sonhador, com os freios de controle funcionando para precipitar a queda, sem que ninguém entenda que só um Estado reformulado poderá tomar as decisões necessárias ao momento, momento, na verdade, preparado longamente, dentro da própria estrutura do poder.

A sombra do liberalismo não impedia que o governo, por meio de medidas diretas e indiretas, intermediasse o mercado internacional com a produção do país. No Império, essa função, que secreta crédito e dinheiro, irmana uma classe econômica aos tentáculos do poder público, na combinação patrimonialista-estamental. O declínio do Vale do Paraíba, com a ascensão de outras forças, deu lugar a novo confronto de interesses, numa estrutura, ainda que cafeeira, empresarial, cada vez mais próxima dos padrões burgueses. A emergência do mercado interno, ao tempo que evoca a indústria, até então confinada à aventura e à especulação, provocou – os números são de 1928 – uma produção industrial de 4 milhões de contos contra 8 milhões do setor agrícola. Os ramos têxteis e de alimentação cobrem 60% da área, numa extensa proliferação de pequenas fábricas, a metade delas ainda não servidas de motores. Dos 13.336 estabelecimentos recenseados em 1920, apenas 482 tinham mais de 100 operários

– para 1.236 em 1940. O eixo econômico, deslocado para o sul, não logrou homogeneizar o mercado interno, disperso em centros produtores quase autônomos, de difícil e tardia intercomunicação. São Paulo, o Distrito Federal, o Rio Grande do Sul, as três unidades líderes, produzem para as demandas internas ou das cercanias. O norte e o nordeste são outros países, vinculados à capital da nação, mas excêntricos ao centro dinâmico da economia do mercado interno. Um estrangeiro, na perspectiva de 1935, discernia na realidade brasileira uma estrutura dualista – o país moderno ao lado do país colonial – numa pluralidade de mercados. Havia metrópoles e colônias dentro das mesmas fronteiras.⁵⁹ O viajante reproduz observações do começo do século, impressionado com a coexistência descoordenada de pequenos mercados, com interesses bloqueados regionalmente⁶⁰, gerando, no plano político, uma organização de alianças regionais, com a hegemonia da unidade mais forte ou das duas mais fortes. As nuanças locais adquirem conteúdo divergente – por exemplo, a indústria paulista próxima e em convívio com a lavoura, enquanto a guanabarina depende do governo central. Esse dualismo, de caráter geográfico, complica-se com o dualismo do tempo divergente no mesmo espaço e com o dualismo de setores nacionais e setores inassimiláveis, provocados, os últimos, pelos encraves (*alien enclave*) das inversões estrangeiras no país. No seio do processo, a busca de homogeneidade traduz a preocupação modernizadora, politicamente orientada e fundada na presença do complexo exportador, guiado à distância. A absorção, num só impulso ascensional, do patrimonialismo e do capitalismo moderno, voltado este para a indústria e para a lavoura como empresa, será um destino não possível para o esquema modernizador, comprometido com a comercialização e não com o âmbito produtor.⁶¹ O núcleo modernizador cede, na República, à dispersão e à privatização, com o governo decorativo na teoria e vítima dos assaltos particularistas, estadualmente consagrados. A convergência para a unificação do mercado e para o aliciamento protetor e governamental suscita o centralismo, o protesto antifederal, na surda marcha que leva a 1930.

A agricultura, que ocupa, em 1920, 69,7% da população ativa, um dia seduzida com a emancipação do plantador, do produtor, sufocada pelo comissário do século XIX, decepcionada e endividada, vê sobre ela desabar a crise de 1929. As valorizações, convertidas em sistema a partir de 1906, soaram como a libertação do comissário, já transmutado em banqueiro ou de-

vorado pelo exportador. No fundo, o lavrador, por um golpe, quer escamotear a dívida, sobre a qual expandira a plantação. Na verdade, não consegue senão transferi-la ao exterior, por meio dos bancos e das casas exportadoras. Depois desse angustiado circuito, seria necessário passar o débito ao governo, aparelhado para recebê-lo, com o Banco do Brasil e o Instituto do Café, se a crise lhe ferisse as fazendas. Washington Luís, impermeável à tácita regra do jogo, empertiga-se em orgulhoso liberalismo, abrindo caminho aos ventos ásperos e selvagens, renovadores. A amargura gera o sentimento de exploração, que se casa, sutilmente, subterraneamente, com o nacionalismo industrialista. O sentimento de protesto, longamente incubado, assume a formulação contundente: “Toda a nossa fictícia circulação econômica” – brada o profeta do credo cismático, em 1914 – “é obra, assim, de uma federação de feitorias, que, desde as vendas do interior até às casas de importação e de exportação, as estradas de ferro, as fábricas, o comércio intermediário e os bancos – em mãos, quase totalmente, de estrangeiros – não fazem senão remeter para o exterior, em produtos, lucros comerciais, industriais e bancários, rendas de várias naturezas, a quase totalidade dos frutos da nossa terra. As duas verbas da exportação e da importação equivalem para a nossa economia a verbas de passivo colossalmente precário, enormissimamente lesivo”.⁶² A obra modernizadora não teria passado de obra importadora de modas e exportadora de sangue, à custa do “lenocínio do nosso solo”. Para a reconquista do tempo perdido, seria necessário reformular o Estado – os protestantes reclamam um rei, não o “Pedro Banana” nem um líder sem sabor, saudosos do patrimonialismo que provê, vigia e conduz. “O Estado fora, no Brasil, um fator de dissolução. A influência deletéria dos interesses anti-sociais, criados e alimentados em torno do poder público, desde os municípios até a União, sobre a vida brasileira, é um fato cujo alcance não foi ainda atingido pelos observadores das nossas cousas públicas. Esse regime deve ser substituído por outro, capaz de levar a termo o encargo da geração presente para com o futuro do Brasil⁶³.” Dentro das inquietações econômicas Leviatã novamente ameaça sair das águas, não para dar nova fisionomia jurídica ao mecanismo institucional, mas para “salvar o Brasil”.

O movimento federalista e liberal, desconfiadamente irmanado às promessas igualitárias que a plebe urbana cultiva, preparou a ideologia republicana, mas não fez a República nem venceu no dia 15 de novembro. O golpe militar, expresso numa parada, legitimou-se, com oportunismo, na mudança da forma de Estado, adotada pela pressão do ambiente, única e necessária alternativa à queda de D. Pedro II, que todo mundo sabia sem sucessor: D. Pedro II sem Isabel I, sem D. Pedro III. A interferência militar, situada entre o imperador sem herdeiros políticos e o federalismo não amadurecido, desviou a direção dos acontecimentos, sufocou a revolução em marcha. O odiado Poder Moderador, destruídos o Senado vitalício e o Conselho de Estado, encarnar-se-á, sem quebra da continuidade, em Deodoro e Floriano. O republicano histórico Aristides Lobo sente que o 15 de Novembro não marca o dia zero da era republicana – será, “talvez nem tanto”, o degrau para o “advento da grande era”. “Por ora” – lamenta –, “a cor do governo é puramente militar e deverá ser assim. O fato foi deles, deles só, porque a colaboração do elemento civil foi quase nula”. O cético, o pessimista que mora em todo o cético, parecia não ler o texto dos atos lançados à nação, que acentuam o caráter temporário do governo, temporário enquanto não viesse o pronunciamento definitivo, “livremente expressado pelo sufrágio popular” (*Proclamação e Decreto do Governo Provisório*), que tornaria definitivo, com o banho da soberania nacional, o passo extremo. Signatário dos documentos, Aristides Lobo, ministro do Interior de Deodoro, confia pouco na presença paulista no gabinete, representada por Campos Sales e, depois, por Francisco Glicério, preocupado com a ascendência do chefe do governo e de Benjamin Constant na pasta da Guerra. A perspectiva realista – o cético não é só pessimista senão sobretudo realista – não se ofusca com a presença no ministério de Rui Barbosa e Quintino Bocaiúva, representantes, na mecânica federal repentinamente inaugurada, de duas unidades – a Bahia e o Estado do Rio – em rápido declínio. A ausência de Minas Gerais – a mais poderosa bancada de deputados e senadores, no Império e na República em ser – não permite outro raciocínio, nem autoriza outra tática: ou o povo, isto é, o grupo federal, com São Paulo, ou a Força Armada, esta, na essência, o regime monárquico sob cor diferente, diferente e mais viva. Ainda um engano, na hora caótica: governo provisório não significa o afastamento do militar, depois de votada

a Constituição, mas – quem sabe – a sua permanência institucional, definitiva. Só o civil – o civil civilista – percebe na fórmula o alijamento militar. O militar, em breve transformado no cidadão de farda, temerá que, na reorganização do poder, estará implícito o seu banimento da política, ingrata repulsa aos fundadores do regime.

Militar o regime, era necessário institucionalizá-lo, de acordo com a promessa firmada no próprio dia 15 de novembro. Em dois movimentos se processaria a organização republicana: na escolha dos chefes dos Estados e na definição do papel e das relações militares com o novo regime. A Assembléia Constituinte, convocada em dezembro de 1889, instala-se em novembro do ano seguinte, para terminar a Carta Magna em 24 de fevereiro de 1891. Em 15 meses, o país entrou na órbita constitucional, na obediência a um texto que permaneceria íntegro, nas suas linhas essenciais, por quarenta anos. Nem o trabalho constituinte nem a palavra escrita na Constituição acomodariam as correntes em dissídio ou as forças em divergência. Quem dá o rebote sobre a situação são, no primeiro lance, os monarquistas, o pequeno grupo que não adere ao fato consumado. Eles percebem claramente que a revolta militar se ampliara, no seu conteúdo, numa revolução⁶⁴, cujo maior pecado seria o risco oposto à unidade do país. Na perspectiva imperial, só a sociedade civil, com o centralismo, seria apta a guardar a incolumidade do território, em breve provavelmente dilacerado por muitas ditaduras militares, inspiradas pelas idéias fragmentárias do positivismo. O componente militar, de outro lado, barbarizaria o país, com os oficiais caboclos, ignorantes das maravilhas européias, hostis à modernização civilizatória dos civis viajados, em dia com a literatura da França, da Inglaterra, dos Estados Unidos. A tirania, só ela, traria a ordem, quebrado o consenso político dos partidos, sob a mão vigilante do imperador. “No Brasil” – declama Eduardo Prado – “a questão hoje não está posta entre a República e a Monarquia.

“A luta é entre a liberdade e a tirania. A luta vai ser entre o Exército estragado pelos jornalistas ambiciosos, pelos professores pedantes, entre esse Exército político, servido por seus escribas e que não quererá largar a rendosa tirania, e a sociedade civil, que terá de reagir ou de se aniquilar. A nação terá de mudar ou de devorar o Exército político ou o Exército político acabará de humilhar e de devorar a nação⁶⁴.” O ataque monárquico, contraditório nos termos, baseava-se no pressuposto de que só a centralizadora máquina imperial seria capaz de conservar as

franquias liberais em conjunção com a unidade nacional. Certo, as liberdades sofreriam, na contingência revolucionária, eclipse indisfarçável, mas a garantia da unidade só existiria com a presença do Exército, com sua vocação nacional, inscrita na índole da organização militar. A República tomaria feição unitária, em contraste com a ideologia federal, longamente pregada pelos “históricos”, com base em São Paulo. “Que a República há de ser unitária” – esta a opinião de outro monarquista, menos sectário do que o primeiro – “ou há de haver muitas repúblicas, não há para mim dúvida alguma. A vida das Repúblicas latinas da América tem sido uma luta contínua entre o militarismo e o federalismo e em toda parte este foi esmagado pelo poder central ... A República precisa do militarismo como o corpo humano precisa de calor; a questão é tê-lo no grau fisiológico, nem demais, nem de menos. Ter o Exército como força ativa é tê-lo demais, tirar ao Exército todo caráter político, é tê-lo de menos; a temperatura exata, seria tê-lo como força política de reserva – o que na prática é uma espécie de quadratura de círculo⁶⁶.” Para os monarquistas mais conscientes, o centro do poder seria sempre ocupado por uma “ditadura de fato”, penhor da unidade nacional, liberalmente condescendente sob o imperador, tirânica sob o Exército. A imaturidade do país, sua desarticulação econômica e cultural, os vícios de formação só se corrigiriam mediante a longa educação, de cima para baixo, do estamento burocrático, civil ou militar. A federação traria o caos, a anarquia, as satrapias militares ou as dos capitães-generais. O grupo militar, ao qual o comando é entregue em 15 de novembro, está bem ciente de sua missão e de sua responsabilidade: a garantia da pátria íntegra. Para a preservação desse objetivo supremo, não seria possível fragmentar o domínio, senão guardado o vínculo com o centro, homogêneo e, se possível, monolítico. Somente o destempero não científico dos vocábulos confundiria o esquema com o militarismo, tecla constante dos críticos do regime recém-inaugurado. Para a propaganda reacionária, o Brasil, com seus quatorze milhões de habitantes, seria o prisioneiro de 13 mil homens, a quanto montava o efetivo do Exército, menos de 0,1% da população, dominada pelos ideólogos do Clube Militar, os “bacharéis de espada”.⁶⁷ No alvo militar, os monarquistas buscavam ferir o foco republicano, como se este houvesse suscitado o mando do Exército, na verdade já árbitro dos destinos nos últimos anos da monarquia.

Na derrocada do trono e na reorganização republicana, no interregno em que se apagam as carreiras longamente conso-

lidadas e se ateiam as ambições sufocadas, a palavra de ordem será a do Exército, sob a liderança de Deodoro da Fonseca. Os partidos republicanos, dispersos nas províncias, sem unidade de estrutura e de pensamento, não estão aptos ao governo, esfacelando-se, logo que o timão lhes é oferecido, em grupos dissidentes. Entregar o poder aos representantes do povo, na forma da promessa do 15 de Novembro, seria, levada a empresa aos seus excessos nominais, uma farsa que não enganaria ninguém. As eleições, filhas da vontade do centro antes de 1889, continuariam a obedecer aos mesmos propósitos – o país real seria, por muito tempo, o país oficial. Daí não sairia a representação nacional, mas – tem razão o rábido monarquista – “um sindicato: o Exército entrou com a força, o partido republicano (melhor: os Partidos Republicanos) entrou com o seu pessoal de escritores capazes de redigir decretos, de ter idéias novas etc. etc. Os lucros, isto é, os empregos, os postos elevados, as comissões, os ordenados, as honras são proventos divididos entre os dois sócios. A maioria limita-se a pagar⁶⁸”. Sindicato, sem o desdém amargo da palavra, houve antes e haverá depois, com a mudança dos sócios – o barão e o bacharel, o chefe político e o militar, o paulista e o coronel. Em breve, a luta pela hegemonia projetará os homens de São Paulo, rompida a transação que impera por cinco anos. Os militares, senhores da situação, necessariamente no controle da ordem social, articulam os Estados à União e estruturam a representação nacional. Entre a Proclamação da República e a organização constitucional dos Estados – de 15 de novembro de 1889 a maio de 1891 – os governadores são nomeados por Deodoro e seus ministros, numa dança de muitos nomes e de mudanças rápidas, algumas inesperadas. Dos vinte Estados, dez cabem aos militares, com, em 1893, 174 oficiais exercendo funções políticas e administrativas, excluídos os deputados e senadores, compondo um quarto da Assembléia Constituinte. O Clube Militar, nas ramificações estaduais, escolhe candidatos e alicia eleitores⁶⁹. Nesse contexto de comando militar, embora a supremacia numérica dos civis nos postos políticos, procura-se definir, em termos legais, a convivência institucional entre a espada e o governo. A fórmula imperial da força militar “essencialmente obediente” sofre, dia a dia, o desmentido dos fatos. No outro extremo, o militarismo, no seu sentido autêntico, encontra a repulsa mais veemente dos oficiais do Exército e da Marinha, que nele viam o caminho mais rápido da própria dissolução, entre revoltas e o despertar de ambições de toda a ordem. O problema se situa

entre a participação política e a indisciplina. O velho Deodoro, homem formado pelos regulamentos da monarquia, não compreende o neologismo *cidadão de farda*, construção teórica que legitima o revide militar ao trono. O Cel. Solon, outrora ativo conspirador e patriota exaltado, transforma-se, aos olhos severos do generalíssimo, em “patriota de rua”, comprometendo a disciplina. Se necessário, a bem da ordem, dissolverá o próprio Exército, “se a tanto for compelido pela anarquia e desrespeito ao princípio militar”. Um político monárquico, converso desde o último gabinete, aplaude e recita a cartilha imperial: “Ao militar imiscuído nos negócios e cargos civis, vai desaparecendo o amor à sua classe e vão nascendo desejos de subir mais e mais e de mais pasto dar à sua vaidade, ainda que fora se crie o partido dos invejosos e dos feridos no seu orgulho, porque muito menos são em posição e menores os seus proventos.

“O Exército tem o seu vasto e elevado campo de ação, que, se o conserva lá independente, cercado de maior respeito e prestígio, será ele uma garantia de paz e da ordem; acampe, porém, ele no terreno das negociações e dos postos civis, teremos nele o fermento da desordem, o elemento perigoso de reação e de revolta⁷⁰”. Significativamente, Benjamin Constant deixa o posto de ministro da Guerra e, em seu lugar, ascende Floriano Peixoto, para se expandir em rápida e gloriosa carreira. A questão não se cortaria, entretanto, com a troca de postos ministeriais, nem com a elevação dos ministros a generais – o Gen. Rui Barbosa, o Gen. Campos Sales, o Gen. Francisco Glicério, o Gen. Cesário Alvim e o Gen. Quintino Bocaiúva, sob a chefia do generalíssimo Deodoro.

A linha que definiria, dentro das instituições, o cidadão de farda, seguiria outro rumo, até consolidar-se na Carta de 24 de fevereiro de 1891. Um decreto de 14 de abril de 1890, define, nos *consideranda*, a posição do militar na sociedade política: “O soldado, elemento de força, deve ser de hoje em diante o cidadão armado – corporificação da honra nacional e importante cooperador do progresso como garantia da ordem e da paz públicas, apoio inteligente e bem-intencionado das instituições republicanas, jamais instrumento servil e maleável por uma obediência passiva e inconsciente que rebaixa o caráter, aniquila o estímulo e abate o moral”. A doutrina que o decreto revela, acusada de introduzir no direito o militar político, vestibulo do militarismo, obra de Benjamin Constant, evoluiu para a cláusula do art. 14 da Constituição de 1891: “A Força Armada é essencialmente obedi-

ente, dentro dos limites da lei, aos seus superiores hierárquicos e obrigada a sustentar as instituições constitucionais”. O problema da obediência – que a monarquia filiava à obediência passiva – subordina-se aos limites da lei, obrigado o soldado, por outro lado, a sustentar as instituições constitucionais. O constituinte, liberto dos modelos, logra criar um padrão original, historicamente ditado, com a preocupação de integrar a Força Armada na lei superior. Deodoro, soldado à antiga, impugnou, no primeiro lance, com firmeza, a inovação, trazida ao debate por Rui Barbosa, nesse ponto coerente com os editoriais do *Diário de Notícias*, escritos no ardor da *Questão Militar*. O chefe do governo provisório vislumbrou, no dispositivo, o direito do subalterno de apreciar as ordens do superior hierárquico, com a quebra da disciplina. Venceu-lhe as resistências o argumento do redator do projeto de que o princípio estabeleceria ao militar uma posição condigna na organização política do país.⁷¹ O dispositivo constitucional não gerou a institucionalização da Força Armada no processo político, senão que perdeu a substância, anulado pela reação civil e federal, que tomou corpo a partir de Prudente de Morais. Feriu-o, sempre, a objeção de que, permitindo o exame das ordens do superior pelo inferior, reconheceria a anarquia. Tormento dos juristas intérpretes do texto constitucional, que procuram anular o artigo à custa de comentários, sutilezas e distinções, nunca se conseguiu negar a palavra escrita, que assegura limites flutuantes à obediência. “É uma questão delicada essa” – escreve um dos mais penetrantes estudiosos da Carta de 91 – “porque não é fácil conciliar a *obediência essencial* com o *exame* da legalidade da ordem recebida. ... Por via de regra” – prossegue –, “o subordinado deve *obedecer sempre*. Isto é, *tratando-se de serviço militar, a desobediência não é permitida* ... Do que seja *serviço* e *das ordens* que ele comporta, o juiz é o superior. Nesse sentido, tais ordens são terminantes, e o único contraste possível é a representação *após o cumprimento*.”

“Fora da ordem de serviço, o militar readquire o poder de exame próprio e não deve obediência.

“Os soldados que desobedecem a um comandante que os manda fazer fogo sobre uma multidão inerme e pacífica não cometem desobediência ilegal, porque o comandante não deu uma *ordem de serviço*. O cumprimento de tal ordem atentaria contra o direito de reunião. Ainda mesmo que a multidão não fosse inteiramente pacífica, o comandante não deveria dar a ordem extrema sem as admoestações legais.”⁷² Inevitável, nas do-

bras do exame da ordem de serviço, o soldado deliberante, intérprete da legalidade das determinações do superior hierárquico. O preceito ficaria sem aplicação, por conter, se lido isoladamente da oração precedente – “a força armada é essencialmente obediente” –, fermento subversivo e anárquico. Associado, entretanto, ao fecho do parágrafo, que fixa ao soldado o dever de “sustentar as instituições constitucionais”, teria ele ampla influência na história republicana, com reiteradas tentativas de dar cunho legal às sedições e golpes de Estado. O texto – clama Rui Barbosa, seu autor, mal volvidos oito anos de sua inscrição – tem sido “o homísio dos pronunciamentos”, em nome do qual a força depôs o primeiro presidente e a Marinha tentou depor o segundo. “Se essa doutrina fosse verdadeira” – escreve em 1898 –, “o eixo da República estaria deslocado. O Supremo Tribunal da legalidade seria a força armada. Os conflitos constitucionais não se resolveriam pela tribuna e pela toga, mas pela violência e pelas armas. A estas se teria confiada em derradeira instância a judicatura sobre o procedimento dos governos e a legitimidade das leis. Em vão se teria dado ao Congresso a atribuição de legislar, à administração a de executar, às justiças a de julgar: a única expressão da soberania na justiça, na administração e na legislatura seriam as forças de terra e mar. Quando estas interviessem nas desarmonias do Congresso com o governo ou nos conflitos do governo, com o povo, interviriam regularmente, legalmente, constitucionalmente, como o oráculo irrecorrível da Constituição, o sumo intérprete da lei, a fórmula viva da regra nacional. Dar às Armas voto deliberativo é evidentemente abdicar nelas a soberania.”⁷³ No exemplo mencionado – a recusa de dissolver uma reunião, garantido o direito pela Constituição –, a força armada, segundo a doutrina ora exposta, só se recusaria a intervir se o Supremo Tribunal Federal houvesse reconhecido a *meeting*. Estava implícito, no pensamento do autor do art. 14 da Lei Maior, que o árbitro da legalidade, o garante do direito seria sempre o Supremo Tribunal Federal, só este autorizado a definir os termos dos conflitos eventuais. Desprezado o elemento de cúpula, a chave do sistema constitucional, omisso o mais alto tribunal nas suas decisões, acovardado perante a força ou servil diante do poder, desponta, no mecanismo político, perturbador, corrigindo excessos ou acobertando ambições, a força armada, enganadoramente legitimada pelo velocino constitucional. Em breve, entretanto, incapaz o freio judiciário de operar, erguer-se-á, no seio das forças políticas, a federação, contrabalançando a hegemonia militar.

Inegável que a intervenção militar, longamente preparada sob o Império e amadurecida na República, fixará, no organismo político, um rumo permanente, em aberta manifestação ou com atuação latente. A fórmula constitucional será apenas o esboço escrito e jurídico de uma tendência mal definida, de um curso mal redigido, de uma realidade infielmente traduzida. A conciliação permanente, inutilmente tentada no estatuto de 1891, não será obra do jurista e do político, todos feridos de preconceitos civilistas, infundidos pelo bovarismo dos modelos estrangeiros. A Força Armada, alijada do comando ostensivo, retrai-se ao papel de garante das instituições, nem sempre interpretadas segundo a craveira dos senhores do poder, encastelados na Presidência da República, nos ministérios, no Congresso, nos governos estaduais. Entre a garantia e a tutela, entre a vigilância e o governo direto, uma vasta gama de intervenções será possível – da ditadura militar até a solução extrema do militarismo. O afastamento total do Exército da política equivaleria a consagrar o imobilismo oligárquico do regime, sob o hegemônico domínio de São Paulo e Minas Gerais, com a fechada *política dos governadores*. Conscientes do perigo da *pax* republicana, setores desprezados na fórmula federal mantêm o convívio com o Exército, segurança eventual de sua audiência nas deliberações federais. A Bahia, pela voz de Rui Barbosa, apesar de sua apaixonada campanha de 1909-10 e de seu envolvimento paulista nessa pugna, quer a força armada atuante, sob o controle do Supremo Tribunal Federal, em harmonia com o federalismo moderado de sua pregação política. O Rio Grande do Sul, desde os dias da propaganda republicana, terá no Exército um trunfo de reserva, cuidadosamente aliciado por Júlio de Castilhos e Pinheiro Machado, culminando com a ação de 1930. O Estado do Rio de Janeiro, na hora de protesto da campanha da Reação Republicana, ronda os quartéis, em busca de apoio e da voz da espada. De São Paulo, Francisco Glicério manter-se-á fiel à convivência militar, não obstante a política dominante do seu Estado. As oposições estaduais, esmagadas pelas oligarquias, espiam a boa vontade do Exército, atendidas nas salvaçãoes de Hermes da Fonseca. Na base, o povo – a camada que se convencionou chamar de povo, parcela alheia aos favores do mando – pede um rei, Nilo ou Getúlio Vargas, no reencontro às fontes jacobinas do tempo de Floriano. Nenhuma das categorias em dissidência logrará conquistar a força armada, comprometendo-a nas suas reivindicações momentâneas. O Exército não será o jacobino, o inimigo da oligarquia, o povo, a

classe média, o abrigo dos políticos decepcionados. A força armada guardará sua identidade, a estrutura estamental, superior às contendidas, fiel às tradições: no poder, ela concederá reformas e benefícios, mas não cederá nem se descaracterizará, superior na altura, às querelas transitórias. Por não reconhecer a índole da instituição, falácia dos intérpretes, dos sociólogos e historiadores, vêem no conteúdo de cada intervenção o caráter da força armada, esquecidos de pesquisar-lhes, no processo, a conduta ao longo do tempo. A área onde se recrutam seus oficiais não lhes esclarece a orientação política: entre o aspirante e o chefe vai um longo caminho, durante o qual a personalidade será cunhada pela presença de valores próprios da corporação. A atração pela farda não indica a afinidade eletiva de uma classe para uma situação de poder. No *status* novo nasce um dirigente, envolvido por uma mentalidade em ascensão, que conduz, submete e arrasta. A força armada torna-se uma categoria política atuante, com o sentimento de responsabilidade sobre os destinos do país, sem fechar-se numa casta e sem estruturar-se numa classe. A circunstância, por si, casa-se, num jogo de interações recíprocas, com determinado tipo de Estado, de parentesco autocrático. O militarismo, dados esses pressupostos, será possível, embora não tenha aflorado no curso da história brasileira, freado por outros fatores. Nem grupo de pressão, nem reivindicação de militarizar a sociedade, a força armada será, por muitos anos, o elo último de intermediação entre o país submisso e a ordem universal em movimento.

A plenitude do sistema se consagra no governo Floriano Peixoto (1891-94), com o prolongamento frustrado, depois de um longo interregno, no quadriênio Hermes da Fonseca (1910-14), para renascer, à margem da ordem, no período 1922-24-26, numa rearticulação em 1930. Floriano, ministro da Guerra de Deodoro, sucedendo a Benjamin Constant, outrora convencido de que só a espada purificaria o sangue corrompido do corpo social, será eleito vice-presidente numa combinação política contra Deodoro. No embate da Assembléia Constituinte, a tentativa de retomar o poder das mãos militares, em proveito do esquema federal paulista, procura abrir uma brecha no Exército, com a eleição do ministro da Guerra. A renúncia de Deodoro leva o vice-presidente ao governo, com a reabertura do Congresso, em efêmera vitória, aparentemente reconhecida com a presença, no ministério, de Rodrigues Alves. Em breve, as derrubadas dos governadores mostrarão que a ordem vigente será a militar, para

decepção e espanto dos hábeis manobreadores da política. O novo governo, gerado sob a revolta da Armada, protesta pelo respeito à lei, em aparente revide à ditadura deodorista. Em verdade, acima do ministério e do aparelhamento burocrático federal, bem como do Congresso, os senhores da República buscam consolidar-se nos Estados. Os presidentes militares, Deodoro e Floriano, não podiam governar apenas com o apoio do Exército, suficiente unicamente para afastar o trono, mas estruturalmente incapaz de, mesmo ditatorialmente, dominar o país. O afastamento dos mecanismos centralizadores e dos partidos nacionais, associado ao nascimento da República, federal na sua essência e dotada de partidos apenas estaduais, exigia, para consolidar o poder central do Exército, a articulação com os governadores. Esta a realidade política: o poder central, fosse a força armada ou o presidente da República, deveria, para subsistir, articular-se aos Estados, nomeando os governadores ou com eles concertando um pacto federal, embora guardada, neste, a reserva de intervenção. Deodoro compreendeu bem, rapidamente, as novas coordenadas do poder, escolhendo, para dirigir os Estados, militares de sua confiança, da ala velha, como o Visconde de Pelotas, no Rio Grande do Sul, o Gen. José Semeão de Oliveira, em Pernambuco, e, depois de um breve interregno, seu irmão, o Mar. Hermes Ernesto da Fonseca, para a Bahia, bem como os jovens, o Ten. Augusto Ximeno de Villeroy, no Amazonas, o Ten. Lauro Severiano Müller, para Santa Catarina. Minas Gerais, São Paulo e o Estado do Rio tiveram, desde logo, governadores civis, provocando o desequilíbrio no sistema e abrindo uma brecha no quadro da ditadura militar. Esses primeiros governos, depois de duras lutas internas que culminam com a constitucionalização dos Estados, consolidaram-se ou foram substituídos, para um período que se supunha legalmente pré-traçado. Em novembro de 1891, vigente o regime constitucional, todo o castelo de cartas estadual revela sua fragilidade, ao aderir ao golpe de Estado de Deodoro, com a exceção de Lauro Sodré, governador do Pará. Júlio de Castilhos, já no governo do Rio Grande do Sul, não se manifesta contra o novo estado de coisas, limitando-se a um equívoco telegrama, garantindo que a “ordem pública será plenamente garantida”.

Sem o concurso dos governadores, suspeitos de hostis ao novo governo, não poderia Floriano exercer a plenitude do governo, raciocínio que fora o mesmo de Deodoro e seria retomado, mais tarde, por Campos Sales. Agora, ao contrário dos dias de novembro de 1889, havia a ordem constitucional, pelo

vice-presidente restabelecida, com o funcionamento do Congresso, violentamente fechado por Deodoro. Havia, desta sorte, nos primeiros passos do governo, uma insolúvel contradição que se resolveria com a ditadura, nominalmente mantida a Carta de 24 de fevereiro de 1891. Uma circunstância perturba ainda mais o quadro: as oposições estaduais rebelam-se, apoiadas nos elementos militares dissidentes, reclamam o afastamento dos governadores comprometidos com o golpe de Deodoro, como já ocorrera com Júlio de Castilhos, que dissera entregar o poder à Anarquia – à “anarquia desvairada”. O contra-almirante Custódio José de Mello, responsável pela revolta da Marinha contra Deodoro, ministro de Floriano, mais tarde tão preocupado com o militarismo, recomenda as deposições, como saída única do impasse: “O governo da União devia, não há dúvida, ato contínuo à renúncia do marechal Deodoro da Fonseca, determinada pela revolução de 23 de novembro de 1891, ter decretado ditatorialmente a deposição dos governadores que aprovaram os decretos inconstitucionais, dissolvendo o Congresso Nacional e estabelecendo o estado de sítio na Capital Federal e Niterói, visto como sua deposição era um corolário, consequência lógica e fatal, um desdobramento, por assim dizer, do pensamento que determinara o movimento libertador”.⁷⁴ As forças armadas – declara o ministro da Marinha – deveriam, na conjuntura, manter-se neutras. A derubada, empreendida entre novembro de 1891 e março de 1892 com a solidariedade do ministério, causou algumas resistências armadas. Na reorganização política, entretanto, Floriano atinge e fere os interesses já articulados entre os congressistas e as situações estaduais, utilizando o Exército para renovar o quadro político. “O marechal Floriano Peixoto” – anota um historiador – “organizou os governos dos Estados imediatamente atingidos pelas deposições, com a mesma superior independência com que um chefe de Exército designaria novos comandantes para batalhões em crise de disciplina.”⁷⁵ Os jovens militares, exaltados republicanos, sentem-se estimulados para a ocupação dos postos estaduais – numa manobra que será acusada de inversão da hierarquia militar. Depois de fraudadas suas esperanças de sustentar o governador da Bahia, enganado com a promessa do chefe do governo – “da Constituição não o tirariam nem a pau”, teria declarado –,⁷⁶ Rui Barbosa denuncia a ditadura em marcha: “De uma ditadura que dissolve o Congresso Federal, apoiando-se na fraqueza dos governos locais, para outra, que dissolve os governos locais, apoiando-se no Congresso restabelecido, não há progresso

apreciável". Penetra a fundo no diagnóstico da crise, ao insinuar que, atrás do povo, estaria um conluio hostil ao regime republicano, na sua natureza federal e subordinado à lei: "Eu reivindico" – o protesto é de 26 de novembro de 1891, mal empossado Floriano – "o princípio vital da existência dos Estados na organização federativa, pelo qual me bati antes da República e, desesperado da monarquia, me fiz republicano. A tirania da turba-multa, pondo e depondo governadores, é muito mais estúpida, muito mais odiosa e muito mais funesta do que o despotismo da centralização imperial governando as províncias com instrumentos do rei. ...

"Acabamos de reentronizar a legalidade no governo federal. E, em homenagem a ela, como repercussão do triunfo legalista no centro político do país, um furacão de anarquia percorre os Estados, arrebatando os governadores às posições que a lei lhes assegurava. Jornais indignos da imprensa espalham o convite ao crime; grupos de exaltados enchem as ruas; tribunos de farândola agitam as paixões da multidão; e a magistratura suprema dos Estados passa, por esse processo, das mãos das autoridades eleitas para os representantes do conluio sedicioso. Isso em nome do povo; como se o povo fosse a aglomeração casual, ou interesseira, dos elementos anônimos que o espírito de facção ajunta numa praça! Isso a bem da República; como se a República não fosse o domínio absoluto da lei".⁷⁷ Procura o governo, ditatorial nos métodos e dúplice na conduta, fechar o cerco do domínio central sobre São Paulo e Minas Gerais, num golpe que fora incapaz de consolidar a política deodorista. Américo Brasiliense será deposto do governo bandeirante, mas, em seu lugar, não entra um representante federal, senão fugazmente, para voltar a imperar o vigoroso Partido Republicano Paulista (PRP). Igualmente em Minas Gerais, embora não consiga manter-se no poder Cesário Alvim, não desloca do governo os republicanos históricos, na emergência conciliados em torno do conselheiro da monarquia Afonso Pena, convertido à República. No Rio Grande do Sul, consegue repor na governança Júlio de Castilhos, num lance ousado e cheio de conseqüências, com a conquista de um leal aliado na política, que logo perseguirá a via do sufocamento da nascente hegemonia paulista. As manobras do hábil e dissimulado timoneiro despertam as desconfianças dos políticos bandeirantes, até então enganados sobre o vice-presidente, instrumento que lhes parecia dócil, na Constituinte, à sua luta contra Deodoro. Daí por diante, separados do chefe do governo,

mas não rompidos, solidários na condução da guerra civil, preparam o retorno ao poder civil, isto é, ao poder paulista.

A guerra civil, na sua dupla face, a rio-grandense e a revolta da Armada, consolida o governo de Floriano e legítima a sua ditadura. Bruscamente, o marechal, antes cercado de desconfianças e repellido pela elite política, conquista a liderança nacional. Liderança, entretanto, trincada de fragilidade, visto que, para sustentar a luta, será necessário aliar-se a São Paulo – aliança sem submissão –, com a coligação dos elementos estaduais armados, obedientes ao governador e ao PRP. O componente militar da ditadura de Floriano, voltado para o centralismo antifederal, tingem-se com o jacobinismo, particularmente ativo no último ano do governo. Todas as explosivas esperanças utópicas, latentes na propaganda republicana, florescem nos grupos acadêmicos, nas camadas médias, nos proletários e *declassés*, com o centro constituído pelos jovens militares, intoxicados de positivismo, para uma ação mal definida, difusa, sem objetivos claros. Floriano é o pólo de atração – o esboço do "ditador central" do comtismo. Vincula-se o movimento, na sua parcela militar, à velha desconfiança das lideranças civis, desconfiança que se projeta, agudamente, desde os dias da *Questão Militar*. O extremado patriotismo, confundido com a lealdade ao florianismo, semeou a desconfiança das traições, com o afastamento de funcionários e militares suspeitos, para a imediata ocupação das vagas. "Nos últimos tempos do governo do Marechal Floriano" – depõe um contemporâneo –, "o jacobinismo exultava. Dominando todas as posições políticas, ocupando todos os cargos superiores da administração, introduziu-se e conquistou também o funcionalismo. As repartições foram transformadas. Do antigo pessoal, foi posta à margem aquela parte que não comungava nos delírios extremados dos vencedores do dia. E a intransigência política, na escala do exclusivismo, se apurou ainda, em uma dinamização extrema. A República já não era só dos republicanos; mesmo no campo deles era mister uma seleção; a República era dos florianistas."⁷⁸ Nas ruas e depois no jornal *O Jacobino*, pregava-se a redenção do "proletariado nacional", por meio do nacionalismo popular, voltado contra o português, senhor do comércio a retalho, com a proteção da indústria e a expulsão do "galego". A agitação urbana procura no Exército o seu protetor contra as lideranças que vêm dos Estados, para desnacionalizar o país. Policarpo Quaresma, o herói de Lima Barreto, será o senhor do futuro, numa pátria exaltada à grandeza: "Policarpo era patriota.

Desde moço, aí pelos vinte anos, o amor da pátria tomou-o todo inteiro. Não fora o amor comum, palrador e vazio; fora um sentimento sério, grave e absorvente". Nada de Europa, do francês bem decorado, dos modelos ingleses, das cópias norte-americanas – o Brasil, só o Brasil, no ufanismo ingênuo do nacionalista místico. Para um regime novo, era pouco, embora correspondesse aos anseios de uma camada civil e militar, que um dia floresceria, com outro viço. Talvez, no retrato impiedoso, o sonho de "um grande império caboclo de fundo militar, a viver com fartura e decência, dentro das suas fronteiras, guardando-se cuidadosamente de idéias e costumes estrangeiros".⁷⁹ Bastaria um passo e a ditadura, apesar das resistências paulistas, seria possível, com sangue, é certo. O passo diante do abismo se detém, freado, como se verá, por outros impedimentos, mas, sobretudo, imobilizado pela estrutura de sua corporação, com seus valores e qualidades. O Dr. Francia, o Lopez brasileiro, não sairia da casca, se é que alguma vez o tentou, como sugere o duro e feroz retrato que lhe impuseram os contemporâneos.

A força armada, que se apura e disciplina no curso de dez anos de presença política, guarda ciosamente a conduta de seus chefes e dos presidentes saídos de suas fileiras. O molde das instituições militares afogará as ambições individuais, suprirá as deficiências para a representação de um papel político. Entre as duas colunas do novo regime, por simplificação representadas nos militares e civis, depois da frustrada tentativa de conciliação numa fórmula constitucional, o dissídio se expandirá. Para o afastamento, prevalecerá a tradição imperial, reforçada pela influência do liberalismo, que vê na intervenção militar na política apenas os sintomas de uma enfermidade. De outro lado, a aliança com o jacobinismo implanta o pânico na sociedade, habituada a receber do Estado o cimento da integração. Em poucos momentos, o refazimento do Poder Moderador perde a sedução, para a busca dos rumos federais da República. O núcleo superior às facções, neutro e impenetrável às ambições, capaz de substituir a ordem monárquica pela ordem republicana, limita-se a um papel provisório, condenado a reaparecer em cena nas crises periódicas que perturbam a paz republicana. A razão fundamental do chamado espírito militar está na índole social das forças armadas, particularmente do Exército. Note-se que, apesar da crítica monarquista ou da reação à candidatura Hermes, em 1909, jamais se articulou, na República, o militarismo. Nem Deodoro, nem Floriano, nem Hermes teriam condições de extremar o Exér-

cito a uma conduta militarista, impedida pela sociedade, e, o que é mais relevante, bloqueados pela corporação a que pertenciam. "Entre as instituições militares e o militarismo vai" – dirá Rui Barbosa, em 1909, com a correção quase sociológica dos termos – "em substância, o mesmo abismo de uma contradição radical. O militarismo, governo da nação pela espada, arruína as instituições militares, subalternidade legal da espada à nação. As instituições militares organizam juridicamente a força. O militarismo a desorganiza. O militarismo está para o Exército como o fanatismo para a religião, como o charlatanismo para a ciência, como o industrialismo para a indústria, como o mercantilismo para o comércio, como o cesarismo para a realeza, como o demagogismo para a democracia, como o absolutismo para a ordem, como o egoísmo para o eu."⁸⁰ O militarismo, no sentido empregado pelo candidato presidencial, o mesmo sentido atribuído à experiência republicana pelos monarquistas, estaria presente, segundo o crítico, nas intervenções militares anteriores, quer no governo, quer nos sediciosos "espasmos de uma enfermidade periódica".⁸¹ Expungidos do texto a retórica, a ênfase da tribuna, o ácido da contestação, não se poderá ver no governo do militar, em nome do Exército e da Marinha, na própria ditadura, a expressão do militarismo. Em sentido restrito, o militarismo se caracteriza pela dependência unilateral da política ao sistema e aos propósitos militares, sob o pressuposto de uma ditadura militar. Ampliado o conceito para um conteúdo social, ter-se-á prevalência do militar – ou da estrutura militar – na ordem política: o militar seria valorizado, por seu grupo ou pela sociedade, não apenas como a primeira fila da elite, senão que a ascensão social só se daria por meio do ajustamento às normas de conduta dos oficiais.⁸² Não se pode dizer, para o Brasil, o que se disse para a Prússia: esta não possui um Exército, mas o Exército possui a nação.⁸³ Deodoro, Floriano e Hermes não instalaram no país um regime para militarizar a sociedade, nem o prestígio social do oficial permitia que ele servisse de modelo da ascensão social. As expressões de orgulho dos membros de uma categoria, as manifestações de solidariedade interna, embora veementes e extremadas, não são suficientes para caracterizar, dentro da ordem política, um regime predominante. Ao contrário, denunciam apenas o revide psicológico de uma situação não integrada.

Inegável, afastado o extremo militarista, que a força armada sempre esteve presente, real ou potencialmente, na superfície ou no subterrâneo das decisões políticas da República.

Presente de fato ou pela ameaça, sentida na camada dominante, com a possibilidade de súbito aparecimento: o temido lobo do bosque, rondando uma não ingênua Chapeuzinho Vermelho. O problema será caracterizar o tipo, a forma de intervenção militar na política, derivada dos fatos e não de uma doutrina abstrata ou de um comando legal. A República procurou, já se notou ao apreciar longamente o art. 14 da Carta de 1891, legitimar, senão as intervenções, pelo menos a força política dos militares. Os preconceitos liberais, a tradição do trono, os anseios de predomínio federalista não permitiram o amadurecimento institucional, o encontro da “temperatura exata”, como “força política de reserva” – “espécie de quadratura do círculo”, dirá um estadista desconsolado.⁸⁴ As dissidências entre o Exército e o Exército, nos seus nomes representativos, ainda na Assembléia Constituinte, o dissídio Exército e Marinha, no momento da queda de Deodoro e na revolta de 1893, para gáudio dos federalistas, pareciam mostrar a impossível convivência legal, num mecanismo originalmente esboçado e escrito. O jacobinismo, de outro lado, suscitou o susto maior, dentro da cidadela republicana: a missão revolucionária, na sociedade, sob o escudo militar. Daí por diante, as intervenções da força armada, ainda quando reclamadas pelos civis, teriam a mácula da ilegitimidade, baseadas num estado de emergência não previsto na lei, transitório por essência, que seria necessário afastar, logo que serenado o céu. O próprio militar, sempre que se desvia da disciplina, sente-se alheio à sua função social e à sua missão constitucional. Temerá que, fora do eixo consagrado, a desordem seja o prelúdio de outras desordens, com os apetites de poder desaçaimados. O poder, identificado com a força, não suscita, pelo simples mando, a autoridade, por mais flexíveis que sejam os sofismas dos juristas da situação vencedora. Sabem os homens do poder, como já o sabia Rousseau, que se a força é, por si, o direito – *Sitôt qu'on peut désobéir impunément on le peut légitimement, et puisque le plus fort a toujours raison, il ne s'agit que de faire en sorte qu'on soit le plus fort.*⁸⁵ Esse o sentimento que levara Benjamin Constant, na decisiva reunião de 11 de novembro, a concitar Deodoro a avançar até à República, com a transformação do regime, revolucionariamente, para se legitimar numa constituinte, evitado o golpe de Estado ou a sedição. Igual argumento convenceu Floriano – com o condão de arrastar Deodoro. Dir-se-á que o sentimento de legitimidade, fortalecido no Império pela lealdade ao imperador, com o peso da tradição, enfraquecer-se-á, na República –

verdade só discernível depois de 1930, quando o regime perdeu sua base de apoio social. Ainda assim, as intervenções só se justificariam em horas extremas, diante da agonia da ordem, salvo tentativas de caráter revolucionário, hostis ao sistema. Nessa tarda decisão é que se deverá procurar o ânimo particular da força armada, pouco seduzida pela aventura. Não se vislumbra, nas suas ações, o espírito de aliança com classes em pugna, nem a simpatia pelas camadas médias. Ela influencia, intimidada, destitui governantes, sem que a eles se substitua, sem que os dias de 1889-94 prediquem um sistema militar.

Haveria, de acordo com as velhas críticas ao militarismo republicano, o contágio caudilhista, contraído pelas tropas brasileiras no Prata e no Paraguai. A doutrina do soldado-cidadão seria apenas o açúcar adicionado à pílula, para menor escândalo dos fatos nus. Haveria, ainda para ajustar a doutrina à realidade, um caudilhismo sem caudilhos. Em termos mais duros: o pretorianismo.⁸⁶ Esta tendência, inconciliável com a ausência de golpes no curso da República Velha e de governos militares na fase subsequente, até onde alcança o período histórico situado neste livro, não encontra apoio convincente. Certos valores que orientam as organizações militares em todos os países – dedicação à ordem, à hierarquia, à honra profissional – somam-se às peculiaridades da história brasileira. A origem social dos oficiais, bem como seu recrutamento regional sofrem a interna transformação do estamento, que lhes molda e cunha a personalidade, alheios às classes e despidos de sentimentos de casta. A força armada, o Exército sobretudo, identifica-se à missão de preservar a unidade e a homogeneidade nacionais, exacerbadas nos modelos simbólicos da pátria. Preservar a nação dos extravios antinacionais, da desagregação anárquica, mesmo quando esta traduz a mudança econômica e social, será a expressão mais relevante de sua atividade, com imediatos reflexos políticos. Nesse movimento, a sua intervenção encontra a raiz de legitimidade própria, superior ao quadro do jogo político, tal como interpretado pelos homens do poder. Em segundo lugar, por força de tais imperativos íntimos, opor-se-á – mais por inconciliabilidade do que por ação direta – às oligarquias estaduais, tais como reveladas pelo federalismo. Há, nesse sentido, uma linha de coerência entre Floriano, Hermes com as “salvações” e conduta seguida depois de 1930. Corolário de tal direção, será o desejo de libertar o homem do campo do domínio coronelista, desejo sensível nas revoltas de 1922-24 e 26. Essa diretiva fará supor, sem melhores fundamen-

tos, que há simpatia com a inquietação e a elevação das camadas médias urbanas – com o jacobinismo e o fervor da propaganda presidencial de 1922, no movimento, mais tarde, batizado de tenentismo. Na verdade, em contrário à hipótese, deve-se notar o alheamento do militar à campanha de Rui Barbosa de 1909-10, hostil à força armada, bem como às reivindicações de 1929-30, que já anunciam, as últimas, o populismo predatório. A constelação de desejos e expectativas, armada no quadro institucional da organização militar, não se extremará, malgrado a tendência autoritária, para modelos totalitários, cuja monocracia lhe anularia a autonomia social e política. Como expressão nacional, permanente e estável, manterá o ajustamento entre o curso internacionalista da economia e a guarda dos interesses nacionais, discretamente nacionalista, sobretudo modernizadora. Modernizadora, não no sentido do velho estamento português-colonial e imperial, mas com o acento na independência real do país – com expressão qualitativamente diversa no seu conteúdo, que bem se ajusta ao autonomismo cultural que se irradia no país a partir de 1922. Necessariamente, o fator político que aí se contém apontará para a centralização, num esquema bonapartista – bonapartismo institucional e não de líderes carismáticos –, com a garantia aos valores próprios da força armada traduzida, em muitas manifestações, na tutela ao curso do jogo político. O núcleo social de reserva será negado pelos políticos no poder e estimulado pelas oposições, apelando aqueles para a disciplina e estas para o reequilíbrio das normas constitucionais. O político civil ronda os quartéis, para se manter ou para subir, porque sabe que com os quartéis deve contar, centro do mecanismo da própria estrutura republicana. Contudo, à exceção da tentativa frustrada da fórmula inscrita na Constituição de 1891, não se deu reconhecimento legal a uma realidade, toldadas as mentes com a poeira dos modelos jurídicos de outros continentes. Daí, sempre que as categorias latentes sobem à superfície, a surpresa hipócrita, o desencanto pelo “militarismo”, a preocupação de voltar à “normalidade”, com a desconsolada queixa de que a política saiu do seu eixo.

No dia 15 de novembro de 1890, instalou-se, no Paço de São Cristóvão, a Assembléia Constituinte, sob a indiferença do povo da Capital Federal. Estava a nação, teoricamente, entregue a si mesma, para a obra de estabelecer o governo definitivo, pondo fim ao regime provisório, exercido pela força pública, composta das três armas do Exército e da Armada nacional, como reconhecia o primeiro decreto da era republicana. Na verdade, os representantes do povo – os futuros deputados e senadores – deveriam ser os agentes dóceis da ditadura, escolhidos por regime eleitoral compressivo, em listas organizadas ou aprovadas no Rio de Janeiro, compostas, em algumas unidades federativas, com nomes de que ninguém, nas províncias, jamais ouvira falar. Seria de prever que a Carta Constitucional não passaria de homologação de um acordo prévio, aprovadas as bases do sistema instalado no poder. O bom faro da população, decepcionada do espetáculo sem alma e sem vigor, do qual não participaram os rebeldes em potencial, como Silva Jardim, sentia que das reuniões quase clandestinas, tal a distância de São Cristóvão do centro, nada havia a esperar, senão mais uma farsa. Esta Assembléia, a segunda da história do país, perdida a memória dos dias em brasa de 1823, também faria o que o chefe do governo determinasse, demasiado cautelosa para provocar o fechamento. Tudo aconteceria dessa guisa, se monolítico fosse o grupo dirigente, unido sob o guante militarista, na forma da denúncia dos monarquistas.

Sob o ar morno, coado pela tênue cortina que fecha a boca do palco, projeta-se, neste primeiro aniversário da queda do trono, a dualidade de governo, que, dia a dia, se adensará. A eleição para a presidência da Assembléia mostra um dissídio que poucos compreendem, para o assombro de muitos: dos 231 congressistas presentes, 146 elegem Prudente de Moraes, republicano histórico mas pouco conhecido, contra 81 votos em favor de Saldanha Marinho, patriarca republicano e signatário do manifesto de 1870. O Partido Republicano Paulista, com a cabala dos ministros de Deodoro, Campos Sales e Francisco Glicério, ardente na sua fé federalista e cioso da guarda das liberdades públicas, vence a primeira escaramuça. Os republicanos puros, a eles aliados os adesistas e os militares eleitos para a Assembléia, com Nilo Peçanha na exaltada chefia da ala moça e Júlio de Castilhos despontando como *primus inter pares* na representação rio-grandense, sofre o primeiro golpe, o primeiro golpe prometedor

de outros reveses. Com fronteiras ainda indecisas, o Congresso se dividirá em facções, os deodoristas e os outros, ainda sem nome na oposição, mas com rumos já voltados para o oeste. Uma tentativa de golpe perpassa, rápida e sem forma, o plenário, esboçada por Aristides Lobo – o mesmo que via o povo *bestializado* diante do 15 de Novembro e que não reconhecia nessa data o curso do primeiro ano da República –, com o propósito de arrebatá-lo a Deodoro o exercício do Poder Legislativo. Das primeiras ações ressalta, com clareza, que o chefe do governo não aceitaria tornar-se o representante da maioria, como demonstrará na reforma eleitoral de 21 de janeiro de 1891, com o novo ministério entregue ao Barão de Lucena, no qual só pousará um republicano histórico, sem a presença paulista. De outro lado, São Paulo sabe qual a conduta a seguir: toleraria Deodoro mediante condições e mediante uma ameaça, proferida por Campos Sales – “éramos unionistas, mas não duvidaríamos ir até à separação, se houvesse no governo quem tentasse fundar uma República unitária”.⁸⁷ Mais um passo defensivo, por enquanto defensivo, favorecido e dirigido, nas primeiras horas, pela divisão dos militares: a aproximação com Floriano Peixoto, também despedido do ministério, com sussurros em torno de sua candidatura presidencial. Os anti-deodoristas, representados no Gen. José Simeão, senador por Pernambuco, e no C.-alm. Custódio de Melo, deputado pela Bahia, por parte dos militares, sob o comando do deputado gaúcho Demétrio Ribeiro, dissidente de sua bancada, voltam-se para a candidatura Prudente de Moraes, com Floriano Peixoto na vice-presidência, preocupados em atrair a poderosa bancada paulista para suas hostes. Só para poupar-se à divisão, lançam-se os paulistas à aventura, no apoio do “estratagema de guerra contra Deodoro”, na palavra de Campos Sales.⁸⁸

A vitória de Deodoro, arrancada dos congressistas sob a efetiva ameaça dos quartéis⁸⁹, ainda assim com maioria escassa (129 votos contra 97, com dispersão de 6 votos, 2 em branco e 30 ausências), não impede a eleição de Floriano Peixoto (153 votos contra 57 do V.-alm. Eduardo Wandenkolk). A ascensão de Floriano Peixoto ao governo, fruto da revolta da Armada e da primeira pressão pela legitimidade do poder, consagraria, se prevalecessem os cálculos da facção paulista, ansiosa da hegemonia do seu Estado, o predomínio bandeirante. No ministério está o paulista Rodrigues Alves, conselheiro da monarquia, mas da confiança do Partido Republicano, quase silencioso na Constituinte, ao lado dos antideodoristas Gen. José Simeão, na pasta da Guerra,

e C.-alm. José Custódio de Melo, na Marinha. O engano será completo: a duras penas o partido, em São Paulo, consegue manter o poder, ao longo de quatro meses de escaramuças. Mas, desta vez, com Bernardino de Campos no governo de São Paulo, depois de consolidar o pacto com Floriano Peixoto na presidência da Câmara dos Deputados, e com a arte flexível e ágil de Francisco Glicério no Rio de Janeiro, não haverá rompimento com o vice-presidente em exercício. Um casamento de conveniência adiará o propósito do impaciente gesto vibrado na Constituinte. Compreendem os chefes bandeirantes, afastada a dureza de Prudente de Moraes e a liderança de Campos Sales, açodado este em favor da eleição presidencial, que o momento sugere a consolidação das bases e não a tomada do poder. “Era uma simples situação de fato. Sem o Marechal Floriano Peixoto, o PRP estaria morto. O marechal, do seu lado, compreendia muito bem que, sem o Partido Republicano Paulista, não haveria base política sobre a qual assentar o seu governo militar.”⁹⁰ O temor do retorno de Deodoro ou de sua política, com o qual o Estado bandeirante se incompatibilizara fundamente, leva os paulistas, ainda no começo de 1892, a cerrar fileiras ao lado de seu aliado relutante e de duvidosa lealdade. A nova eleição, de início advogada por Rodrigues Alves para obedecer à Constituição, reclamada pela voz de Rui Barbosa, não encontra apoio no realismo dos políticos que sentem, na confusão reinante, o crescimento do papel político de seu Estado, unificado com o silêncio das divergências recentes. A guerra civil, para cuja eventualidade o vice-presidente restabelecera o domínio de Júlio de Castilhos no Rio Grande do Sul, torna necessária a colaboração da força pública paulista na resistência à coluna invasora dos pampas e aos canhões dos navios sublevados. Floriano tinha ao seu lado um Estado armado, condição de sua própria sobrevivência, saídas as milícias, inicialmente, da Guarda Nacional, sob o comando das autoridades locais, com a prevalência do governador. Campos Sales já se entendera, em setembro de 1892, com Bernardino de Campos, sobre a base real da autonomia paulista: “Uma precaução V. deve tomar, e eu já a aconselho para São Paulo desde o governo de Prudente, é que deve ter muito bem organizada e disciplinada a nossa força policial, dando o comando a homens de confiança. Com 5 mil homens (que é o efetivo segundo creio), V. pode conservar um grosso de 2 mil permanente na capital. Esta gente, sob um regime rigorosamente militar, será o casco poderoso para qualquer eventualidade”.⁹¹ Um quarto do efetivo do Exército

constituiria a força permanente estadual, “para qualquer eventualidade”: o domínio do partido dentro das fronteiras, o combate às revoltas, a luta contra Floriano, desde que, recorde-se o signatário do documento realista – São Paulo iria até à separação para garantir o sistema federal. Outro pilar do governo de Floriano já estava armado, com a Guarda Civil, primeiro nome do que seria, em outubro de 1892, a Brigada Militar do Rio Grande do Sul, que teria um destino glorioso, com um efetivo de mil a três mil homens, ajustada, entretanto, a forças municipais de fácil recrutamento. Com esses mecanismos militares estaduais não poderia prosperar a ascendência do Exército, mesmo apoiado nas camadas médias, ao tempo fluidas e inarticuladas, levemente intoxicadas pelo jacobinismo. Floriano Peixoto, vencedor na guerra, popular nas ruas, consagrado pela história como o consolidador da República, torna-se o prisioneiro das armadilhas estaduais, com menor poder real do que Deodoro. São Paulo, economicamente próspero, estava em condições superiores à própria União para se armar, unido na defesa de seu café, base da riqueza nacional. Sairia da encruzilhada o federalismo hegemônico, estruturado sobre o café, café puro se possível, café com leite se necessário, mal aceito pela área do sul, já sonhando com a categoria de terceiro Estado, mas ainda incapaz de reagir, ameaçado pelas dissensões armadas e a divisão da sociedade. Arredado do acesso ao bolo republicano, tentará, mantendo os vínculos ao Exército e ao estímulo ao chamado povo, perturbar e festa hegemônica, tal como prometia ainda nos dias da Assembléia Constituinte, com a devoção a Deodoro, depois transferida a Floriano Peixoto.

A hora era paulista. O objetivo: a hegemonia paulista – em cujo caminho estava, senão a ditadura, o governo militar. A política de “dos males o menor” deveria chegar ao termo com as eleições, programadas para 20 de outubro de 1893, depois adiadas para 1^a de março de 1894. A tática de lançar a Marinha contra o Exército, o Exército contra o Exército fracassara. Triunfa o princípio federal, fortemente apoiado nas milícias estaduais, sob a mão forte e hábil dos paulistas. Mas reconhecerá o estrategista supremo da consolidação do poder civil que o regime republicano, desde que se ergueu a imprudente oposição a Deodoro, com a tendência de negar sem integrar o Exército, deixara na vida política o pecado original de muitos desajustamentos futuros.⁹² Por ora, ninguém pensava no futuro, diante do urgente problema de coordenar, por meio de um partido federal – federal

e não nacional –, os governos estaduais, simples prolongamento do recente Partido Republicano Federal. O líder, infiltrado na fortaleza de Floriano, astuto, sagaz, flexível, será Francisco Glicério, general por decreto e ex-ministro de Deodoro, republicano histórico, homem sem dogmas doutrinários, velho partidário da intervenção militar para destruir o trono. Ele saberá, realista antes de Pinheiro Machado, que a força armada não pode ser arredada da função de fator político permanente, mas que a ela não cabe a direção política do país, se os civis souberem manter o poder, provavelmente com a presença suprema de São Paulo. Já em abril de 1893 funda-se, no Rio de Janeiro, o Partido Republicano Federal, sob o comando de Francisco Glicério em nome da bancada federal de São Paulo com um programa sem afirmações, próprio a congregar sem unir, relegadas as divergências para outra ocasião, embora com este tópico: “Firmar a autoridade dos Estados, mantendo escrupulosamente os seus direitos, tão sagrados como os da União”. Era o novo organismo, como se afirmou na Câmara dos Deputados, “uma catedral aberta a todos os credos”, vinte e uma brigadas sob a chefia sem comando de um general. Os partidos republicanos estaduais, que seriam incapazes e hostis para fundir-se numa organização nacional, permanecem, só eles, vivos e atuantes, apesar do acampamento fragilmente construído no Rio de Janeiro. A convenção, com a ausência de algumas “brigadas”, entre as quais as de Minas Gerais, Estado do Rio e Rio Grande do Sul, lança seus candidatos à presidência e à vice-presidência, o paulista Prudente de Moraes e o baiano Manuel Vitorino. Em torno de Floriano Peixoto, com a complacência desconfiada deste, prudente nas suas manobras, tecem-se algumas tentativas de evitar a transferência do poder, tida por inconveniente em plena guerra civil. Apesar do vento jacobino, a virtude, senão a do homem, a da sua categoria social e política, repele a aventura. O continuísmo, sobre a Constituição rasgada, abriria, além da convulsão dentro da revolta em curso, o caudilhismo cesarista, num país sem massas, com o resultado de resvalar para a tirania pura e simples, sem bases e sem horizontes.

A posse na presidência não assegurou o comando político nas mãos de Prudente de Moraes, nem entregou a São Paulo a hegemonia. O presidente estava condicionado ao partido que pretensamente o elegera, em nome de muitos interesses e de expectativas em conflito. O agrupamento de Francisco Glicério era, acrescida a falta de homogeneidade, uma casa dividida: todos

os seus membros apoiavam o governo se este atendesse ao peso das situações estaduais. Nesse painel estadual mal soldado, a luz continuava a ser irradiada de um foco ainda não extinto, projetado do moribundo presidente em retirada. A posse do paulista teve, no dia 15 de novembro de 1894, ano quinto da parada sem vítimas, no palácio vazio que Floriano Peixoto abandonara, a carga de advertências melancólicas. O ocupante do Itamaraty – predecessor do Catete, no Rio de Janeiro – não passava, para os exaltados, de um usurpador, animado do propósito de aniquilar a obra consolidadora do Marechal de Ferro. Um surdo rumor de espadas e sabres pairava no ar, mais uma vez reavivado com a pregação de Quintino Bocaiúva, nos termos ainda vibrantes da campanha jornalística da *Questão Militar*. A estratégia do presidente assume, desde logo, contorno: pacificar o país ainda cortado pelas labaredas da guerra civil, temporizando com as brigadas de Francisco Glicério. O ponto real e não nominal de apoio – o governo de São Paulo, ainda confiado ao leal Bernardino de Campos, por via das dúvidas com a força pública – estava pronto para a guerra. A morte de Floriano Peixoto, em 29 de junho de 1895, remove um obstáculo, mas suscita um espectro. A carta “testamento” soa com alarma, mas sob a nota evanescente da restauração monárquica: “Diz-se, repete-se que ela (a República) está consolidada e não corre perigo. Não vos fieis nisso, nem vos deixeis apanhar de surpresa. O fermento da restauração agita-se em uma ação lenta, mas contínua e surda. Alerta! pois. A mim me chamais o consolidador da República. Consolidadores da obra grandiosa de Benjamin Constant e Deodoro são o Exército Nacional e uma parte da Armada, que à lei e às instituições se conservaram fiéis ... é a Guarda Nacional, são os corpos de polícia da Capital e do Estado do Rio ... é a mocidade das escolas civis e militares ... finalmente é o grande e glorioso Partido Republicano, que, tomando a forma de batalhões patrióticos ...” Além de alguns “morras” a Prudente e do lírico Partido Republicano Nacional, lavrado o manifesto pela pena de Raul Pompéia, ainda restava algum movimento subterrâneo, o pecado original consubstancial ao novo regime. Pinheiro Machado, em lua-de-mel com a glória conquistada na guerra civil, cioso da ascendência de seu Estado, mas desconfiado da hegemonia paulista, não se afasta da aliança com a Força Armada. As lágrimas derramadas em louvor a Floriano Peixoto anunciam uma política futura, mesmo desaparecido o líder: “A morte do nosso inolvidável amigo marechal Floriano a todos nós enlutou – foi uma decapitação do Exército e um golpe

tremendo para a República, que tem sabido chorá-lo. Estou muito apreensivo com o futuro. Prevejo graves sucessos. Os nossos inimigos não dormem. Perseverantes no mal, astutos e alicantineiros, tudo solapam.

“Até agora, a união do Exército, sob a direção do malogrado marechal, era um centro de apoio e uma muralha contra a qual se quebravam os ódios dos inimigos e das instituições. Que essa união perdue, não se criando na força armada fatores que a enfraqueçam. Estejamos, pois, atentos e vigilantes”.⁹³

O instável sistema que sustenta Prudente de Moraes, o qual se deveria consolidar com a morte de Floriano Peixoto e a pacificação do sul, não encontra, no jogo político das forças no poder, a linha necessária de equilíbrio. Seu apoio ostensivo, Francisco Glicério, sem o controle do partido paulista e da sua máquina eleitoral, não pode desviar-se dos elos militares, necessários para sustentar, em futuro próximo, o sonho presidencial. Prudente de Moraes há de ser o prisioneiro ou não há de governar. O presidente, no começo do ano de 1896, sabe bem o terreno que pisa, minado pela ameaça da deposição: “Sei” – escreve a Bernardino de Campos – “que os jacobinos têm-me ódio e tornam-se dia a dia mais arrogantes – à proporção que vão sendo animados pelos chefes-generais Quintino e Glicério – e logo que se sintam com forças para substituir-me por algum *general*, que faça a política forte do Marechal, não adiarão para o dia seguinte. Mas, enquanto não chega esse dia, continuarei meu caminho – traçado pelo meu programa de governo, que é o mesmo do Partido Republicano Federal, cujos chefes têm-me criado dificuldades e embaraços, dizendo-se *amigos*.”⁹⁴ Logo, a doença do presidente, com a substituição pelo vice Manoel Vitorino, parece completar o processo de afastamento, com a paz jacobina. Para agravar as dificuldades, irrompe, no interregno de ausência de Prudente de Moraes, a questão de Canudos, tida pelos exaltados, às primeiras notícias, como revide monarquista ao regime republicano. A derrota catastrófica de uma coluna militar, sob o comando do Cel. Moreira Cezar, nos sertões da Bahia, cai sobre o Rio de Janeiro como um furacão, no momento em que o presidente, restabelecido, reassume o poder, num revide branco ao golpe sucessório em curso. O jacobinismo campeia nas ruas, violento e sanguinário, nesses dias de 7 e seguintes de março de 1897. Os jornais monarquistas são depredados, assassinado Gentil de Castro, quando em companhia do Visconde de Ouro Preto. A Escola Militar, dois meses depois, revolta-se, num ambiente

de anarquia social, em que parecia estar ausente toda autoridade pública. No Congresso, sob a expectativa medrosa dos partidários do presidente, os oposicionistas alardeiam sua força e superioridade. Rui Barbosa, suspeito de monarquista pela campanha que movera contra Floriano Peixoto, deverá sair do Rio de Janeiro, para poupar-se ao punhal vingador. Júlio de Castilhos, no Rio Grande do Sul, afrouxada a vigilância sobre os termos da pacificação, volta a acuar, intolerantemente, os adversários intimidadados.

Nesta hora desesperada, com o auxílio de novo ministro da Guerra, Gen. Carlos Machado de Bittencourt, paulista e velho adversário do florianismo, Prudente de Moraes reage, para a afirmação de sua autoridade. Em São Paulo, governa Campos Sales, transferido Bernardino de Campos para o ministério da Fazenda. Com mão de ferro, a revolta da Escola Militar é reprimida, desarmados os estudantes e desligados os rebeldes. Certo das conexões civis da subversão militar – o que formava a alma do jacobinismo –, Prudente de Moraes assesta o peso de sua autoridade na Câmara dos Deputados, no seio do Partido Republicano Federal, obrigando-o a uma clara e definitiva palavra. O deputado J.J. Seabra, da Bahia, antiflorianista, congratula-se, em moção, com o presidente da República, arrostando a derrota por vinte votos. Francisco Glicério sente que, repudiados os sediciosos, pouco lhe restaria do apoio militar, já bastante comprometido, na cúpula, pela ação do ministro da Guerra. O sentimentalismo matreiro reluta em “condenar a solidariedade legalista e republicana que nos prende àquele histórico depósito das nossas afeições”, com tons de retórica babosa: “Nossa alma está eternamente presa àquele edifício, cujas paredes relembram as nossas esperanças do passado, reduto das nossas glórias que as próprias águas do mar beijam respeitadas nas mais graves circunstâncias”. A doutrina que os antijacobinos assentam, já se delineia, nessa histórica sessão de 28 de maio: a obediência aos superiores, fixada na lei e nos regulamentos, é o cerne da disciplina e do dever militar. Prudente de Moraes intervém no dissídio, num transparente comentário da imprensa, resultando na renúncia do presidente da Câmara dos Deputados, que votara em favor do presidente. Quintino Bocaiúva, no tom apocalíptico dos tempos anteriores ao 15 de Novembro, reclama a presença da espada, agora muda e expectante. O presidente quer o confronto direto e último entre o Partido Republicano Federal e a sua autoridade. Telegrafa a Campos Sales: “Representação S. Paulo precisa escolher entre o

governo com a ordem e Glicério com a anarquia militar”.⁹⁵ Dirige-se, no mesmo sentido, aos governadores de Minas Gerais, Pernambuco e Bahia – nesse apelo direto estava quebrado o sistema partidário de intermediação: o presidente só reconhece os chefes estaduais. O eixo da crise assume, com a intervenção paulista, o caráter de uma prévia à sucessão presidencial. Campos Sales será acusado de se ter bandeado para o campo da ordem, por um prato de lentilhas, lentilhas, na verdade, desejadas com impaciência. Francisco Glicério, seduzido pelo preço da luta, apoiado por um líder já em ascensão, Pinheiro Machado, joga na contenda o bastão de marechal – joga e perde. Agora, depois de escaramuças nos alojamentos do Exército e da Marinha, procuram os vencidos reorganizar os apoios estaduais, entre os quais só ocorre um, significativo – o Rio Grande do Sul. O desespero em desvario engendra – não se saberá nunca quem são os conspiradores graduados – o último lance: a eliminação física de Prudente de Moraes, golpe frustrado que levará ao sacrifício o ministro da Guerra, Carlos Machado de Bittencourt. Cindido, o Partido Republicano Federal, agarrado ao seu ativo núcleo jacobino, perecerá, esfacelado pela repressão, apoiada na opinião pública, com o aplauso dos congressistas, pressurosos em votar o estado de sítio. Em debandada, os políticos aderem ao presidente da República, sob o qual emerge o governador paulista, Campos Sales, que se preservara, habilmente, dos ódios e dos compromissos. O sistema federal, tecido por São Paulo desde a propaganda republicana, recolhe os frutos da vitória.

O desfecho da batalha será ajudado, no curso de muitos anos, desde 1889 a 1897, pelo desprestígio do Exército. Canudos lançará, sob o fogo do entusiasmo jacobino de suas primeiras promoções, a desconfiança na sua eficiência, debandado e sangrado por um punhado de sertanejos brancos. O carisma da instituição, encarnado no Mar. Floriano Peixoto, desmaia nos cadáveres insepultos nos sertões da Bahia. Um sazá e contundente ensaísta veria bem a extensão do desastre, que se projeta além da mente inculta de Antônio Conselheiro: “Operada a cisão nas classes armadas (Marinha e Exército), enfraquecidas ambas, operou-se a grande transformação política do Brasil, a maior revolução verificada entre nós – a passagem do poder das mãos da Federação, das mãos do Brasil, para as mãos dos Estados. Não teria sido tão rápida a passagem se não tivesse havido a Guerra de Canudos em que foi sacrificado o Exército nacional. No desprestígio que daquela guerra resultou para o Exército, o poder

havia de ficar nas mãos de quem tivesse mais força: São Paulo (Prudente, Campos Sales, Rodrigues Alves)".⁹⁶ No Senado Federal, nos dias que sucedem ao brutal 5 de Novembro, um estadista, outrora amigo da presença militar na política, acaso suavizadora da provável hegemonia dos grandes Estados, retorna à pregação da disciplina. Dos escombros de suas decepções, dos restos do furacão jacobino, erguerá a doutrina da supremacia do Supremo Tribunal Federal, moderador único da onipotência dos presidentes, da harmonia dos Estados e da supremacia militar. Ilusão sobre outra ilusão, a do partido federal em ruínas. No momento, o que importa, entretanto, será a desmobilização política das baionetas, ainda que ao preço do hiperfederalismo, penhor da ordem civil. A virada era coerente – não com a doutrina inscrita na Constituição de 1891 – mas com a reação ao florianismo, que repercutirá ainda na Campanha Civilista de 1909-10. "A autonomia federativa dos Estados" – dirá Rui Barbosa, em 1893, do exílio de Buenos Aires – "republicanizou o país mais depressa e mais seriamente do que se imagina. ... À inércia vegetativa das antigas províncias sucedeu em geral a mais lisonjeira prosperidade. O que atrofia agora a República Brasileira é a degeneração do governo nacional. O mal está nos centros orgânicos da União. E esse mal consiste na troca da soberania do povo pela soberania militar, na substituição da lei pela vontade de um homem."⁹⁷ Tal como nos dias iniciais do regime, pela voz então dos monarquistas, acusa ele o sistema de haver escorregado para o militarismo – ou a "dura servidão militar".⁹⁸ Mas o látego vergasta com impiedade nos anos que se seguem, em 1897 e 1904, com o mesmo sentimento que vibrará quando lhe parecer que o militarismo retorna ao poder, com Hermes da Fonseca. A anarquia e o crime desde que a força se opusera à força, quebrado o manto constitucional – "a soberania da força não pode ter limites senão na força ... A semente ensangüentada ficou, pois, no solo adubado pelas apologias do terror, do jacobinismo, da indignação popular, do patriotismo violento, e germinou, e floresceu, e acaba de frutificar. O crime de 5 de novembro é mais do que uma vergõntea do crime de 8 de março ..." Entre o braço assassino de 5 de novembro e Floriano, um elo suspeito, denuncia o orador: "Esse homem, autor do crime, dizem, é um tipo especial, que as circunstâncias do fato recomendam também à nossa atenção.

"Era designado por um nome – o *anspeçada de ferro* ... Tivemos o marechal de ferro: temos o general de ferro ... Oh! como são ingratos os sentimentos destes homens que já trocam

e tão depressa os vivos pelos mortos!"⁹⁹ A força armada, para não ter uma "existência criminoso, bárbara, e detestável", deverá integrar-se à opinião nacional, da qual "é o seu instrumento submisso". O Exército, dirá agora, sem a lembrança dos dias de outubro e novembro de 1889, num recuo restritivo à carta republicana: "O Exército é a instituição essencialmente submissa à lei; é absolutamente subordinado à autoridade dos superiores.

"É, se me não engano, a doutrina constitucional".¹⁰⁰ A imagem idealizada do soldado não passa mais pelo cadinho do cidadão armado, pelas barbas veneráveis de Deodoro. Contra os baderneiros, ela se cristaliza no vulto do Mar. Carlos Machado de Bittencourt, coberto de sangue e de martírio na defesa da suprema autoridade civil. Mas, e o 15 de Novembro? "Sempre que entre republicanos brasileiros se fala em disciplina militar, é como se caminhássemos entre brasas mal apagadas. A cada passo ouvimos lançarem-se em rosto o pecado original do regime.

"Mas a verdade" – orará, no Senado, preocupado em afastar o hoje aliado incômodo – "é que essa mácula não se gerou conosco. Não foi o movimento de 15 de novembro que suscitou entre nós o militarismo. Suas origens vêm de bem mais longe na história imperial. ... Não se diga, pois, que o militarismo é irmão gêmeo da Constituição republicana. Com o Império é que ele nasceu. Ao seu lado medrou lentamente. Estava adulto, quando o Império envelhecia. Coube-nos esta herança, que se tornara fatal. Em 1889, a espada era o árbitro da sorte da Coroa, enfraquecida e impopularizada. A monarquia já se lhe submetera abertamente em 1888, quando o manifesto dos três generais obrigou o ministro Cotegeipe a passar pelas forcas caudinas. Era uma abdicação moral, a que a revolução, no ano seguinte, logicamente deduziu a consequência, mudando a forma de governo. ... Quando os povos abdicam, é que os exércitos lhes assumem a tutela. Então se multiplicam os salvadores militares. Cada bernarda de uniforme é uma empresa de salvação. E a cada uma delas crescem, no Exército e na sociedade, a decadência, a corrupção, a anarquia."¹⁰¹

O governo Prudente de Moraes será a arena onde a forma republicana encontrará seu molde. Ao afastamento do Exército corresponderá a ascensão do sistema federal, turbado, nos primeiros passos, pelos Estados coligados, submetidos, a seguir, pela hegemonia de São Paulo. Desde que Deodoro e Floriano reconhecerem que a posse dos governos estaduais lhes assegura a estabilidade – está em curso o esquema republicano de domínio, em-

bora de cima para baixo. Não demorará muito que o boi sinta sua força e procure arredar a canga. Quando Prudente de Moraes, na luta contra Francisco Glicério, se socorre dos governadores, sobretudo de São Paulo, agora com Campos Sales na chefia, como, pouco antes, já apelara para Bernardino de Campos, estavam as pedras em posição no tabuleiro, prontas para a jogada decisiva. O comando da capital federal sobre o país, do Rio de Janeiro sobre o Brasil, só seria possível, como demonstrara o Império nos seus dias derradeiros, mediante uma corporação coesa e armada. O processo de inversão da distribuição natural do poder exigiria a ditadura centralizadora, incompatível com a riqueza regional, regionalmente autodeterminada. O apelo às camadas médias, que o jacobinismo esboça e promete, não se mostrara viável, quer pela fraqueza interna do setor, quer pela preponderância, dentro dele, do tropismo liberal. Nessa encruzilhada de indecisões, entrecortadas de sangue e de violência, uma convicção conquistara já todos os espíritos: os Estados não se deixariam subjugar pelo Rio de Janeiro, pela Rua do Ouvidor ou pelos quartéis. Os Estados, armados e aguerridos, estavam prontos a exercer seu papel – “sobressalente de resistência invencível contra estas investidas à legalidade republicana”.¹⁰² Buscava-se o mecanismo de funcionamento dos órgãos de coordenação e controle federal, ou, como diria com ênfase Campos Sales: uma idéia nova, um princípio fundamental, uma aspiração comum na ordem administrativa.¹⁰³ O sistema de um acordo dos partidos estaduais num agrupamento central, que comandasse o Congresso e disciplinasse os poderes do presidente da República, não se compatibilizava com a estrutura social. As realidades regionais, enredadas em reivindicações e em compromissos locais, não se homogênzam em uma linha de conduta nacional, capaz de justificar a ação comum e solidária de governadores, senadores e deputados. Por isso, prevalece sobre o partido de cúpula, mais ponto de encontro de políticos enviados ao Rio de Janeiro, o comando central do presidente da República. O partido federal será, nessa estrutura – adiante a examinar –, a expressão da crise do comando presidencial ou da indecisão do foco do poder. O Partido Republicano Federal será a provisória tentativa de controlar Floriano Peixoto e de submeter Prudente de Moraes, ambos devorados pelo desencontro das suas correntes de sustentação. A seguir, em 1905, forma-se o *Bloco* ou *Coligação*, agrupamento parlamentar, sob a liderança de Pinheiro Machado, destinado a impedir que Rodrigues Alves indique seu sucessor. A *Coligação*

não consegue transformar-se em partido – Afonso Pena voltará ao exercício pleno de seus poderes, com a aguerrida base parlamentar de seu *Jardim-da-Infância*, rompido por ingênita fraqueza de um chefe sem sólida base regional. Frustrado será o Partido Republicano Liberal, que durará enquanto durar a Campanha Civilista (1909-10), como frustra morrerá a Reação Republicana, manto da propaganda pela candidatura de Nilo Peçanha (1922), papel que caberá em 1929 à Aliança Liberal. O Partido Republicano Conservador, fundado em 1911, que perecerá com Pinheiro Machado, não consegue fazer o sucessor de Hermes da Fonseca. Fracassados os sistemas partidários, a realidade incontrastável será a do presidente da República, conjugada aos governadores, num influxo recíproco, que acentua a força do primeiro, quando um grande Estado nele se encarna. O velho estamento imperial se dissolve, desta sorte, num elitismo de cúpula, regredindo a estrutura patrimonialista para o âmbito local, local no sentido de entrelaçamento de interesses estaduais e municipais. O partido seria, dentro dessa estrutura, um simulacro ditatorialista, traduzindo-se, como denunciara um político de alta expressão intelectual, apenas no “enfeudamento” num “quadro rígido e definitivo”, sem o contrapeso da opinião pública esclarecida e atuante.¹⁰⁴ A elite, descomprometida de fidelidade a idéias e programas, só viverá com o apoio das bases estaduais, enquanto favorecidas pela benevolência presidencial.

Campos Sales, com a visão clara que o esfacelamento do Partido Republicano Federal lhe proporciona, dará forma e estilo aos elementos que encontra e que o projetaram. Percebe que o poder só uniria os políticos em desacordo, arredado o cipoal político dividido de antagonismos, se exploradas as forças estaduais. “O que havia na alta direção era, no fundo” – nota o presidente – “um grupo de caudilhos políticos, todos igualmente soberanos, e cioso, cada um, da sua influência política. Na ausência de idéias que pudessem estabelecer a indispensável coesão, assistia o país ao singular espetáculo dos movimentos desencontrados, que estas influências antagônicas imprimiam ao mesmo corpo político. ... Ao primeiro aspecto convenci-me de que nenhum dos lados apresentava sintomas de hostilidade ao governo, se bem que fosse o intuito, em cada um, de fundar a sua preponderância política”.¹⁰⁵ As discordâncias, além do potencial governismo, tinham uma chave conciliatória, necessário ponto de partida de todo o jogo: o reconhecimento das eleições, com o *diploma* ao vencedor. Sobre esta pedra, a partir de 1900,

erguer-se-á a ordem republicana, para um império de trinta anos. A República, hesitante na procura do campo de gravitação de seus elementos internos, encontra afinal o eixo que a fará rodar na fixação pragmática do federalismo. Campos Sales define os objetivos do seu esquema na necessidade de “apagar as dissensões que dividiam o Congresso e constituir nele uma unidade forte, patriótica e decidida a prestar o seu concurso ao governo”.¹⁰⁶ Explica-o como a solução conjuntural dos dissídios que, acirradamente, sobreram do esfacelamento do Partido Republicano Federal, cuja ala extremada lançara, com o apoio do Rio Grande do Sul, um candidato à presidência, candidato ainda recendente de florianismo. Na verdade, o sistema já se desenha dentro do tipo federativo que se consolida da solda do modelo constitucional e das forças políticas estaduais, estruturadas nos partidos republicanos locais. O momento das eleições de 1900, para a renovação da Câmara dos Deputados e o terço do Senado Federal, oferece o ensejo à implantação do controle sobre a cúpula política, em nome do federalismo.

A instância última da apuração, realizada pelas mesas eleitorais locais, cabia à comissão de verificação de poderes, composta dos prováveis eleitos, na Câmara dos Deputados. Ao mais velho dos diplomados cabia a presidência deste órgão, o qual nomeava a comissão dos cinco, habilitada a reconhecer os diplomas, de modo a, escoimando fraudes e julgando impugnações, estabelecer o quantitativo dos votos. Ao acaso da idade, sem controle da maioria e do governo, estava entregue a composição do corpo legislativo. Era aí, no centro da manipulação eleitoral, que cumpria atuar, para assegurar a *cooptação* dos representantes do povo. Uma reforma do regimento altera o sistema: o presidente interino da nova Câmara seria o presidente da anterior, se reeleito o deputado. Desta sorte, o representante da maioria faz a nova Câmara. O mecanismo, todavia, poderia ser apropriado pelo Congresso, para se impor ao presidente da República, subjugando-o nos momentos de dificuldade. Haveria o risco teórico de, municipal a mesa eleitoral, constituir-se um vínculo direto entre as localidades e os deputados, com o alheamento do governador. Os dois inconvenientes se anulam diante do comando do governador na política estadual, em sincronia ou com a obediência das bases (o coronelismo), e, sobretudo, na “presunção, salvo prova em contrário”, em “favor daquele que se diz eleito pela política dominante no respectivo Estado”.¹⁰⁷ Nessa presunção está o peso das situações estaduais, implícita-

mente autorizadas a validar as eleições a *bico-de-pena*. Para a rebeldia dos governadores, a União dispõe do trunfo máximo da intervenção federal, prevista no discutido artigo 6º da Carta de 1891, significativamente qualificada, há alguns anos, pelo autor da *política dos governadores* de “coração da República Brasileira”.¹⁰⁸ Onde estiver o coração, aí estará a vida e o corpo. A intervenção não se fará, entretanto, nos Estados capazes de reagir em pé de igualdade, com suas milícias – São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Essa reserva, quando não a fere a pressão indireta, constituirá a base da nomeação do presidente da República, no único influxo recíproco de pares, com a hegemonia das duas unidades mais poderosas.

A manobra, na aparência muito simples e reduzida a algumas palavras no regimento interno da Câmara dos Deputados, será o fruto de astuta e obstinada negociação com os governadores, excluído o Rio Grande do Sul. Júlio de Castilhos percebeu que, no seio da máquina em cogitação, enfraquecer-se-ia o Congresso¹⁰⁹, com o desmesurado fortalecimento do presidente, de molde a cortar um poderoso núcleo de influência, necessário aos Estados incapazes de escolher o chefe do Poder Executivo federal. Pinheiro Machado, nos próximos quinze anos, lembrará a advertência e orientará sua ação para explorar a pequena área parlamentar que o véu compressor não cobriu. O governador de Minas Gerais dá o “apoio incondicional” de seu Estado à nova fórmula. A Bahia, desconfiada da hegemonia paulista que pulsa nas dobras do plano, desconversa e reluta no assentimento, ciosa de guardar o terceiro lugar nas decisões políticas, posição que vê ameaçada no cenário nacional. “O que pode acontecer” – observa o artífice da cartada histórica –, “e que eu sempre temi, é que os dois Estados porventura com tendências exclusivistas, a Bahia e o Rio Grande do Sul, pretendam, cada um para o seu lado, extremar os grupos na verificação de poderes com o de constituir uma maioria que garanta o predomínio da sua influência na direção política da República.

“Hoje” – prossegue, relatando os acontecimentos ao seu mais leal colaborador, no começo de 1900 – “recebi uma carta de Luís Vianna (governador da Bahia), em resposta a outra minha sobre este assunto, em que ele, ao mesmo tempo que deixa transparecer sentimentos partidários, se mostra receoso da influência rio-grandense.

“É natural, é mesmo quase certo que no Rio Grande se pense do mesmo modo quanto às vistas da Bahia. Acredito, po-

rém, que nada disto obstará a boa execução do acordo. O que é indispensável é organizar desde logo, no início dos trabalhos, uma maioria arregimentada e resoluta..."¹¹⁰ Já que a voz era agora a dos Estados, cada um pesaria suas conveniências. Com Minas Gerais, senhora da bancada mais numerosa (37 deputados contra 22 de São Paulo e Bahia), com o norte e seus pequenos Estados preocupados em consolidar o governo dos detentores do poder, estava assegurado o êxito da empresa, se a ela aderisse São Paulo. O Rio Grande do Sul e a Bahia não poderiam articular, isolados, reação capaz de afrontar a poderosa coligação de forças, no centro da qual estava o presidente da República. Minas Gerais, por seu governador, tinha razões profundas para pronunciar o caricato "apoio incondicional". A *política dos governadores* servia, à feição, em hora oportuna, para consolidar a transferência de poder aos políticos da zona agrícola do sul e a chamada da Mata, com o afastamento do tradicional grupo da zona mineradora. Era o café, baseado no trabalho livre, que despontava para o comando, com esporas autoritárias em lugar do doce, fino e dissimulado jeito das raposas de outrora.¹¹¹ O Partido Republicano Mineiro, reorganizado depois da mistura das águas dos primeiros dias, assume a sua feição autoritária, com a chefia consensualmente entregue ao governador. "O presidente do partido" – depõe um iniciado nos mistérios da *Tarasca*, apelido da oligarquia mineira – "ficava com as honras e a aparência de um poder que era mais nominal que real. A Comissão Executiva, na expressão pitoresca de Bias Fortes (Crispim Jacques), servia apenas de guarda-chuva para o governo. Nunca se 'descobria a Coroa', para usar o dito do tempo do Império."¹¹² O "apoio incondicional" escondia, na aparente subserviência, o bastão de marechal, que logo passaria às mãos de Afonso Pena, Venceslau Brás e Artur Bernardes. O problema, vencida esta etapa, seria atrelar São Paulo, a base do fundador da igreja republicana e o centro do comando do regime. Esmerase Campos Sales, sem dubiedades, em revelar ao governador do poderoso Estado, agora Rodrigues Alves, o miolo de seus propósitos, onde soa a nota da hegemonia paulista e a disciplina da periferia. "Julgo, portanto" – escreve o presidente –, "azado o momento para se tomar a constituição da futura Câmara como ponto de partida para agremiação de forças úteis, que constituam um grande partido de governo, exclusivamente devotado aos interesses da administração da República, até hoje tão descuidados, precisamente porque, na ausência de partidos regulares, não temos tido senão grupos ou corrilhos mais ou menos audazes,

assediando ou procurando assediar as eminências do poder público." Não deixa o missivista de acenar para a "ação regeneradora" da política paulista, insistindo numa nota que parece cínica: a legitimidade das eleições expurgadas. "Quem contestaria em boa-fé, por exemplo, a legitimidade dos eleitos pelo partido dominante em São Paulo, Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco etc.? Da mesma forma, ninguém duvida de que no Maranhão foi essa mesma política que venceu as eleições; e, no entanto, os adversários do governo do Estado dizem-se vitoriosos no 2º distrito, diplomando para si os três terços deste mesmo distrito. ... Quer dizer: a tática das duplicatas e das fraudes é a mesma para todos os vencidos."¹¹³

O político de São Paulo seria um realista, mas não um cínico. Para ele, a legitimidade não provinha das formalidades eleitorais, mas dos ordenadores dos votos, reunidos seus poderes na pessoa do governador. A fraude, nesse contexto, será obra exclusiva da oposição, não do governo. Não fora o inventor do *terceiro escrutínio*, armado nas práticas imperiais e reconhecido, por herança, nos dias iniciais da Assembléia Constituinte.¹¹⁴ Rui Barbosa, obviamente, não conseguia entender o raciocínio, imantado, como sempre, pelo dogma da soberania popular. No jogo das palavras via apenas o recurso da "mentira das urnas" para a "mentira da verificação de poderes", no "absolutismo de uma oligarquia quase tão opressiva em cada um dos seus feudos quanto a dos mandarins e a dos paxás".¹¹⁵ Entre os paulistas, o resultado do plano, a consolidação da máquina estadual, com o absoluto predomínio do governador¹¹⁶, não atendia à totalidade do partido dominante, premida por outros problemas que não os mineiros. Na sucessão local, Campos Sales e Rodrigues Alves já haviam se definido, com a resistência de uma ala, sob a presidência de Prudente de Moraes, agora reintegrado na política de seu Estado. A implantação da *política dos governadores*, percebem todos, eliminará as esperanças do grupo minoritário, esperanças que se lançam nas eleições. Abre-se, em consequência, a segunda dissidência nas hostes paulistas, em 1901, dissidência que as eleições municipais malograrão. A facção minoritária não quer o presidente da República convertido em escrutinador de atas eleitorais, num esquema capaz de instalar o governo autocrático. Rodrigues Alves, olho pregado na chefia nacional, que lhe caberá em breve, realista e direto, corta os equívocos: trata-se, pura e simplesmente, de reconhecer todos os candidatos dos governadores. A República, depois de dez anos de tropeços, descarta-se, como o

Império desde 1840, do mais sedicioso e anárquico de seus componentes: o povo. Por que a ficção incômoda, desagregadora e gerada pelos copistas de teorias? As oposições estaduais, filhas da fraude ambiciosa, calam-se, submissos os contestadores. A federação triunfa, apagadas as dissensões, daqui por diante identificadas ao ódio e à violência, criadas para contrapor-se “ao desdobramento tranqüilo da atividade governamental”. Os restos espúrios do parlamentarismo serão eliminados. Em lugar do centralismo, cuja alma era a burocracia¹¹⁷, imperariam os Estados – entre estes os mais poderosos. “Neste regime...” – doutrina o pontífice da federação consolidada – “a verdadeira força política, que no apertado unitarismo do Império residia no poder central, deslocou-se para os Estados. A *política dos Estados*, isto é, a política que fortifica os vínculos de harmonia entre os Estados e a União, é, pois, na sua essência, a *política nacional*. É lá, na soma dessas unidades autônomas, que se encontra a verdadeira soberania da opinião. O que pensam os Estados pensa a União.”¹¹⁸ Os governadores – o texto alude a Estados – serão a eleição, a legitimidade. Fora daí só haveria a tirania do centro, defendia-se Campos Sales ao repelir a paternidade das *vinte tiranias*, “a mais implacável, a mais formidável, a mais abominável de todas as tiranias – a tirania do centro”.¹¹⁹ Entre uma tirania e outra, optava o propagandista republicano pela emergente da federação. Certo, havia quem falasse em povo – os demagogos de sempre. Povo significa, entretanto, eleições – mas, nesse ano de 1900, já se dissipara a quimera de que, desarticulada a túnica centralizadora, a liberdade se ergueria, impávida e ordeira, nos sertões e nas cidades. Se ninguém disciplinasse as bases, os chefetes locais semeariam a barbárie e o sangue, sem que o povo, abaixo deles, fosse consultado, satisfeito com a proteção que recebia. “O que se passa nas seções eleitorais” – depõe um contemporâneo, sabedor e beneficiário das práticas do voto – “é mera comédia para aparentar que se observa a lei: o que vale, o que vai servir perante o poder verificador, é o que se faz depois, são as atas que se lavram mais tarde, em casa dos chefetes eleitorais, ao sabor de suas conveniências.

“Tão certos disso estão governistas e oposicionistas, que o dia da eleição não desperta interesse em nenhum dos campos. As seções eleitorais ficam em abandono e, no dia seguinte, os jornais filiados a um ou outro grupo publicam os resultados que lhes convêm e que esperam vir a justificar com as atas e lavrar nos livros em branco.... O período que mediou entre a eleição e

a reunião das juntas apuradoras foi o verdadeiro período eleitoral.”¹²⁰ Da farsa local passa-se à farsa nacional, com a *degola* institucionalizada e dirigida – a *degola* anterior era dispersiva, informe, contraditória ao arbítrio das individualidades mais influentes. Na cúpula, “com a precisão e a rapidez de uma guilhotina”, executavam-se os indisciplinados e os contestantes “sem demorado sofrimento”.¹²¹ Os oposicionistas estaduais e federais não passavam do vestibulo, expulsos e infamados na tentativa torpe de profanar o templo. O Congresso não seria mais a arena das estéreis lutas de campanário, indignas do palco da capital republicana.

As eleições de 1900 provaram a eficiência do sistema, com o sacrifício de todos os adversários dos governos estaduais. Francisco Glicério, o ex-general das vinte e uma brigadas, o poderoso chefe de ontem, nem ele conseguiu transpor o abismo que se abria aos pés dos dissidentes. Ao seu lado, sofre também a *degola* um político que cresceria muito e chegaria à culminância máxima, Washington Luís. O norte, daí por diante, se comporá de muitos ducados, com as chamadas satrapias. Cada Estado terá seu dono, pessoal ou da família, de um chefe ou de um grupo fechado: Minas Gerais será o domínio da Tarasca; São Paulo, do Partido Republicano Paulista; o Rio Grande do Sul não sairá, durante vinte e cinco anos, das mãos férreas de Borges de Medeiros; o Ceará caberá aos Aciolis; Nery conquistará o Amazonas; Rosa e Silva terá Pernambuco ao seu dispor. O sistema, previsto para entregar o poder político aos Estados, poderia levar a alianças interestaduais, com a anulação do presidente da República, convertido em agente, representante de tais blocos. Na verdade, subjacente ao império presidencial, vibra essa realidade, articulada pelos dois grandes Estados, São Paulo e Minas Gerais, com os desafios de outras contestações, discretamente coordenadas pela terceira força, logo assumida pelo Rio Grande do Sul. O aparelho fiscal e financeiro, concentrado na União, permitia sufocar essa reação, dada a permanente penúria dos Estados para proverem às suas necessidades. Só os grandes estariam ao abrigo da ajuda federal direta, impondo seus interesses na formulação da política econômica. Os pequenos Estados obedecem porque são pobres e continuam pobres porque não participam dos estímulos comandados pela União. Essa circunstância permitiu que a *política dos governadores* evoluísse para a supremacia do presidente da República, numa tendência que o presidencialismo favorecia. De outro lado, a resistência deveria concentrar-se no par-

lamento – este, entretanto, só estava aberto aos representantes dos governadores, submissos, nas questões políticas nacionais, à chefia do Catete. A prova de força do presidente consistia na eleição de seu sucessor, façanha que poucos conseguiram realizar. Na esfera federal, as rivalidades de São Paulo e Minas Gerais permitiam aos inconformados a meia-vitória das tardanças e obstáculos. No plano estadual, as oposições não poderiam esperar a mudança do governo, salvo se algum salvador fosse ungido no Rio de Janeiro. A intervenção federal, usada para esmagar os inconformismos locais, poderia, instrumento dúplice, mudar as chefias e quebrar as oligarquias – houve um quadriênio que alimentou a ilusão. “Cumpra” – verbera Rui Barbosa, volvidos vinte anos da *política dos governadores* – “descobrir-lhe uma fórmula nova, prática e comercial, que substituísse os princípios pelos interesses, o povo pelas facções, os Estados por seus governos. Não lhe acharam dificuldade. A incógnita do problema estava à mão de semear. Era transformar as autonomias em oligarquias. Transformaram-se. Nada mais convinável e cômodo ao poder central, cuja oligarquização, para se consumir, e se considerar eternizada, não necessitava de mais do que ver executada a oligarquização dos Estados.

“Desde aí a intervenção nos Estados encontrara a sua norma conciliatória, mediante um tácito ajuste entre eles e a União. Uma troca de atribuições e uma cessão mútua de garantias harmonizavam as diferenças. O governo federal entregava cada um dos Estados à facção, que dele primeiro se apoderasse. Contudo que se pusesse nas mãos do presidente da República, esse grupo de exploradores privilegiados receberia dele a mais ilimitada outorga, para servilizar, corromper e roubar as populações.

“A hipótese da intervenção federal não o inquietaria nunca mais. O governo da União não usaria dela mais nunca, a não ser quando a quadrilha protegida a solicitasse, para ultimar, em nome da autonomia estadual, a servidão, a desonra e a pilhagem do Estado.”¹²² Além do argumento extremo, as nomeações, a ajuda econômica com obras federais, os cargos ministeriais cativam as lealdades e suavizam o mando.

Notas

1. Bastos, A.C. Tavares. *Cartas do solitário*, cit., p. 21 e 23.
2. Barbosa, Rui. *José Bonifácio*. Rio, Simões, 1950, p. 25 e 26. *Queda do Império*, cit., tomo II, p. 79 e segs. Sobre o assunto: Baleeiro, Aliomar. *Rui, um estadista no Ministério da Fazenda*. Rio, Casa de Rui Barbosa, 1952, p. 21 e segs.
3. Bastos, A.C. Tavares. *Cartas do solitário*, cit., p. 29.
4. Id., p. 69 e 436.
5. Taunay, Afonso d'E. *Pequena história...*, cit., p. 173.
6. Costa, Emília Viotti da. Op. cit., p. 447.
7. In: Fernandes, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo, Dominus, Universidade de São Paulo, 1965, p. 15 e 16. v. I.
8. Cardoso, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1962, p. 193.
9. Barbosa, Rui. *Queda do império*, cit., v. 1, p. 134 e 135.
10. Id., v. 8, p. 163.
11. Ouro Preto, Visconde de. Op. cit., p. 100.
12. Id., p. 100.
13. As referências a “primeiro surto industrial” são de Simonsen, Roberto C. *A evolução industrial do Brasil*. Federação das Indústrias de São Paulo, 1939, p. 24. Lima, Heitor Ferreira. Op. cit., p. 320.
14. Lima, Heitor Ferreira. Op. cit., p. 321. Simonsen, Roberto C. *A evolução industrial do Brasil*, p. 321.
15. Simonsen, Roberto C. *A evolução industrial do Brasil*, cit., p. 30 e segs.
16. In: Luz, Nícia Vilela. *A luta pela industrialização do Brasil*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1961, p. 68 e 69. Desse valioso ensaio provêm, ainda, algumas informações insertas no texto.
17. Barbosa, Rui. *Queda do Império*, cit., tomo VIII, p. 175 e 176.
18. Id., p. 179.
19. Baleeiro, Aliomar. *Rui, um estadista no Ministério da Fazenda*. Rio, Casa de Rui Barbosa, 1952, p. 37.
20. Bormann, Oscar. In: *Obras completas de Rui Barbosa*, tomo II, v. 18, 1891. *Relatório do Ministro da Fazenda*. Rio, MEC, 1949, p. XXV e segs. Barbosa, Rui. *Finanças e política da República*. Rio, Companhia Impressora, 1892, p. 257.
21. Barbosa, Rui. *Finanças e pol.*, cit., p. 35.
22. Id., p. 77.
23. *Ibid.*, p. 86 e segs.
24. *Ibid.*, p. 102.
25. *Ibid.*, p. 157.
26. *Ibid.*, p. 156.
27. *Ibid.*, p. 158.
28. Abranches, Dunsheer de. *Atas e atos do governo provisório*. Rio, D. de Abranches, 1930, p. 91. Sobre o valor do documento citado: Magalhães Jr., R. *Rui – homem e o mito*. Rio, Civilização Brasileira, 1964, p. 129 e segs.
29. Malheiros, Heitor. *O encilhamento*. Rio, Domingos de Magalhães, 1894, p. 7 a 10. v. 1.
30. Barbosa, Rui. *Relatório*, cit., tomo II, p. 19 e 20.

31. Id., p. 27.

32. Ibid., p. 131.

33. Ibid., p. 158.

34. Ibid., p. 163.

35. Ibid., tomo III, p. 143.

36. Ibid., tomo II, p. 141.

37. Ibid., p. 142.

38. Nabuco, Joaquim. *Um estadista*, cit., tomo II, p. 281.

39. O mais vivo painel da época, ao lado do livro de Taunay, se encontra em: Magalhães Jr., R. *Rui – o homem e o mito*, cit., p. 48 e segs.

40. Mello, Alm. Custódio José de. *O governo provisório e a revolução de 1893*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1938, tomo I, p. 57.

41. Guanabara, Alcindo. In: Luz, Nícia Vilela, op. cit., p. 103.

42. Esta afirmação, que o texto não incorpora, tem o abono de economistas e historiadores. Oliver Ónody, por exemplo, acentua: "Os produtores de artigos de exportação inclinaram-se sempre à inflação, ao passo que os importadores advogaram a necessidade de uma moeda estável. Os fazendeiros pertenciam ao primeiro grupo, os comerciantes ao segundo. Na época em que predominou no país a influência dos fazendeiros, não é de se estranhar que, além dos fatores decorrentes das leis econômicas, as tendências inflacionistas tenham recebido apoio, também, da parte da classe dominante da sociedade, isto é, dos grandes latifundiários". (Op. cit., p. 46 e 47.) Apóia-se o autor em Spiegel, Henry William. *The Brazilian economy*. Philadelphia – Toronto, The Blakiston Company, 1949, e Denis, Pierre. *Le Brésil au XX.^e siècle*. 6 ed. Paris, Armand Colin, 1921. Na realidade, Spiegel sustenta: *The persistent upward movement of prices, together with the depreciation of the external value of the currency, has been a boon to producers and exporters whose proceeds increase at a more rapid rate than do their costs. It has tended to perpetuate the social system created by a single-crop, plantation economy and the concomitant concentration of wealth and income. It has also facilitated a high rate of investment although not always in desirable directions, in the face of a relatively low level of income.* (Op. cit., p. 46 e não o trecho citado por Ónody, que versa sobre problema paralelo.) Pierre Denis: *Tout producteur qui vendait à l'étranger ses produits, qui recevait ses paiements en or et que changeait ensuite cet or en monnaie de papier, recevait en papier une somme plus forte avec le change bas, et c'est pourquoi il y tenait.*

Un commentaire suffira. En 1889, le Brésil exporta pour 258 millions de milreis en or. En 1898 l'exportation brésilienne, ayant baissé, est évaluée seulement à 216 millions. Cependant, en 1889, le change étant au-dessus du pair à 27 3/16, les exportateurs ont reçu en papier, monnaie courante dans le pays, seulement 253 millions, tandis qu'en 1898, favorisés par la hausse du change, ils ont touché 814 millions, trois fois autant. La différence représente à peu près le bénéfice qu'ils doivent à la baisse. Réciproquement la hausse les ruina et elle souleva parmi eux un clameur. Avec une certaine habileté, ayant analysé les causes de leur mécontentement ils voulurent montrer le Brésil divisé en deux camps: dans l'un, ceux qui désiraient la hausse, les consommateurs d'objets d'importation étrangère dans l'autre, ceux qui voulaient la baisse, les producteurs, classe plus digne de la sollicitude du gouvernement. Leur raisonnement demande à ne pas être poussé à l'extrême, il est évident que la baisse continuelle en désorganisant la vie économique du pays, ne pouvait manquer de nuire aux producteurs aussi. Dependant là

hausse trop précipitée de 1899 à 1906 leur causa de dures souffrances, et leurs réclamations exprimaient des vérités.

A côté de ces deux partis hostiles, dont l'un réclamait la baisse et l'autre la hausse, un troisième tenait avant tout à voir le change rester mobile et variable; ce parti comptait surtout des hommes d'affaires et des banquiers, dont les bénéficiaires les plus claires provenaient de la spéculation sur le change sous toutes ses formes. (Op. cit., p. 88 e 89.)

Edgar Carone (*A república velha – instituições e classes sociais*, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1970) não discrepa do ponto de vista que chamaríamos tradicional: "O câmbio baixo significa desvalorização da moeda: assim, o produto que é exportado e trocado por um valor estável, como é o ouro, reverte internamente, na troca do ouro em papel, em muito dinheiro. O contrário acontece quando a moeda está valorizada e o câmbio é alto: a valorização interna significa que o dinheiro vale muito e a troca do ouro por papel traz, como conseqüência, o direito a pouco dinheiro. Daí entendermos os constantes reclamos das classes agrárias para que fosse instituído o câmbio baixo. Apesar da crise, os fazendeiros do café resistem até 1898, porque recebem grande numerário pela troca de sua mercadoria, o que os ajuda a vencer internamente aqueles momentos difíceis. A deflação e a valorização na política de Campos Sales são fatais para a agricultura, e somente vencidos quando esta institui o Convênio de Taubaté e a Caixa de Conversão, criados para estabilizar o câmbio a 16, o que, na época, é um câmbio baixo. Desta maneira, a agricultura beneficia-se da proteção governamental e da certeza de uma estabilidade cambial, mantida na baixa. Porém, pode-se citar um exemplo de câmbio e jogo político: durante o governo de Nilo Peçanha, tenta-se elevar a taxa da Caixa de Conversão para que São Paulo não continue apoiando a candidatura de Rui Barbosa e, pela pressão econômica sobre os fazendeiros, o governo federal quer o recuo político do Estado.

"Os industriais também pedem câmbio baixo, não devido às suas exportações, que praticamente inexistem nesta época, mas porque significa encarecimento dos produtos importados e, desta maneira, exige-se mais dinheiro para as compras no exterior, privilégio de um pequeno grupo, pois a massa consumidora serve-se dos produtos nacionais. Ao mesmo tempo que a importação torna-se proibitiva, os preços internos sobem devido à inflação e depreciação da moeda, trazendo bons lucros para a classe. Como a conseqüência desta situação repercute lentamente entre a classe operária, só depois de greves é que os salários voltam ao nível anterior à depreciação: enquanto isto, os industriais obtêm maiores margens de lucros. Por estas razões, somente num momento, em 1890, é que a classe industrial aplaude a taxa-ouro e a alta cambial; todas as outras vezes, ela pede o câmbio baixo.

"O comércio exportador, que se liga diretamente à produção agrária, aplaude a inflação e a baixa cotação do câmbio: desta maneira, os intermediários podem pagar melhores preços aos produtores e também ganhar sobre os estoques. Mas o comércio importador é contrário a esta solução, pois com o câmbio baixo é preciso muito dinheiro para a importação dos produtos e, naturalmente, a venda das mercadorias teria que ser feita internamente por um preço muito alto. Com o câmbio alto e a troca do ouro por pouco dinheiro, estas mesmas mercadorias são oferecidas por preços mais compensadores. Daí haver sistematicamente uma oposição desta classe à política baixista. Como, porém, grande número de seus componentes são portugueses, italianos, ou de outras nacionalidades, seu protesto é olhado com desconfiança e com sentimento chauvinista.

"Também favorável ao câmbio alto é o imperialismo: a remessa de capitais ao exterior pelas empresas beneficia-se desta situação porque, com menos dinheiro, elas podem enviar mais ouro. O inverso ser-lhes-ia inconveniente, mas nessa época quase não há remessas de capitais particulares estrangeiros para o Brasil: quando existem, são na maioria empréstimos ao governo federal, aos Estados ou, ainda, aqueles destinados às empresas públicas, de que se trata posteriormente. É porém, na especulação sobre o próprio câmbio que os bancos estrangeiros auferem lucros fabulosos: naturalmente, aí não existe propriamente uma tendência altista, mas um interesse em que o câmbio seja incerto e variável. Como todos os países dependentes e de economia baseada na monocultura, a produção brasileira é exportada maciçamente em determinada época do ano: no caso do café, principalmente em setembro e outubro. Contudo, as transações são feitas com 90 dias de prazo e no câmbio da data do vencimento, o que permite aos especuladores e bancos forçarem a alta para essa época. Neste momento, especuladores e banqueiros compram mais barato os saques pagos em ouro ou o ouro sobre a praça do Rio, principalmente porque os fazendeiros e intermediários precisam fazer dinheiro, passada esta época de compra, os bancos especulam com suas reservas em ouro, pois o comércio importador precisa pagar seus compromissos exteriores. A venda se faz, mas já então os bancos forçaram a baixa cambial: pela mesma quantia de ouro, eles recebem mais papel.

"O governo também se interessa por uma política de câmbio alto: num país de regime de papel-moeda fiduciário, os problemas e compromissos que se apresentam são graves. Há uma contínua necessidade de o governo saldar suas dívidas públicas externas e prover as remessas de saldo dos capitais empregados no país. Estas saídas podem ser negativas para a balança comercial, daí o interesse em que haja moeda forte, o que representa, internamente, menor gasto em dinheiro. Mas, devido às pressões das classes interessadas ou aos déficits da balança comercial, o câmbio torna-se independente e dependente de todas estas circunstâncias apresentadas. A política de saneamento financeiro e altista de Campos Sales é um momento de reação governamental, mas na verdade não se sustenta por muito tempo.

"Finalmente, as classes populares – classe média e operariado – são também a favor do câmbio alto. Elas identificam câmbio e proteção alfandegária como a razão fundamental das contínuas altas do custo de vida." p. 97 a 99).

Leopoldo de Bulhões, que será o ministro da Fazenda do governo Rodrigues Alves, orando na Câmara dos Deputados em 1892, baseado na autoridade de Goshen, acentua que a emissão em larga escala provoca um excesso de importação, dificultando a exportação – tese contrária à corrente: os preços elevando-se, por causa de um acréscimo de circulação, atraíram os produtos de outros países, ao passo que os preços das mercadorias exportadas, tendo aumentado também, serão de uma venda mais difícil no exterior. "Dado o excesso de importação e os governos pensando remediar o mal, cometem o erro fatal de aumentar a circulação, por uma nova emissão, o efeito desta medida será o agravamento do mal, porque as importações continuarão." (In: Bulhões, Augusto de. Leopoldo de Bulhões – *Um financista de princípios*. Rio, Edições Financieiras S. A. [s. d.], p. 198). Em outra ocasião, lançou observações de outra índole: É certo que o melhoramento progressivo do meio circulante, alterando o nível dos preços, perturba de algum modo a produção; mas, além de efêmera e transitória, tal perturbação só afeta mais acentuadamente os interesses de uma classe – a da lavoura.

"Por isso mesmo só desses interesses surge a oposição a essa política, que se revelou tão proveitosa à nação inteira.

"E será em nome de toda a lavoura o abandono das boas doutrinas que não são novas, que estão consagradas pela autoridade dos mestres e pela experiência das nações, que zelam o seu crédito?

"Não é só em nome da lavoura do café, nem mesmo de toda a lavoura do café, mas daquela que, por fatos que não importa esmerilhar, se deixou envolver em compromissos, que lhe não permitem prescindir do auxílio oficial.

"Ninguém dirá que seja razoável e justo o sobreporem-se os interesses da reduzida fração de uma classe aos de todo um país, principalmente se atendermos a que a pretensa lesão desses interesses não passa de errônea compreensão dos fenômenos econômicos.

"Com efeito, se a valorização da moeda influi sobre os preços, essa influência se exerce de modo geral, compreendendo o preço de todas as utilidades; destarte a redução do preço do café encontra compensação na do preço do trabalho, das máquinas, dos utensílios e de todas as despesas de produção e mesmo na das despesas pessoais do produtor" (Id., p. 332). Lembra também as vantagens do valor alto da moeda para os proletários e assalariados (p. 349).

Pandiá Calógeras (*La politique monétaire du Brésil*, Rio de Janeiro, Imprimerie Nationale, 1910) assinala, para os produtores e exportadores, os benefícios da depreciação monetária (p. 435). Acautela-se, porém, contra a generalização do princípio, válido para o fazendeiro de café, que dependia pouco de artigos exportados, enquanto não se aplica ao seringueiro, que importa tudo para prosseguir seu trabalho (p. 436). Não favorece, também, os fazendeiros monocultores, que alimentam e abastecem sua empresa de bens importados (p. 437). O aviltamento do papel-moeda opera, na verdade, como uma taxa protecionista, no interior, lucrando os produtores da diferença de tempo entre o preço dos produtos e a elevação dos salários. A produção nacional será, deste modo, favorecida, em proveito dos detentores do aparelhamento produtivo e dos intermediários, com a expropriação dos assalariados (p. 439 a 444). As empresas estrangeiras e os devedores ao estrangeiro (particulares e públicos) sofrem, com o assalariado, o prejuízo da desvalorização monetária (p. 439).

Dentro das cautelas recomendadas por Calógeras, deve-se ponderar que havia, entre os produtores, interesses regionais discordantes do café. O Rio Grande do Sul, dedicado principalmente ao mercado interno, defendia a política estabilizadora, em dissonância com os cafeicultores (Love, Joseph L. *Rio Grande do Sul and Brazilian regionalism*. Califórnia, Stanford University Press, 1971, p. 113).

43. Taunay, Afonso d'E. Op. cit., p. 257.

44. Ibid., p. 265.

45. Ibid., p. 270 e 271.

46. Luz, Nícia Vilela. Op. cit., p. 107 e 108.

47. Ibid., p. 79.

48. Sales, Campos. *Da propaganda à Presidência*. São Paulo, Tip. "A Editor", 1908, p. 186.

49. Soares Júnior, Rodrigo. *Jorge Tibiriçá e sua época*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1958, p. 371 e seqs. v. 2.

50. Dean, Warren. *A industrialização de São Paulo*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1971, p. 35.

51. In: Souza, Carlos Inglez de. *A anarquia monetária e suas consequências*. São Paulo, Monteiro Lobato & Cia., 1924, p. 322 e seqs.

52. A preeminência de Francisco Sales, acentuada por Daniel de Carvalho (*Capítulos de memórias*, Rio, José Olympio, 1957, p. 159 e segs.), foi reconhecida por João Pinheiro (*João Pinheiro. Documentário sobre a sua vida*. Organizado por Francisco de Assis Barbosa, Belo Horizonte, Arquivo Público Mineiro, 1966, p. 137 e 356).
53. As transcrições são da obra organizada por Francisco de Assis Barbosa, p. 122, 136, 347, 348, 349 e 167.
54. Lima Sobrinho, Barbosa. *Presença de Alberto Torres*. Rio, Civilização Brasileira, 1968, p. 428 e segs.
55. Santos, José Maria dos. *A política geral do Brasil*, cit., p. 414.
56. Motta Filho, Cândido. *Uma grande vida*. São Paulo, Edição de "Política", 1931,
57. *Encyclopaedia of social sciences*. New York, The Macmillan Company MCMLIV, verb. Valorization (Charles R. Whittlesey).
- Freyre, Gilberto. *Ordem e progresso*. Rio, José Olympio, 1959, tomo I, p. LV.
58. *Questão monetária no Brasil*. Artigos publicados pelo *Correio Paulistano* em abril de 1926. São Paulo, Tip. da Genaux, 1926, p. 61.
59. Normano, J.F. *Evolução econômica do Brasil*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1939, p. 21.
60. Denis, Pierre. Op. cit., p. 70 e 71.
61. Para a tese da dualidade, v.: Lambert, Jacques. *Le Brésil*. Paris, Armand Colin, 1953. Rangel, Inácio. *Dualidade básica da economia brasileira*. Rio ISEB, 1957.
- Fernandes, Florestan. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. Rio, Zahar, 1968, p. 64 e segs.
62. Torres, Alberto. *O problema nacional brasileiro*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1938, p. 40. Sobre Alberto Torres, além da obra de Barbosa Lima Sobrinho, rica de comentários e de interpretações, v. ainda: Lima, A. Saboia. *Alberto Torres e sua obra*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1935.
63. Id., p. 54.
64. S., Frederico de (Eduardo Prado). *Fastos da ditadura militar no Brasil*. 3. ed., 1.ª série, [s. ed.], 1890, p. 2.
65. Id., p. 49.
66. Nabuco, Joaquim. *A idéia republicana no Brasil – Ao Almirante Jaceguai*. *Jornal do Comércio*, 1895.
67. S., Frederico de. Op. cit., p. 68.
68. Id., p. 270, 271.
69. Mello, Alm. Custódio José de. *O governo provisório e a revolução de 1893*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1938, tomo I, p. 34.
70. Abranches, Dunshee de. *Atos e atas do governo provisório*. 2. ed. Rio, D. de Abranches, 1930, p. 140 e segs.
71. Mangabeira, João. *Rev. do Sup. Trib. Fed.* v. 52, p. XVIII. V.: Fagundes, M. Seabra. *As Forças Armadas na Constituição*. Rio, Biblioteca do Exército, 1955, p. 27 e segs.
72. Leal, Aurelino. *Teoria e prática da Constituição Federal Brasileira*. Rio, F. Brigueit, 1925, p. 203 e segs. V. ainda: Milton, Aristides A. *A Constituição do Brasil*. Rio, Imprensa Nacional, 1898, p. 59 e segs. e os comentários de João Barbalho ao art. 14 da Constituição de 1891.
73. Barbosa, Rui. *Comentários à Constituição Federal*. Coligidos e ordenados por Homero Pires. São Paulo, Saraiva, 1932, p. 402 e segs. v. 1.
74. Mello, Alm. Custódio José de. Op. cit., tomo I, p. 142 e 143.
75. Santos, José Maria dos. *A política geral do Brasil*. cit., p. 264.
76. Monteiro, Tobias. *O presidente Campos Sales na Europa*. Rio, F. Brigueit, 1928, p. XXXIII.
77. Barbosa, Rui. *Obras completas*. Tomo I, v. 18, 1891. *Discursos parlamentares*. *Jornalismo*. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Saúde, p. 302 e 303.
78. Otávio, Rodrigo. *Minhas memórias dos outros*. 1.ª série, 1934, p. 148. V. também: Costa, Cruz. *O positivismo na república*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1956, p. 18 e segs. Um depoimento que não pode ser desprezado: Barreto, Lima. *Triste fim de Policarpo Quaresma*.
79. Santos, José Maria dos. Op. cit., p. 334.
80. Barbosa, Rui. *Contra o militarismo*. Rio, J. Ribeiro dos Santos (ed.), [s. d.], p. 43.
81. Id., p. 42.
82. Bracher, Karl Dietrich. *Die Auflösung der Weimarer Republik*. 4. ed. Ring Verlag, 1955, p. 238. Vagts, Alfred. *A history of militarism*. New York, The Free Press, 1967, p. 13.
83. Rosemberg, Hans. *Bureaucracy, aristocracy and autocracy – the prussian experiment*. Cambridge, Harvard University Press, 1968, p. 40.
84. Nabuco, Joaquim. *A idéia rep. no Brasil*, cit.
85. *Du contrat social*, cit., p. 44 – L. I, cap. III.
86. Andrzejewski, Stanislaw. *Military organization and society*. London, Routledge & Kegan Paul Ltd., 1954, p. 104 e segs. Franco, Afonso Arinos de Mello. *Minha evolução para o parlamentarismo*. *Jornal do Comércio*, 16 jun. 1957. Lambert, Jacques. *Amérique Latine*. Paris, Presses Universitaires de France, 1963, p. 193 e segs. e 270 e segs.
87. Sales, Campos. *Da propaganda à Presidência*. São Paulo, 1908, p. 61.
88. Id., p. 66.
89. Mello, Alm. Custódio José de. Op. cit., tomo I, p. 47.
- Abranches, Dunshee de. *O golpe de estado*. Rio de Janeiro, Oficinas Gráficas do *Jornal do Brasil*, 1954, p. 69 e segs.
90. Santos, José Maria dos. *Bernardino de Campos e o Partido Republicano Paulista*, cit., p. 251.
91. Motta Filho, Cândido. *Uma grande vida*. São Paulo, Edição de Política, 1931, p. 273.
92. Sales, Campos. Op. cit., p. 52, 53 e 75.
93. Silva, Cyro. *Pinheiro Machado*. Rio, Tupã, [s. d.], p. 98.
94. Peixoto, Silveira. *A tormenta que Prudente de Moraes venceu*. 2. ed. Guaíra, 1942, p. 179 e 180.
95. Sales, Campos. Op. cit., p. 151.
96. Amado, Gilberto. *Grão de areia e estudos brasileiros*. Rio, José Olympio, 1948, p. 237 e 238.
97. Barbosa, Rui. *Ditadura e república*. Rio, Ed. Guanabara, [s. d.], p. 6.
98. Id., p. 18 e 27.
99. Id., *ibid.*, p. 66, 67, 103.
100. Id., *ibid.*, p. 115 e 116.
101. Id., *ibid.*, p. 140 e 143.
102. Id., *ibid.*, p. 148.
103. Sales, Campos. Op. cit., p. 112.
104. In: Carvalho, Antônio Gontijo de. *Estadistas da república*. São Paulo, Empresa Gráfica da *Revista dos Tribunais*, 1940, p. 96. v. 1.

105. Sales, Campos. Op. cit., p. 229 e 230.
 106. Id., p. 236.
 107. Ibid., p. 248.
 108. Sales, Campos. *Manifestos e mensagens. 1898-1902*. Rio, Imprensa Nacional, 1902, p. 15-25.
 109. Love, Joseph L. *Rio Grande do Sul and Brazilian regionalism*. Califórnia, Stanford University Press, 1971, p. 96.
 110. Sales, Campos. *Da propaganda à Presidência*, cit., p. 247 e 248.
 111. Franco, Afonso Arinos de Melo. *Um estadista da república*. Rio, José Olympio, 1955, p. 230 e segs. v. 1.
 Tolentino, José. *Nilo Peçanha e sua vida pública*. Petrópolis, Armando Martins, [s. d.], p. 245 e segs.
 112. Carvalho, Daniel de. *Capítulos de memórias*. Rio, José Olympio, 1957, p. 231.
 113. Sales, Campos. Op. cit., p. 248 e segs.
 114. Castro, Sertório de. *A república que a revolução destruiu*. Rio, Distribuidores: Freitas Bastos & Cia., 1932 p. 55 e 56.
 115. Barbosa, Rui. *Campanhas jornalísticas*. Rio, Casa de Rui Barbosa, 1957, p. 163 e 164. v. 3.
 116. Na República, o autor designará o chefe do poder executivo estadual pelo nome de *governador*, não obstante o nome oficial de presidente. Questão, apenas, de clareza, para distinguir o cargo do sistema imperial, de acordo com o nome que prevalecerá a partir de 1930.
 117. Guanabara, Alcindo. *A Presidência Campos Sales*. Rio, Laemmert, 1902, p. 203.
 118. Ibid., p. 98.
 119. Sales, Campos. Op. cit., p. 259.
 120. Guanabara, Alcindo. Op. cit., p. 110.
 121. Ibid., p. 110.
 122. Barbosa, Rui. *O art. 6.º da Constituição*. Rio, Castilho, 1920, p. 112 e 113.

XIV. República Velha: os fundamentos políticos

- 1 – A força e a fragilidade da política dos governadores.
O Consulado de Pinheiro Machado.
- 2 – A ordem e a contestação.
O novo presidencialismo.
- 3 – O sistema coronelista.